



# **MENSAGEM PRESIDENCIAL**

# Índice da Mensagem Presidencial

<b><i>I. Cenário Macroeconômico .....</i></b>	<b><i>09</i></b>
Introdução .....	11
Análise da Conjuntura Econômica do País .....	11
Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2005 .....	14
<b><i>II. Resumo da Política Econômica do Governo .....</i></b>	<b><i>17</i></b>
Política Monetária, Metas de Inflação, Mercados Monetário e de Crédito .....	19
Política Fiscal e Dívida Pública .....	22
<b><i>III. Políticas Setoriais de Desenvolvimento .....</i></b>	<b><i>29</i></b>
Crédito ao Setor Produtivo .....	31
Agricultura e Agronegócio .....	32
Desenvolvimento Agrário .....	33
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior .....	35
Infra-Estrutura Econômica .....	39
Desenvolvimento Regional .....	42
<b><i>IV. Políticas Sociais .....</i></b>	<b><i>47</i></b>
Saúde .....	49
Desenvolvimento Social e Combate à Fome .....	52
Educação .....	54
Emprego e Renda .....	56
Previdência Social .....	57
Cultura .....	58
Esporte .....	59
Direitos Humanos, Justiça e Cidadania .....	60
Segurança Pública .....	64
Desenvolvimento Urbano .....	66
<b><i>V. Receita .....</i></b>	<b><i>69</i></b>
Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social .....	71
Receitas do Orçamento de Investimento .....	75
Transferências Constitucionais e Legais .....	76

<i>VI. Pessoal e Encargos Sociais</i> .....	77
<i>VII. Sistemas Previdenciários</i> .....	81
Regime de Previdência do Setor Privado .....	83
Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais .....	84
<i>XIII. Dívida Pública Federal</i> .....	87
Administração da Dívida Pública Federal .....	89
Estratégia para Administração da Dívida Pública Federal .....	93
<i>IX. Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras)</i> .....	97
Aplicações em Operações de Crédito .....	99
Investimentos no Ativo Imobilizado .....	99

## ANEXOS

<i>Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento</i> .....	101
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e e os Parâmetros Utilizados .....	104
Metologia de Cálculo das Empresas Estatais .....	108
<i>Anexo dos Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial ....</i>	113
<i>Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais</i> .....	119

## SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - TEXTO DO PROJETO DE LEI, QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

4 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF ART. 212)

5 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

6 - EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

8 - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

9 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

10 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTES DE RECURSOS - CONSOLIDADO

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - PODER LEGISLATIVO - PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

VOLUME IV - TOMO I - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME IV - TOMO II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

II - DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES

## ÍNDICE

### VOLUME I

## TEXTO DO PROJETO DE LEI - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA .....	3
II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS.....	5
1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA .....	7
Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica .....	11
Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica .....	13
Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica .....	15
2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA .....	17
Quadro 2 - Evolução da Receita do Tesouro Nacional segundo as Categorias Econômicas e Fontes .....	21
Quadro 3 - Resumo das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas.....	25
Quadro 4 - Recursos Próprios de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária .....	29
3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA .....	63
Quadro 5 - Evolução da Despesa do Tesouro Nacional, segundo as Categorias Econômicas e Grupos de Natureza de Despesa .....	67
Quadro 6 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa .....	71
Quadro 7 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa .....	75
Quadro 8A - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção .....	163
Quadro 8B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção .....	166
Quadro 8C - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa .....	175
Quadro 9A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa .....	185
Quadro 9B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa .....	186
Quadro 9C - Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa .....	187
Legenda de Fontes .....	188
4 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF ART. 212).....	191
Quadro 10A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) .....	195
Quadro 10B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão .....	196
Quadro 10C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212).....	197
5 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.....	243
Quadro 11 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central .....	247
6 - EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	249
7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA .....	259
Quadro 13 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária .....	263
8 - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL .....	269
Quadro 14 - Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera.....	273
9 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	291
Quadro 15 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social .....	295
10 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	301
Quadro 16 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário .....	305
Quadro 17 - Ações da Seguridade Social incluídas no Programa de Trabalho de Órgãos que executam Ações do Orçamento Fiscal, respectivos Programas e Órgão Orçamentário .....	333
III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTES DE RECURSOS - CONSOLIDADO.....	339
Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza e Fontes de Recursos - Consolidado .....	343
IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA .....	361
Legislação da Receita .....	363
Legislação da Despesa .....	385



# **I - Cenário Macroeconômico**



Em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO para 2005, este texto apresenta uma análise da conjuntura e da política econômica do Governo. Na análise da conjuntura econômica, projeta-se o cenário para 2005 e seus impactos na proposta orçamentária. O presente texto contém, ainda, um resumo das políticas econômica e social do Governo e das políticas setoriais de desenvolvimento para o país em 2005.

## Introdução

O desempenho macroeconômico no ano de 2004 vem sendo marcado por um conjunto de indicadores favoráveis à economia brasileira. A evolução do nível geral de preços, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantém-se no interior das margens do sistema de metas para a inflação; o resultado primário situa-se ligeiramente acima da meta do Governo; e as transações correntes do Balanço de Pagamentos apresentam resultado positivo. Ademais, os dados sobre a atividade econômica, disponíveis até o momento, indicam a persistência do crescimento econômico iniciado no segundo semestre de 2003, com Produto Interno Bruto - PIB, vendas do comércio, produção industrial e criação de empregos em alta. Esse quadro positivo revela a capacidade que teve a economia brasileira de superar a situação crítica do primeiro semestre de 2003 e entrar em rota de crescimento.

## Análise da Conjuntura Econômica do País

Ao longo do ano de 2003, o Brasil enfrentou uma conjuntura econômica extremamente desfavorável, especialmente no primeiro semestre, reflexo da crise econômica iniciada no segundo semestre de 2002. Para responder aos desequilíbrios macroeconômicos, o Governo adotou, no que concerne às políticas fiscal e monetária, medidas capazes de reverter aquela situação.

Uma das primeiras foi a revisão da meta de superávit fiscal para recuperar o controle das contas públicas. Conseqüentemente, foi feita a adequação do orçamento de 2003, reestimando-se as receitas e condicionando os gastos públicos a uma meta de superávit fiscal equivalente a 4,25% do PIB. No campo monetário, tendo em vista a necessidade de ganhar coordenação sobre as expectativas, a taxa SELIC foi elevada em janeiro e fevereiro, mantendo-se, a partir daí, em 26,5% até junho de 2003. Para não submeter a economia a um ajustamento ainda mais rigoroso, foi alterada a meta de inflação para o ano de 2003, de 4,0% para 8,5%.

Um dos efeitos dessas novas medidas foi o ganho de credibilidade junto aos investidores internacionais. O risco-país, que alcançou níveis muito elevados em 2002, chegando a 2.400 pontos básicos, em setembro de 2002, caiu progressivamente ao longo do ano de 2003. Em decorrência da melhoria das expectativas no campo financeiro, as empresas brasileiras, que em 2002 enfrentaram

dificuldades para rolar seus empréstimos de médio e longo prazo, conseguiram melhores condições de refinanciamento em 2003. A taxa de rolagem das suas dívidas, que em 2002 foi de 43%, passou, em 2003, para 115%.

A crise de 2002 provocou uma piora no perfil da dívida pública. O prazo médio dos títulos emitidos em oferta pública pelo Governo Federal e pelo Banco Central do Brasil apresentou uma trajetória declinante ao longo daquele ano, chegando, em janeiro de 2003, a 21,27 meses. Esse quadro foi, contudo, revertido em 2003. Ao longo desse ano, o retorno da confiança do mercado financeiro na condução da política econômica redundou no alongamento da dívida pública para 23,99 meses em dezembro do mesmo ano.

O perfil da dívida, no que se refere à sua sensibilidade quanto aos choques econômicos, também melhorou no ano de 2003. De um lado, a participação dos títulos públicos federais pré-fixados no total aumentou, elevando-se de 1,7% em janeiro de 2003 para 11,6% em dezembro daquele ano. De outro lado, a participação dos títulos com cláusula de correção cambial - incluindo as operações com swap -, que em dezembro de 2002 equivalia a 35,5% do total, reduziu-se para 20,5% em dezembro de 2003. Como decorrência dessa política, a dívida mobiliária tornou-se menos sensível às oscilações nas taxas de juros, nos preços e na taxa de câmbio.

A instabilidade cambial do ano 2002 não somente afetou o valor nominal da dívida como também se transmitiu, por meio de efeitos defasados, para os preços. A inflação, medida pelo IPCA, chegou a 3,0 % ao mês no final daquele ano. A pressão sobre os preços continuou elevada durante o primeiro semestre de 2003, acentuada, ainda, pelo reajustamento dos preços administrados. Contudo, em dezembro de 2003, a inflação já se situava na casa dos 0,5% ao mês.

A queda dos índices de inflação permitiu o abrandamento, já a partir de julho de 2003, do rigor da política monetária. Desde então, vêm sendo promovidas sucessivas quedas na meta da taxa de juros básica, ao mesmo tempo em que as metas de inflação para 2004 e 2005 foram fixadas em níveis bem menores do que a meta de 2003 (5,5% e 4,5%, respectivamente).

A queda da atividade econômica provocada pela retração da demanda de consumo, investimento e de gastos do Governo, foi atenuada, no primeiro semestre, pelo desempenho comercial. As exportações no primeiro semestre de 2003 expandiram-se em 26,6% quando comparadas com o primeiro semestre de 2002. A postura pró-ativa do novo Governo quanto à política comercial brasileira, a melhoria dos termos de troca e a taxa de câmbio favorável às exportações, contribuíram para essa expansão.

Na esteira do crescimento das exportações, o setor agrícola, que há muito vem exibindo ganhos de produtividade, demonstrou um excelente desempenho. Tal desempenho, por sua vez, irradiou-se

pela economia por meio de impactos de demanda sobre a indústria de bens de capital e de intermediários. Apesar disso, no primeiro semestre de 2003, registrou-se queda de 2,1% na produção de bens de capital e um modesto aumento da produção de bens intermediários (1,4%). Registraram-se, ainda, nesse período, reduções de 4,5% na produção de bens de consumo duráveis e de 3,4% na de bens não-duráveis.

Desde o segundo semestre de 2003, a reação do PIB demonstra que o crescimento, ainda que fortemente estimulado pelo esforço exportador, começa a refletir também uma dinâmica interna. O nível de investimentos começa a se elevar, assim como há sinais de crescimento do mercado interno.

A partir de 2003, no campo externo, os ganhos decorrentes da política cambial, da política comercial e da mudança de postura das empresas brasileiras quanto aos mercados estrangeiros, têm gerado resultados excepcionais. As exportações, que em 2003 foram de US\$ 73.084 milhões, no final de julho de 2004 já equivaliam a US\$ 52.298 milhões, 33,7% superiores às de igual período do ano anterior. Já o saldo comercial, que em 2003 foi igual a US\$ 24.800 milhões, apenas nos primeiros sete meses do ano de 2004 alcançou US\$ 18.534 milhões, 48,9% maior do que o obtido no mesmo período do ano anterior.

Em 2004, a manutenção do risco-país em níveis mais baixos, a despeito da elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, tem permitido a rolagem e a captação de novos recursos em condições progressivamente mais favoráveis para o Brasil. O risco-País caiu para 527 pontos, em 20 de agosto de 2004, e a taxa de rolagem das dívidas das empresas brasileiras foi de 81%, em julho do mesmo ano.

No tocante à gestão da dívida pública, foram obtidos importantes avanços no seu perfil. A participação dos papéis indexados à taxa de câmbio (incluindo as operações de swap) diminuiu para 14,2% e a dos papéis pré-fixados aumentou para 15,2%, deixando a dívida pública mais isolada da influência da taxa de câmbio e das taxas de juros. A relação dívida líquida/PIB continua seguindo tendência de queda, situando-se em 55,98% do PIB, em junho de 2004. Esse foi o resultado da queda dos juros reais, do aumento do ritmo de crescimento e do superávit primário.

O nível de atividade em 2004, ao contrário do que ocorrera no primeiro semestre de 2003, dá sinais evidentes de que a economia está crescendo. Tal crescimento, ainda que liderado pelas exportações, sofre influência positiva do aumento dos investimentos, das operações de crédito e do crescimento do mercado interno. Os dados de desemprego mostram melhora relativa frente ao primeiro semestre de 2003.

O setor de bens de consumo duráveis, movido pela expansão do crédito ao consumidor, e os setores de semi-duráveis e não-duráveis, em menor ritmo, começaram a reagir à recuperação da massa salarial

a partir do segundo de semestre de 2003. Quando se compara a produção de bens por categoria de uso, do primeiro semestre de 2004 com o primeiro semestre de 2003, observa-se um incremento de 24,4% na produção de bens de capital, de 5,4% na de bens intermediários, de 23,2% na de bens de consumo duráveis e de 1,3% na de bens de consumo semi e não-duráveis.

## Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2005

O cenário macroeconômico para 2005 indica manutenção das perspectivas de crescimento econômico e estabilidade do nível de preços. Estima-se que o crescimento do PIB situe-se em 4,0%, por efeito do aumento das exportações, dos investimentos e da recuperação do mercado consumidor.

A queda na inflação no ano de 2004, a despeito do aumento dos preços do petróleo e das oscilações na taxa de câmbio, em conjunção com os expressivos resultados fiscais previstos, permitem estimar a manutenção da taxa de inflação, em 2005, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (de 4,5% com margens de 2,5 pontos percentuais). Em adição, os expressivos superávits comercial e de transações correntes, aliados à tendência de estabilização do risco-país em níveis baixos, permitem projetar relativa estabilidade cambial para o ano de 2005, com a taxa de câmbio média de 3,16 R\$/US\$.

Mantida a trajetória da inflação e o equilíbrio das contas públicas, bem como a queda do nível de endividamento do Governo, estimou-se, para a elaboração da proposta orçamentária, uma taxa de juros média de 13,47% em 2005.

**Tabela 1- Evolução das projeções de Variáveis Macroeconômicas**

Variável Macroeconômica	2004	LDO 2005	Projeção 2005
Crescimento do PIB - taxa % de crescimento anual	3,80	4,00	4,00
IPCA - % de variação acumulada no ano	6,73	4,50	4,50
Taxa de Câmbio R\$/US\$ - média anual	3,02	3,24	3,16
Taxa SELIC anual- taxa % média	15,92	12,52	13,47

A meta de superávit primário prevista no Projeto de Lei de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para 2005 foi fixada na LDO em 2,45% do PIB, o que corresponde a R\$ 45.319,0 milhões. Esta meta é compatível com a de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

Com base nos parâmetros apresentados na Tabela 1 nos seus efeitos sobre a economia e as finanças do Governo, estima-se que em 2005 o PIB nominal e a receita primária total situem-se em R\$ 1.849.755,3 milhões e R\$ 457.403,9 milhões, respectivamente. Em

termos relativos, a receita total do Governo Central representará 24,73% do PIB, em 2004, sendo 16,34% provenientes da receita administrada pela Receita Federal, 5,82% do PIB da arrecadação líquida do INSS e 2,46% de receitas não-administradas pela Receita Federal.

Com base na estimativa de transferências para Estados e Municípios e na meta de resultado primário, projeta-se que a despesa primária total do Governo Central seja de, aproximadamente, R\$ 342.143,3 milhões em 2005. Em termos relativos, estima-se que a despesa primária do Governo Central representará a 18,50% do PIB, sendo 4,88% em despesas com pessoal e encargos sociais, 7,44% em benefícios previdenciários, 1,89% em outras despesas obrigatórias, 2,01% em Saúde e Fundo de Combate à Pobreza e o restante em outras despesas correntes e de capital, que são as despesas discricionárias.



## **II. Resumo da Política Econômica do Governo**

A condução da política monetária em 2003, com especial destaque no primeiro semestre, foi pautada pela determinação do Governo de preservar a estabilidade dos preços em meio ao ambiente de incertezas que se delineou a partir do segundo semestre de 2002. Para tanto, o Banco Central do Brasil reafirmou o compromisso com o sistema de metas para a inflação. Diante das expectativas inflacionárias que se delineavam, o Conselho Monetário Nacional - CMN ajustou a meta de inflação a ser atingida em 2003, de 4%, para 8,5%, com o objetivo simultâneo de conter uma escalada inflacionária e evitar perdas mais expressivas para o crescimento do produto. Paralelamente, a meta de superávit fiscal também foi elevada, passando de 3,75% para 4,25% do PIB, visando a manter a trajetória da dívida pública em níveis sustentáveis.

## **Política Monetária, Metas de Inflação, Mercados Monetário e de Crédito**

Essas medidas resultaram em redução expressiva na variação dos índices de preços, registrando-se, ainda, a convergência das expectativas de sua trajetória para o intervalo da meta nos próximos anos. Em função da alteração promovida de início, o Conselho Monetário Nacional, em decisão de 24.06.2003, alterou também a meta de 3,75%, fixada em 2002 para o exercício de 2004, ajustando-a para 5,5%, mantidos os intervalos de tolerância de 2,5 pontos percentuais. Para 2005, foi estabelecida meta de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2,5 pontos para mais ou para menos.

O objetivo do Governo de assegurar a reversão da escalada inflacionária e realizar um processo de transição para uma meta de médio prazo foi alcançado com sucesso, como se percebe pelo acentuado declínio na inflação verificado desde o segundo trimestre de 2003 e sua convergência para a trajetória de metas. O IPCA acumulado de 12 meses, que em maio de 2003 havia atingido 17,2%, reduziu-se a 5,2% em maio de 2004. A continuidade dessa percepção levou o Conselho Monetário Nacional a fixar, para o ano de 2006, meta de 4,5%, reduzindo o intervalo de tolerância para 2,0 pontos percentuais, para acima e para abaixo da meta fixada.

A manutenção da taxa básica de juros em patamar elevado durante o primeiro semestre de 2003, de 26,25%, em média, foi condição básica para a reversão das expectativas apontadas inicialmente, de modo permitir que ao longo do segundo semestre desse ano fosse possível dar início ao processo de flexibilização da política monetária. Ao final do ano, observou-se redução de 950 pontos base em relação à taxa fixada em junho, período em que a taxa Selic passou de 26% para 16,50%.

O ambiente favorável então observado permitiu que a política monetária fosse gradativamente flexibilizada, não apenas através da redução da taxa Selic, mas também pela decisão, em agosto de 2003, de se reduzir a 45% a alíquota do compulsório, que havia sido elevada para 60%, em fevereiro. Essa medida resultou na liberação de recursos para as instituições financeiras estimada em R\$ 8 bilhões.

A conjugação dessas medidas resultou em considerável queda no custo das operações de crédito no segmento de recursos livres. A taxa média nas operações realizadas com pessoas físicas, que ao final de março de 2003 havia atingido 87,3% a.a., reduziu-se a 66,6% a.a., ao final de dezembro, significando queda de 16,9 pontos de percentagem em 2003. No mês de maio de 2004, o custo médio dessas operações alcançou 62,4%, o menor valor observado desde julho de 1994.

A evolução recente do nível de atividade e os resultados referentes a indicadores de caráter prospectivo - sondagens industriais e pesquisas de avaliação de expectativas - ratificam a tendência de crescimento da economia brasileira, não somente pela forte influência das exportações, mas também pela inegável participação do crédito na recuperação da demanda interna.

O crescimento das operações de crédito do sistema financeiro, cujo saldo em junho de 2004 atingiu R\$ 442,4 bilhões, acréscimo de 16% em relação a igual período de 2003, foi fortemente influenciado pelo desempenho positivo das operações realizadas tanto com pessoas físicas quanto jurídicas. Tudo indica que essa expansão seja ainda mais forte no segundo semestre, com a conjugação do crescimento econômico, demandando uma maior oferta de crédito, com uma redução dos custos dos empréstimos.

Novos programas e linhas de crédito continuam a ser ofertados pelas instituições financeiras, inclusive com o apoio do Governo, como é o caso do recente programa implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos desse Banco e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, em favor da modernização do Parque Industrial Nacional, que deverá disponibilizar, inicialmente, R\$ 2,5 bilhões, a taxas de juros fixas.

No segmento das pessoas físicas medidas foram tomadas para dar acesso mais amplo e menos custoso ao crédito pessoal, mediante a possibilidade de consignação em folha de pagamento.

As operações envolvendo pessoas jurídicas mostraram, da mesma forma, trajetória crescente, fundamentadas em recursos de origem interna e externa. Além disso, persistiu o impacto das operações com segmentos voltados às exportações, prevalecendo aqueles vinculados à atividade agroindustrial.

Esse expressivo crescimento ocorreu basicamente a partir do segundo semestre de 2003 e, junto com o incremento observado no primeiro semestre de 2004, reflete o ritmo mais intenso da atividade econômica, destacando-se o crescimento das operações com recursos livres, cujo saldo obteve incremento de R\$ 9,5 bilhões no último semestre de 2003, e de R\$ 27,8 bilhões no primeiro semestre de 2004. Nos mesmos períodos o segmento pessoa jurídica, observou acréscimos de R\$ 3,9 bilhões, e R\$ 15,9 bilhões, respectivamente.

A expansão do crédito vem ocorrendo de maneira saudável, haja vista que em um contexto de estabilidade macroeconômica e de

supervisão adequada por parte do Banco Central, o crescimento do crédito doméstico reflete o crescimento da economia e representa uma importante fonte de estímulo à demanda e, por conseguinte, à geração de emprego e produto.

**Tabela 2 - Evolução do crédito no Brasil em 2003 e 2004** R\$ bilhões

Discriminação	2003		2004		variação	
	mai	dez	mai	jun	Jun04/dez03	Mai04/mar03
<b>Total</b>	379,3	409,9	436,1	442,4	7,9	15,0
Recursos Livres	214,8	224,2	248,4	252,0	12,4	15,6
Pessoa Jurídica	132,8	136,1	150,0	152,0	11,7	12,9
Pessoa Física	82,0	88,1	98,3	100,0	13,5	19,9
Direcionados	142,5	161,7	159,7	161,3	10,0	12,1
Habitação	22,2	23,1	23,6	....	....	6,3
Rural	37,1	44,9	46,8	48,0	6,9	26,1
BNDES	81,7	91,1	87,8	....	....	7,5
Sector Público	13,8	15,0	17,9	18,5	23,3	29,7

Fonte: Banco Central do Brasil

O volume das operações de crédito destinadas ao setor privado junto ao Sistema Financeiro Nacional, que em agosto de 2003 situou-se em R\$ 370 bilhões, passou a experimentar, desde então, crescimento positivo, atingindo R\$ 395 bilhões em dezembro de 2003, e R\$ 418 bilhões em maio de 2004. Em relação a agosto de 2003, verifica-se um crescimento de 6,8%, até dezembro, e de 13% até maio de 2004.

O crescimento apontado, principalmente a partir de dezembro, foi influenciado pelo desempenho positivo das operações realizadas tanto com as pessoas físicas quanto jurídicas. Para o segmento das pessoas físicas, destacam-se as relativas a créditos consignados em folha de pagamento, que a partir de 2004 tem tido crescimento significativo, alcançando R\$ 7,8 bilhões em maio, incremento de 32% apenas nesses cinco primeiros meses.

Essas operações foram fortemente favorecidas pelas reduções nas taxas básicas de juros promovidas ao longo do segundo semestre de 2003, que refletiram-se em reduções nas taxas ativas praticadas pelas instituições financeiras.

As operações de crédito rural, que em dezembro de 2002 somavam R\$ 34,7 bilhões, atingiram, em dezembro de 2003, R\$ 44,9 bilhões, e em junho de 2004, R\$ 48,0 bilhões. Ao longo de 2003 o incremento foi de 29,4%. No período de dezembro de 2003 a junho de 2004, o crescimento foi da ordem de 6,9% e para o ano-safra 2003/2004 (julho a junho) da ordem de 25%.

Com o intuito de estimular o mercado de crédito no país, principalmente para o segmento de pessoas físicas, o Governo Federal implementou diversas medidas no segundo semestre de 2003, com destaque para as operações de crédito em consignação, medida que beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, pois permitiu o desconto das parcelas relativas

a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados.

A medida, adotada em setembro, somente passou a ter maior efetividade a partir de fevereiro de 2004, pelo fato de que, não obstante tratar-se de tipo de operação que já vinha sendo realizada anteriormente, embora restrita em sua maioria, a funcionários públicos, demandou um certo tempo para avaliação, tanto pelas instituições financeiras, como pelas empresas e entidades sindicais, das principais questões operacionais, relacionadas à taxa de juros, prazo e condições gerais aplicáveis.

Ao final, diversas instituições financeiras, tanto públicas como privadas, firmaram acordos com as principais centrais sindicais, no sentido de viabilizar esses empréstimos para grande número de trabalhadores. Os números relacionados com o volume desse tipo de crédito ainda não são totalmente conhecidos, uma vez que o Banco Central recentemente regulamentou, por meio de circular, o envio, a partir do segundo semestre de 2004, de informações relativas às operações com consignação em folha.

Entretanto, consulta realizada por aquela autarquia junto às principais instituições financeiras atuantes no segmento de crédito pessoal, responsáveis por cerca de 75% da carteira de crédito pessoal do mercado, indica que em maio de 2004 o volume de crédito já ascendia a R\$ 7,8 bilhões, representando quase 29% do total do crédito pessoal da referida amostra. Em janeiro, essa percentagem correspondia a 25,4%.

Ao final de junho de 2004, o saldo médio diário dos meios de pagamento (M1), que em julho de 2003 havia atingido R\$ 84 bilhões (R\$ 83 bilhões em julho de 2002), situou-se em R\$ 104 bilhões, apresentando acréscimo de 23,8% no período.

---

## Política fiscal e dívida pública

Em 2003 o Governo redefiniu o ajuste fiscal aumentando a meta de resultado primário do setor público consolidado em 0,50% do Produto Interno Bruto. O esforço de obtenção de superávit primário de 4,25% do PIB está previsto até 2007, para o setor público consolidado, tal como inscrito nas LDO 2004 e 2005. Esta meta tem como finalidade reduzir e estabilizar a relação Dívida/PIB que em setembro de 2002 chegou a 61,65%, e foi reduzida para 55,98% em junho de 2004.

Vale destacar que no primeiro semestre de 2004 a política fiscal produziu os objetivos esperados, na medida em que a razão Dívida Líquida/PIB apresentou trajetória declinante ao longo de todos os meses.

Outro objetivo importante é o alongamento do prazo médio de vencimento dos títulos que compõem a dívida pública. Percebe-se

uma melhora, na medida em que este prazo aumentou de 10,05 meses, em setembro de 2002, para 12,15 meses, em junho de 2004, considerados os títulos federais emitidos em oferta pública. Destaque deve ser dado às Letras do Tesouro Nacional - LTN que, por terem taxas prefixadas envolvem maior risco para os compradores, em função da possibilidade de variações da taxa de juros - o prazo médio dos seus vencimentos passou de 2,89 meses, em setembro de 2002, para 6,09 meses em junho de 2004, denotando a maior confiança dos agentes econômicos na estabilidade macroeconômica.

Um terceiro aspecto positivo a ser mencionado é a mudança na composição da dívida com a redução da exposição ao risco cambial e o aumento das operações prefixadas em detrimento das pós-fixadas, melhorando as condições de administração da Dívida Pública Mobiliária Federal -DPMF, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3**  
**Títulos públicos federais e operações em mercado aberto**  
**Participação percentual por indexador**

<b>Indexador</b>	<b>Jun/2003 (%)</b>	<b>Jun/2004 (%)</b>
Over/Selic	62,7	52,1
Câmbio	12,6	8,0
Prefixados	4,2	15,2
TR	1,9	1,7
Índices de Preços	1,2	13,5
Operações de Mercado Aberto	6,7	9,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central

É importante ressaltar o esforço que o Governo vem empreendendo na busca de um ajuste fiscal saudável, através da redução das despesas meio e da maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, para evitar a geração de resultados primários à custa da criação de novos tributos ou do aumento de alíquotas.

Diante da magnitude da carga tributária total (35,2% do PIB em 2002 e 35,68% do PIB em 2003), o Governo Federal tomou no primeiro semestre de 2004 um conjunto de medidas de desoneração tributária, com o objetivo de estimular o investimento e a poupança de longo prazo, desenvolver o mercado de capitais e reduzir o risco de surgimento de gargalos que dificultem o comércio exterior e o crescimento econômico.

As principais medidas e seus impactos na arrecadação são:

**Desoneração dos bens de capital:** no início de 2004, o Governo reduziu a alíquota do IPI incidente sobre uma lista de bens de capital, de 5% para 3,5%. Em julho/2004, dando seqüência à política de

desoneração de bens de capital o Governo, por meio do Decreto 5.173/04, aumentou a desoneração destes itens, reduzindo de 3,5% para 2,0% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre estes e ampliou a lista de máquinas e equipamentos desonerados em mais 29 linhas e produtos. Trata-se do atendimento de uma das principais reivindicações da indústria nacional, que é a redução do custo do investimento, que tem como consequência o estímulo à formação de capital fixo e, portanto, ao potencial de crescimento do País.

**Ampliação do prazo de recolhimento do IPI:** a partir de outubro, o prazo de apuração e recolhimento do IPI será ampliado, passando de quinzenal para mensal, antecipando uma medida prevista para entrar em vigor apenas em janeiro de 2005. A ampliação do prazo de recolhimento do IPI tem como consequência a redução do custo operacional das empresas e a melhora de seu fluxo financeiro. Trata-se de mais uma medida voltada para o aumento da eficiência da economia, com consequências positivas para o crescimento.

**Ampliação da isenção tributária sobre as Letras Hipotecárias (LHs), Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) mantidos por pessoas físicas:** esta medida isenta o rendimento total destes títulos, contribuindo para a elevação da sua remuneração líquida e aumentando a sua atratividade para os investidores. As LCIs e CRIs são títulos importantes no processo de securitização dos créditos imobiliários. Ao estender para estes títulos a isenção tributária hoje existente nas cadernetas de poupança e nas LHs, o Governo está estimulando o desenvolvimento dos mercados de títulos lastreados em créditos imobiliários. A medida proposta, além de ter um impacto fiscal extremamente reduzido, é uma forma eficiente de incentivo ao financiamento do setor de construção civil - um dos setores que mais geram emprego e renda, em especial para trabalhadores menos qualificados.

**Redução do IOF incidente sobre seguro de vida:** buscando reduzir o custo dos seguros de vida, para permitir o seu acesso a segmentos de renda mais baixa e a consequente expansão do setor, o Governo está diminuindo a alíquota do IOF incidente sobre os prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais. Esta alíquota, que atualmente é de 7%, será reduzida para 4% em setembro de 2004, para 2% em setembro de 2005 e zerada em setembro de 2006. A medida tem dois objetivos principais. Em primeiro lugar, estimular a poupança doméstica, na medida em que as reservas constituídas pelo seguro de vida representam importante mecanismo de poupança de longo prazo e, portanto, uma importante fonte para o desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de financiamento de longo prazo. Em segundo lugar, o estímulo ao seguro de vida tem um impacto social positivo, pois se trata de uma cobertura de custo relativamente baixo, amplamente difundida em países desenvolvidos como suporte financeiro às famílias que sofrem com a perda de um de seus provedores.

**Modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras:** com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais e estimular a formação de poupança de longo prazo, o Governo está adotando medidas de incentivo às aplicações financeiras de médio e longo prazos, por meio de um tratamento tributário diferenciado, tanto para as aplicações de renda fixa quanto de renda variável. A partir de 1º de janeiro de 2005, serão adotadas novas alíquotas de imposto de renda para aplicações de renda variável e de renda fixa no País. A alíquota para investimentos em ações no mercado à vista e em fundos de ações passarão dos atuais 20% para 15%. Tal redução deverá criar novos incentivos aos investidores para que direcionem seus recursos rumo ao mercado de capitais, minorando o custo de financiamento das empresas abertas. Adicionalmente, está sendo regulamentada a compra e venda de ações pelo mecanismo da conta-investimento. Para os fundos de investimento e demais aplicações de renda fixa, será adotado um critério de tributação decrescente, de modo a induzir o investidor a permanecer mais tempo com os recursos aplicados nos fundos. A redução dessas alíquotas, além de favorecer o financiamento do investimento das empresas - mediante, por exemplo, a emissão de debêntures e ações -, deverá ter um efeito positivo sobre o perfil da dívida pública, na medida em que o alongamento das aplicações estimulará a compra de papéis de maior prazo. Este movimento terá reflexos positivos sobre o conjunto da economia, ao contribuir para a melhora do perfil de vencimento da dívida.

A implementação das novas medidas de desoneração tributária ao longo de 2004 e 2005 está sendo possibilitada pelo bom desempenho da arrecadação, advinda do combate à sonegação e da eficiência na fiscalização.

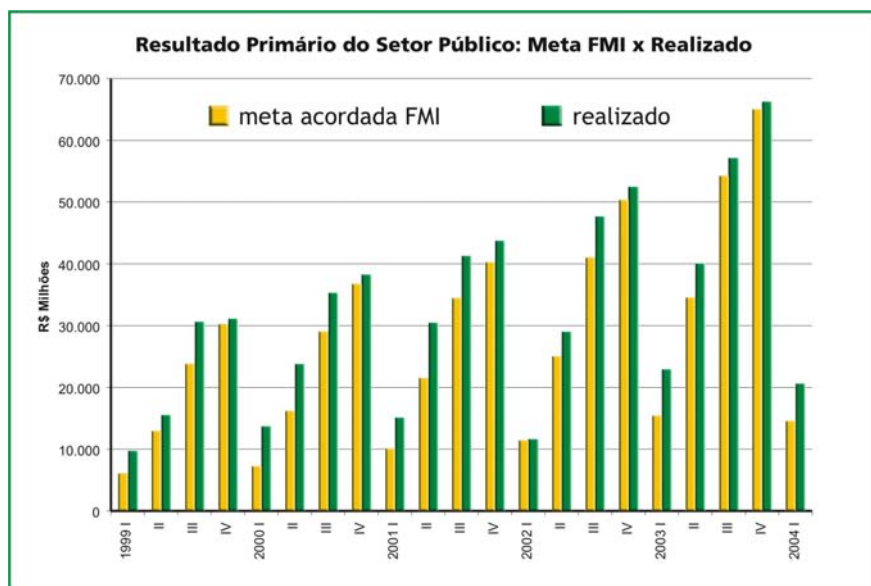
O Projeto de Lei ora encaminhado considera o impacto destas medidas de desoneração tributária, que representam 7,6 bilhões de redução em relação a 2004. A Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal, que representa a parcela das receitas decorrentes de tributos, retorna em 2005 a 16,34% do PIB, patamar de 2002 e próximo da média de 2003 e 2004 (em 2003, a Receita Administrada foi de 16,03% e em 2004 está projetada em 16,77% do PIB).

Cabe destacar que a medida de implementação de alíquota zero da COFINS e PIS/PASEP, para determinados produtos, estabelecida na Lei nº 10.925/04, resultará em redução da arrecadação destes itens da ordem de R\$ 3.692,0 milhões em 2005.

Finalmente, o Projeto de Lei Orçamentária para 2005 incorpora expressivas despesas inesperadas, uma vez que se referem às ações judiciais impetradas pelos beneficiários do INSS, que solicitam correção de seus benefícios por ocasião da implementação da URV, no início do Plano Real. Isto demonstra o compromisso do Governo com a elaboração realista do orçamento, em toda sua extensão.

O compromisso e a seriedade do Governo Federal na condução da política fiscal estão demonstrados pelos resultados alcançados

em 2003 e no primeiro semestre de 2004, quando se completaram 22 trimestres consecutivos de cumprimento das metas estabelecidas.



Este nível de realização tem sido obtido em virtude do monitoramento contínuo das projeções fiscais, efetuado pelo Governo por meio dos Decretos de revisão bimestral de receitas e despesas orçamentárias, a fim de corrigir os eventuais desvios entre as projeções e a efetiva realização, e conseqüentemente garantir o cumprimento das metas de resultado primário.

Para que a política fiscal seja sustentável, na tomada de decisões relativas às despesas de caráter continuado, como as de

pessoal e as relacionadas ao salário mínimo, o Governo tem considerado as limitações orçamentárias em uma visão de médio e longo prazo, ao tempo em que, as despesas com custeio gerenciável, de natureza essencialmente administrativa, vêm sendo reduzidas em favor da priorização dos investimentos e de outras despesas sociais.

No que se refere ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2004, após o encerramento do terceiro bimestre, tendo em vista o comportamento das receitas e a revisão da despesa executada, o Governo recompôs mais uma parcela das dotações previstas na Lei Orçamentária, que haviam sido temporariamente indisponibilizadas nas avaliações iniciais. Após esta reavaliação, que considerou os valores realizados até junho/04, verificou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1.095,5 milhões para o Poder Executivo e demais Poderes.

Ainda em relação aos resultados de 2004, o superávit primário do Governo Central alcançado no período de janeiro a junho foi de 4,44% do PIB, resultado 9,4% maior do que o obtido no mesmo período do ano anterior.

Do lado das Estatais Federais, o déficit primário acumulado no período foi de R\$ 1,1 bilhão, que corresponde a 0,14% do PIB. Este resultado está compatível com o esperado, uma vez que, como nos anos anteriores, o desempenho das estatais tende a ser deficitário nos primeiros meses do ano e a apresentar melhoria nos meses seguintes, de forma a alcançar a programação de resultado para o ano fiscal.

No que se refere aos Governos Regionais e suas Estatais, o resultado primário acumulado até junho foi de 1,46% do PIB.

Desse modo, o monitoramento desses resultados, de forma consolidada, tem sido feito mensalmente, estando garantido o cumprimento da meta global de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

A política fiscal consistente, juntamente com as importantes reformas estruturais adotadas desde o começo desta Administração, vem contribuindo para a melhoria do quadro econômico-financeiro do país, com sensíveis efeitos sobre a dinâmica da dívida pública.

Os juros nominais apropriados em 2004 registraram queda, passando de R\$ 74,3 bilhões (10,27% do PIB) no primeiro semestre de 2003, para R\$ 61,8 bilhões (7,71% do PIB) no primeiro semestre de 2004, reflexo da trajetória declinante da taxa juros.

O efeito combinado do maior resultado primário e da menor apropriação de juros nominais contribuiu para a redução da necessidade de financiamento do setor público. Enquanto o resultado nominal no primeiro semestre de 2003 foi deficitário em 4,74% do PIB, no mesmo período de 2004 apresentou um déficit de apenas 1,95% do PIB, revertendo a trajetória crescente da relação dívida/PIB no primeiro semestre de 2004, como mostrado anteriormente.

A administração prudente da dívida pública tem permitido o alongamento dos seus prazos e a melhora da sua composição, enquanto a recuperação das reservas internacionais tem diminuído a vulnerabilidade externa. Este fenômeno se reflete na trajetória decrescente da dívida externa total do setor público não-financeiro que, depois de atingir o pico de US\$ 123,7 bilhões em setembro de 2003, caiu ao patamar de US\$ 114,2 bilhões ao final de abril de 2004. Prevê-se que até dezembro do corrente ano serão realizadas amortizações adicionais desta dívida no montante de US\$ 13,2 bilhões, enquanto para 2005 o total projetado é de US\$ 16,4 bilhões - os registros do Banco Central do Brasil mostram que somente a partir de 2008 será percebido um alívio significativo nestes desembolsos.



# **III - Políticas Setoriais de Desenvolvimento**

Além da criação de um ambiente cada vez mais favorável ao crescimento da economia, o Governo vem adotando um novo modelo de desenvolvimento, caracterizado por um papel mais ativo do Estado no planejamento e implementação de políticas públicas, associado a políticas de redução da dívida pública como proporção do PIB e de redução da vulnerabilidade externa. Trata-se de intensificar e dar sustentação ao crescimento, combinado com a redução das desigualdades regionais e sociais existentes no País.

Essas políticas envolvem um amplo conjunto coordenado de ações voltadas para fortalecer os mecanismos de financiamento à produção e aos investimentos; elevar a competitividade dos setores produtivos; ampliar e modernizar a infra-estrutura básica, de modo a evitar entraves ao crescimento econômico; e estimular o crescimento mais acelerado das regiões menos desenvolvidas.

Para favorecer o aumento dos investimentos produtivos, requisito indispensável à sustentação do crescimento, ao lado dos efeitos favoráveis da redução consistente da taxa de juros reais, estão sendo implementadas medidas para aumentar a disponibilidade e reduzir os custos do crédito para o setor produtivo.

Os bancos públicos estão retomando sua função como agentes de desenvolvimento. O total dos créditos dessas instituições tem crescido, desde 2003, acima da média do sistema bancário brasileiro, destacando-se um apoio crescente aos segmentos de pequenas e médias empresas, além da concessão de microcrédito.

Como fruto desta estratégia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recriou o seu Departamento de Prioridades, o que tem garantido uma alocação de recursos compatível com os objetivos da política de desenvolvimento do País. As aplicações do Banco devem atingir R\$ 47,3 bilhões no ano de 2004, 35% a mais do que em 2003 e viabilizarão um investimento total na economia de mais de R\$ 70 bilhões.

Foi adotado, no início do ano, um conjunto de medidas de estímulo ao crédito imobiliário, fator importante para a elevação do nível de atividade e geração de emprego e renda. Como consequência, os bancos aplicaram cerca de R\$ 1,3 bilhão em financiamentos habitacionais no primeiro semestre de 2004, 50% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Mais recentemente, foram anunciadas novas medidas com a finalidade de estimular o crédito imobiliário, como a isenção, a partir do próximo ano, de Imposto de Renda para pessoas físicas nas aplicações em títulos imobiliários.

Em julho de 2004, foi aprovado pelo Congresso Nacional Projeto de Lei, de iniciativa do atual Governo, que favorecerá o acesso ao

## **Crédito ao Setor Produtivo**

crédito a um maior número de beneficiários e a um custo menor, em particular no segmento imobiliário. Alguns dispositivos da nova Lei - como o aperfeiçoamento do marco institucional do Patrimônio de Afetação - deverão contribuir decisivamente para um maior dinamismo do setor de construção civil no País.

O Governo vem também se empenhando pela aprovação da Nova Lei de Falências. Por reduzir as dificuldades para cobrança de dívidas, a nova legislação poderá estimular o mercado de crédito e reduzir os custos de financiamento, especialmente em uma conjuntura de crescimento econômico. A legislação protege e preserva o emprego, na medida em que facilita a recuperação de empreendimentos economicamente viáveis e dá tratamento diferenciado às empresas de menor porte no parcelamento de débitos.

## Agricultura e Agronegócio

O Governo tem apoiado fortemente o crescimento sustentável das atividades agrícolas. Além da realização e difusão de pesquisas agropecuárias, com impacto importante no aumento da produtividade do setor, tem ampliado os créditos para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos na agricultura.

Como reflexo desta política, a área plantada está crescendo cerca de 3 milhões de hectares por ano e os superávits comerciais do setor têm evoluído continuamente, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. O saldo comercial do agronegócio passou de US\$ 11,3 bilhões, no primeiro semestre de 2003, para mais de US\$ 16 bilhões, no primeiro semestre de 2004, indicando crescimento de 42,4%.

Os recursos mobilizados do crédito rural para a agricultura comercial estão alcançando valores recordes, evoluindo de R\$ 21,7 bilhões na safra 2002/2003, para R\$ 27,2 bilhões na de 2003/2004 e para R\$ 39,5 bilhões no plano da safra 2004/2005, recentemente anunciado.

Na safra 2004/2005, os recursos para investimentos deverão atingir R\$ 10,7 bilhões, mais do que o dobro do valor aplicado na safra 2002/2003. Esses recursos incluem programas como o Moderinfra, que possibilita, além de investimentos de irrigação, um crescimento importante dos meios de armazenagem da produção nas próprias fazendas, favorecendo ao agricultor a escolha do momento mais adequado para a sua comercialização.

A regulamentação da Lei do Seguro Rural, em junho de 2004, que permite, entre outros dispositivos, que o Executivo subsidie uma parte do prêmio do seguro, é outra importante medida para favorecer o crescimento sustentado da agricultura brasileira. A legislação permitirá a criação de uma indústria de seguros rurais no

Brasil, instrumento fundamental para garantir a estabilidade da renda agropecuária e a melhoria das condições de financiamento do setor.

O Governo tem se empenhado na defesa dos interesses brasileiros no agronegócio, seja no âmbito multilateral - com destaque para os avanços recentes na Rodada de negociação da OMC - ou nas negociações regionais, em busca da redução progressiva das barreiras às exportações de produtos do agronegócio e da eliminação de subsídios que distorcem o comércio mundial desses produtos.

Neste sentido, o Brasil obteve importante vitória na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a política americana de subsídios ao algodão, que provocam a retração dos preços internacionais do produto e o aumento desproporcional da participação norte-americana no mercado. Os resultados preliminares também indicam perspectivas promissoras de que o País venha a ser vitorioso no contencioso contra os subsídios europeus ao açúcar.

Com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, vinculada à Presidência da República como uma demonstração de maior compromisso, resgatou-se a dívida do país com a pesca brasileira, que durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia, sendo responsável hoje por 834 mil empregos diretos, 2,5 milhões de indiretos e por uma renda anual de R\$ 4 bilhões de reais.

O papel do Estado, por meio da SEAP, será de fomentar e investir na modernização da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, de estimular parcerias com os Estados e Municípios, e de incentivar o cooperativismo e o associativismo. Terá como meta dotar o setor de infra-estrutura de suporte para as atividades que contemplem não só o incentivo à criação de unidades modernas de beneficiamento do pescado; construção de entrepostos, terminais e frigoríficos; ampliação e modernização da frota pesqueira; como também o apoio à exportação e à comercialização interna.

Com o conjunto de instrumentos citados o Governo terá condições de imprimir no ano de 2005 um ritmo de crescimento próximo a 20% na produção de aquicultura e pesca, transformando-a em parte substancial do esforço de desenvolvimento econômico e social do País.

As ações propostas para 2005 com vistas ao desenvolvimento agrário, além de assegurar o acesso à terra, apóiam-se em dois desafios complementares contidos no Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA/2003. De um lado, buscar agilizar e dar qualidade aos assentamentos rurais - novos e antigos - de modo a garantir condições suficientes para que adquiram sustentabilidade e, de outro, ampliar

## Desenvolvimento Agrário

os prazos e condições para o financiamento da agricultura familiar de pequeno e médio porte.

O PNRA inova ao incorporar o conceito de desenvolvimento territorial que introduz uma nova lógica no processo de implementação de assentamentos de trabalhadores rurais. Como consequência, tornou obsoleta a idéia de um modelo único de assentamento a ser praticado em todo País, passando a instalação e desenvolvimento dos assentamentos a respeitarem as diferentes potencialidades e características regionais.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA conta para 2005 com previsão de gastos em outros custeios e capital da ordem de R\$ 4,3 bilhões, que comparados ao R\$ 2,2 bilhões da Lei Orçamentária de 2004 representa um aumento de 95%. Tais recursos deverão beneficiar 115 mil famílias por meio de novos assentamentos rurais e atender 70 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002.

A obtenção de terras para assentamento tem como eixo principal a desapropriação por interesse social, o que não exclui outras possibilidades, tais como a compra e venda, a arrecadação de terras, dentre outras. Neste sentido, destacam-se as ações de regularização fundiária, que concedem aos ocupantes de terra, sob condições fixadas em lei, o título de posse definitiva e a aquisição de terra diretamente pelos interessados, por meio do Crédito Fundiário - programa que substituiu o antigo Banco da Terra com recursos orçados em R\$ 427,2 milhões, comparativamente aos R\$ 340,5 milhões constantes da Lei Orçamentária de 2004.

Além disso, está prevista a universalização da assistência técnica e capacitação aos beneficiários da reforma agrária, cuja meta é beneficiar mais de 478 mil assentados. No tocante à agricultura familiar, a prestação da assistência técnica também será ampliada e atenderá cerca de 252 mil agricultores de forma direta, além daqueles que dispõem dessa assistência como um dos componentes dos financiamentos.

O Governo vem também apoiando fortemente a produção da agricultura familiar, por intermédio do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF. Os recursos disponibilizados para essa atividade na safra 2004/2005 deverão atingir cerca de R\$ 7 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões e R\$ 4,1 bilhões, respectivamente, nas safras 2003/2004 e 2002/2003. Já estão sendo beneficiadas com acesso ao crédito 1,4 milhão de famílias, número que deverá se elevar para quase 2 milhões, em função do aumento previsto de recursos na safra que está se iniciando.

Foi criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos, parte integrante do Programa Fome Zero, cujo objetivo é promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de populações em situação de risco alimentar. Na safra

2003/2004 foram aplicados mais de R\$ 200 milhões neste Programa, envolvendo a aquisição de alimentos produzidos por cerca de 100 mil famílias de agricultores.

Lançada, em março de 2004, a nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE alia ações voltadas para aumentar a competitividade de todo o parque industrial brasileiro, com o apoio a alguns segmentos estratégicos, capazes de contribuir fortemente para dinamizar a economia.

Os principais objetivos da nova política são a elevação da capacidade de inovação da indústria para desenvolver novos produtos e processos; e substituir importações e expandir as exportações. Para tanto, prevê políticas específicas para os segmentos de *software*, bens de capital, medicamentos e microeletrônica e para aqueles chamados portadores do futuro, como biotecnologia, nanotecnologia e biomassa.

A definição de diretrizes e a coordenação da implementação da nova política caberão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que reúne Ministros, empresários e trabalhadores, e está em exame pelo Congresso Nacional Projeto de Lei do Executivo que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, órgão que será responsável pela articulação e execução das ações nesta área.

O BNDES desempenha papel fundamental no financiamento dos investimentos previstos. Já foi criado o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - MODERMAQ com linhas de financiamento no valor de R\$ 2,5 bilhões, e destina-se a financiar a aquisição de bens de capital seriados, com prestações e taxas de juros fixas. Estão também em operação linhas de financiamento para produção de medicamentos e insumos farmacêuticos; bens de capital sob encomenda e serviços de engenharia; além do financiamento da produção, comercialização e exportação de *software*.

A nova política industrial contempla a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com o objetivo de encurtar, substancialmente, o prazo de registro de patentes, marcas e contratos de tecnologia.

Um dos importantes segmentos priorizados pela política industrial é o de fabricação de componentes para microeletrônica (semicondutores). Nesse segmento estão sendo desenvolvidas várias ações integradas, que vão desde a recente criação de Regime Aduaneiro Especial para agilizar o desembaraço de insumos e componentes para o segmento, até a implantação e consolidação de laboratórios para o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área.

## Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior

A Rede Brasil de Tecnologia foi criada em 2003, e está dando importante contribuição para o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo, mediante a identificação de demandas tecnológicas e maior integração entre a administração pública, universidades, empresas e agentes financeiros.

A Política Industrial atuará também fortalecendo os chamados Arranjos Produtivos Locais, mediante utilização de vários instrumentos, entre os quais destaca-se o Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEx, que disponibiliza técnicos para apoiar as empresas nas áreas de gestão e processo, com vistas a capacitá-las para atuar no mercado internacional. A meta do Projeto é atender cerca de 100 mil empresas até 2006. Já foram mapeados mais de 460 arranjos produtivos locais.

No âmbito do sistema tributário, foram adotadas medidas consistentes com os objetivos da nova política industrial. Para reduzir os custos dos investimentos, o Governo diminuiu, no começo de 2004, em 30% (de 5% para 3,5%) as alíquotas do IPI sobre uma lista de bens de capital. De acordo com as medidas fiscais recentemente anunciadas, o cronograma de redução do IPI sofreu uma aceleração e já a partir de setembro a alíquota cai para 2%. A lista de equipamentos beneficiados também foi ampliada, beneficiando, entre outros, os investimentos relacionados com a ampliação de segmentos que estão operando próximos de sua capacidade instalada.

O fim da cumulatividade na cobrança da COFINS e a sua cobrança sobre as importações vêm favorecendo o ajuste competitivo do parque industrial brasileiro, particularmente das cadeias produtivas mais longas, que eram muito prejudicadas pela cumulatividade do tributo e pela tributação diferenciada das importações.

Na área de Ciência e Tecnologia - C&T destacam-se várias ações voltadas ao atendimento dos objetivos da PITCE, em particular nos quatro setores estratégicos - software, fármacos e medicamentos, semicondutores e microeletrônica e bens de capital, além das áreas portadoras de futuro - a biotecnologia, a nanotecnologia e a biomassa.

Destacam-se, também, os incentivos fiscais para fomento de desenvolvimento tecnológico nas empresas; a extensão, até o ano 2016, dos benefícios para os setores de informática e de automação previstos na Lei de Informática; o novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais de C&T e o apoio à geração de pequenas empresas de base tecnológica, por meio de iniciativas como o Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (Pappe), o Programa de Criação de Tecnologia (Criatec) e o Projeto Mobilizar para Inovar.

Outro eixo de atuação na área de C&T inclui os chamados "objetivos estratégicos nacionais", entre os quais se enfatiza o Programa Espacial, o Programa Nuclear, a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, o semi-árido e a plataforma marítima brasileira.

O Brasil vem envidando esforços para o domínio da tecnologia espacial em seu ciclo completo - abrangendo satélites e cargas úteis, veículos lançadores e centros de lançamento. O programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) prevê o lançamento de mais dois satélites, o que permitirá ao Brasil continuar atuando no mercado internacional de fornecimento de imagens e ter instrumento eficiente para monitoramento de seu território e de suas fronteiras.

Ainda neste semestre, deverá ser iniciada a reconstrução do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, possibilitando a retomada do projeto do Veículo Lançador de Satélites - VLS brasileiro e a assinatura de contratos para a utilização de Alcântara em lançamentos internacionais. Para 2005, a fim de dar continuidade a estas ações prevê-se uma elevação superior a 130% em relação aos valores constantes da Lei Orçamentária de 2004.

Outro objetivo estratégico diz respeito à inclusão social que se dará mediante o apoio a programas e ações voltados para a difusão científica e tecnológica, com a criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, que estimularão a geração de emprego e renda nas regiões mais pobres do País.

O alcance desses objetivos depende diretamente de investimentos em recursos humanos, executados por meio dos programas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Em 2005 pretende-se conceder 56 mil bolsas nas diversas modalidades, e para tanto, o CNPq contará com recursos globais da ordem de R\$ 545,4 milhões.

Para dar sustentação ao trabalho integrado desses milhares de pesquisadores, será dada continuidade à implantação de tecnologias de redes avançadas para transmissão de dados, combinando a Internet com feixes de luz em fibra óptica, para interligar unidades de pesquisa e de ensino das diversas regiões do País no âmbito da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. Um investimento de R\$ 53 milhões, em três anos, para conectar na RNP unidades de pesquisa e ensino de todo o País.

Cabe destacar que a atuação da área de C&T estará diretamente associada à Lei de Inovação, encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional, que facilitará a transferência para o setor produtivo de conhecimento gerado nas universidades e institutos públicos de pesquisa, permitindo inclusive a participação dessas instituições e dos pesquisadores nos resultados financeiros derivados das inovações desenvolvidas.

A gestão dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia foi reformulada para garantir o apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em áreas prioritárias, inclusive as definidas na nova política industrial, como semicondutores, software, entre outras. As aplicações desses Fundos têm crescido

substancialmente no período recente, passando de R\$ 315 milhões em 2002, para R\$ 563 milhões em 2003, devendo atingir mais de R\$ 602 milhões no corrente exercício e com previsão de R\$ 722 milhões em 2005.

**Aplicação dos Fundos de Ciência e Tecnologia  
Série Histórica 2001-2005**

R\$ mil

Fundo	Executado			PL	
	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Fundos Setoriais</b>	<b>315.992</b>	<b>315.350</b>	<b>563.573</b>	<b>591.908</b>	<b>701.256</b>
Aeronáutico	0	196	12.027	12.000	15.000
Agronegócio	0	1.260	25.936	26.000	31.200
Biotechnology	0	970	13.163	13.000	30.000
Energ	50.167	25.324	66.140	73.620	75.000
Espacial	102	2.709	0	1.050	1.880
Hidro	20.594	11.689	18.264	17.000	42.160
Info	4	21.329	23.245	19.000	31.540
Infra	74.108	68.347	112.341	134.828	145.038
Mineral	2.285	2.453	4.419	5.000	6.352
Naval	0	0	0	0	4.592
Petro	111.201	75.079	82.136	75.040	87.087
Saúde	0	421	24.125	27.000	31.200
Transporte	26	3.401	1.798	2.370	207
Verde-Amarelo	57.505	102.172	179.979	186.000	200.000
Fundos Regionais	0	0	0	10.000	20.643
Amazônia	0	0	0	10.000	20.643
<b>TOTAL</b>	<b>315.992</b>	<b>315.350</b>	<b>563.573</b>	<b>601.908</b>	<b>721.899</b>

A promoção do comércio exterior é outro elemento central da ação governamental. Além do financiamento às exportações, via PROEX - Programa de Financiamento às Exportações e BNDES, o Governo promoveu aperfeiçoamento nos mecanismos de seguro de crédito às exportações, que redundaram em maior articulação e agilidade na concessão de crédito e seguro - pela criação de um único Comitê para administração dos dois instrumentos - e redução dos prêmios do seguro no caso de operações com países da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.

O Programa Brasil Exportador, lançado no final de 2003, integra 44 projetos e programas dos vários órgãos de Governo, com a meta de US\$ 100 bilhões de exportações para 2007. Como parte das iniciativas desse Programa, foram simplificados substancialmente os normativos para exportação e importação e está em processo final a consolidação e simplificação da legislação de drawback.

As políticas em curso têm contribuído para o desempenho expressivo das exportações brasileiras, que alcançaram o valor recorde de US\$ 83,4 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho de 2004 (contra US\$ 60,4 bilhões em 2002), permitindo um saldo comercial de quase US\$ 30 bilhões (contra US\$ 13,1 bilhões em 2002).

## Infra- Estrutura Econômica

A escassez de investimentos ao longo das últimas décadas provocou deterioração da infra-estrutura do País, particularmente em alguns segmentos, como no sistema de transportes, tendo contribuído também para provocar a crise no abastecimento de energia em 2001. Nesse contexto, a ampliação e modernização do setor é um desafio que precisa ser enfrentado com urgência, para eliminar entraves ao crescimento sustentado e melhorar a competitividade da economia.

O atual Governo, por intermédio do reforço do sistema de planejamento, vem identificando os projetos prioritários na área e procurando recuperar, progressivamente, a capacidade de investimento. Reformas estruturais, como a da Previdência, ações voltadas para a racionalização dos gastos em custeio da máquina administrativa - com resultados já bastante expressivos - e a defesa de critérios mais adequados para tratamento de determinados investimentos nas metas fiscais contribuem para liberar recursos para o investimento público.

No entanto, pela magnitude dos investimentos necessários, é fundamental criar condições favoráveis para maior participação do setor privado, isoladamente ou em parceria com o setor público, nos projetos de infra-estrutura. Para criar um ambiente favorável à realização desses investimentos, o Governo está aperfeiçoando os marcos regulatórios e a consistência institucional do ambiente de regulação em áreas prioritárias. Além disso, empenha-se na aprovação e implementação de Parcerias Público-Privadas - PPPs.

Foi encaminhado ao Congresso Nacional, em abril de 2004, o Projeto de Lei que aperfeiçoa o marco regulatório do sistema de agências reguladoras, e paralelamente, está sendo recomposto e fortalecido, por intermédio de concursos públicos, o quadro de recursos humanos das agências, inclusive mediante a substituição de pessoal admitido por meio de contratos precários.

Na área de energia elétrica foi aprovado pelo Congresso Nacional, em março de 2004, o novo modelo, que reduz substancialmente os riscos de racionamento de energia e permite tarifas mais baixas para os consumidores. Foi fortalecido o papel do Estado na área de planejamento do setor pela criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e criado o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, para acompanhar sistematicamente as condições de suprimento de energia.

Foram realizadas, em 2003, licitações de 11 linhas de transmissão em todas as regiões do País, totalizando cerca de 1.800 km e envolvendo investimentos totais de R\$ 1,4 bilhão. As empresas vencedoras foram as que apresentaram menor preço na tarifa, beneficiando, portanto, os consumidores industriais e residenciais. Estão previstos mais dois leilões para licitação de 18 linhas, num total de 7,7 mil km. Para diversificar a matriz energética brasileira,

foi criado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA. O Programa conta com o apoio do BNDES e prevê a contratação de 3.300 MW de energia no Sistema Interligado Nacional, derivados de fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

O Governo está também enfrentando o desafio de universalizar o acesso à Energia Elétrica. Para isto foi criado o Programa Luz para Todos, que tem o objetivo de levar energia para mais de 12 milhões de pessoas até 2008 e acabar com a exclusão elétrica no País, que hoje atinge cerca de 80% das famílias nas comunidades rurais. Em junho de 2004, foram assinados contratos no valor de R\$ 2,5 bilhões, suficientes para mais de 560 mil ligações.

Na área de petróleo e gás, são bastante expressivos os resultados obtidos pela Petrobrás na atividade exploratória, elevando as reservas domésticas comprovadas em mais de 14%, apenas no ano de 2003. Ademais, foram feitas descobertas importantes fora da Bacia de Campos, o que abre perspectivas de desenvolvimento de novos pólos de produção.

Outro aspecto a ser destacado é a preocupação governamental de maximizar os impactos positivos dos investimentos em petróleo e gás para a geração de empregos e fortalecimento da indústria nacional. Isto tem sido possível pela elevação das exigências de conteúdo nacional nas encomendas de equipamentos pela Petrobrás, como foi o caso das plataformas P-51 e P-52, e nos processos de licitação para exploração e produção de petróleo em novas áreas. Os investimentos no setor também têm contribuído para a reativação da indústria de construção naval, com a meta de contratação de 22 navios para entrega até 2010 e investimentos de R\$ 3 bilhões.

No setor de transportes, avanços importantes já foram obtidos com a elevação substancial dos recursos para o Setor, mas ainda há muito por fazer. Cerca de 50% das rodovias necessitam, urgentemente, de investimentos para sua recuperação. Paralelamente, quase 2 mil km da rede pavimentada federal, como a BR 101, Florianópolis-Osório, e a BR 101, no Nordeste, apresentam altos níveis de congestionamento de tráfego, necessitando de obras urgentes de adequação de capacidade. A má conservação das rodovias e o congestionamento do tráfego acarretam custos adicionais da ordem de 40% no transporte de cargas e passageiros, com acréscimo de até 60% no consumo de combustíveis.

As boas condições da malha rodoviária estão diretamente relacionadas ao crescimento econômico e à segurança dos seus usuários. Os primeiros sinais de elevação da atividade econômica neste ano, o crescimento da produção agrícola e das exportações, evidenciaram a necessidade de o Governo atuar de forma mais incisiva em relação ao setor rodoviário.

A recuperação das estradas é uma das prioridades do Governo Federal. Em 2003, conforme demonstra o quadro abaixo, foram

investidos R\$ 818,9 milhões na manutenção da malha rodoviária federal, 55% a mais que em 2002 (R\$ 528,3 milhões). Na Lei Orçamentária de 2004 estão previstos R\$ 942,1 milhões e para 2005, visando a dar prosseguimento às ações que buscam reverter no curto prazo a profunda degradação das rodovias brasileiras, R\$ 1.131,0 milhões.

R\$ milhões				
Programa	Executado 2002	Executado 2003	Lei 2004	PLO 2005
Manutenção da Malha Rodoviária	528,3	818,9	942,1	1.131,0

Esses recursos serão aplicados em ações de conservação preventiva e rotineira ao longo de 30 mil km, restauração de 4,8 mil km, serviço de manutenção terceirizada de 4,3 mil km, manutenção e reparação da sinalização de 6,2 mil km e operação de 30 postos de pesagem de veículos.

Para obras de adequação e duplicação da BR 101 - Florianópolis-Osório, cuja execução inicia no corrente exercício, estimam-se para 2005 recursos da ordem de R\$ 135,0 milhões. O projeto viabilizará a criação de um corredor rodoviário duplicado ligando os grandes centros econômicos do Brasil aos países do Mercosul. Esse trecho de 350 km, cujas obras já foram licitadas a um custo de R\$ 1,4 bilhão, é a última etapa da ligação rodoviária em pista dupla desde Belo Horizonte até Porto Alegre.

Sua duplicação, um anseio acalentado há anos pelas comunidades que vivem sob a influência da Rodovia, trará diversos benefícios à Região Sul com a melhoria da fluidez e da segurança do tráfego. Além dos aspectos econômicos que justificam a obra devem ser consideradas: a redução do custo do frete, o maior afluxo de turistas, e especialmente a possibilidade de redução dos altos índices de acidentes e de atropelamentos de pedestres e ciclistas nas cercanias da Rodovia.

No que se refere à BR 101 - Nordeste, a presente proposta prevê R\$ 124,9 milhões para dar início às obras de sua duplicação no trecho que vai de Natal, no Rio Grande do Norte, ao Entroncamento com a BR-324 na Bahia. Devido à sua localização ao longo do litoral, dentre os muitos benefícios que essa iniciativa trará à região de influência da Rodovia, o de maior destaque é, sem dúvida, o crescimento do turismo e, conseqüentemente, do setor de serviços, como hotéis, bares, restaurantes, pousadas e outros, e o imediato aumento da oferta de emprego e a elevação da renda da população local.

A adequação da Rodovia resultará, também, na melhoria da segurança de veículos e de pedestres próximos aos perímetros urbanos, com a separação do tráfego local do de longa distância, disciplinando o trânsito de pessoas e ciclistas; e na redução da tarifa de transporte de carga e passageiro, aumentando a competitividade dos produtos locais.

O Governo está atualmente envolvido num esforço para identificação dos entraves físicos e operacionais dos principais portos

brasileiros, com vistas a definir investimentos emergenciais e medidas administrativas que possam evitar problemas logísticos para escoamento das exportações brasileiras.

Como consequência dos levantamentos iniciais, serão investidos em 2005 R\$ 235,0 milhões no melhoramento, na modernização e expansão de instalações portuárias em todo o Brasil. Desses recursos, tendo em vista a importância do transporte hidroviário para a sua economia e para a movimentação de seus habitantes, R\$ 42,0 milhões destinam-se à construção e ampliação de 23 terminais portuários na Região Norte.

De forma a cumprir o Acordo da Conferência Diplomática sobre Segurança Marítima, realizada pela Organização Marítima Internacional - IMO, o Governo Federal implantará o Sistema de Segurança nos Portos Nacionais. Para tanto, estão previstos investimentos de R\$ 20,0 milhões em 2005, complementando as ações já desenvolvidas em 2004 estimadas em R\$ 100,0 milhões.

Ainda, para favorecer os investimentos na modernização e ampliação dos Portos, foi recentemente criado o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO. O regime concede, até dezembro de 2005, com possibilidade de prorrogação por mais um ano, ampla desoneração fiscal (IPI, PIS/COFINS, Imposto de Importação - II) para aquisição de equipamentos para o setor portuário, sendo a suspensão do Imposto de Importação condicionada à não-existência de similar nacional.

Na área do licenciamento ambiental, o Executivo está capacitando o quadro técnico permanente de licenciamento do Ibama e criando áreas específicas de licenciamento para os setores de transporte, petróleo e gás, energia hidrelétrica, entre outros, o que possibilitará o aperfeiçoamento e a agilização das atividades de licenciamento, e contribuirá para a eliminação de entraves desnecessários aos investimentos de infra-estrutura econômica.

---

## **Desenvolvimento Regional**

O Governo vem implementando um conjunto de ações para reduzir as desigualdades regionais do País e viabilizar um crescimento econômico mais harmônico. Algumas iniciativas, como o apoio aos arranjos produtivos locais, as ações para a agricultura familiar, o estímulo às atividades turísticas e a política de ampliação da infra-estrutura econômica, permitirão impactos favoráveis no desenvolvimento regional. Outros instrumentos específicos estão sendo também mobilizados com esse objetivo.

Foram intensificadas as aplicações com recursos dos Fundos Constitucionais. Para o conjunto das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o valor aplicado em 2003 (R\$ 3,0 bilhões) superou

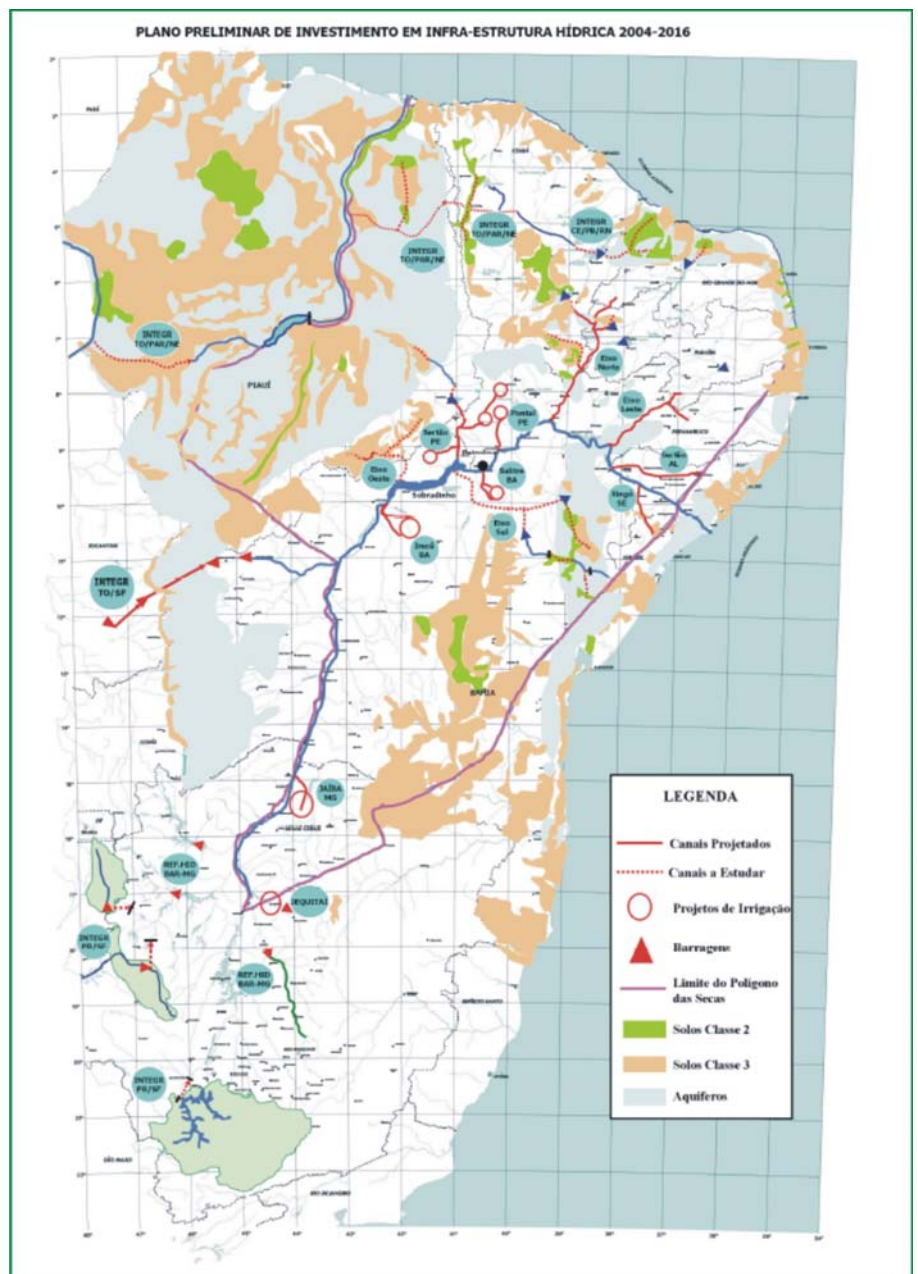
em mais de 30% o do ano anterior. No caso do Nordeste, o valor aplicado em 2003 (R\$ 1,1 bilhão) foi quatro vezes superior ao investido em 2002 (R\$ 254 milhões). O total de crédito previsto para 2004 deve superar R\$ 6,6 bilhões, tendo como prioridade a aqüicultura e pesca, o aproveitamento da biodiversidade das regiões e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais.

Para enfrentar os problemas do Semi-Árido do Nordeste, foi criado o Programa Conviver, com três objetivos principais: desenvolver e dinamizar a economia; oferecer infra-estrutura hídrica; e viabilizar a melhor convivência da população com a região. Estão em andamento várias obras de armazenagem e distribuição de água, que têm potencial para beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas.

O destaque da ação do Governo nessa área é o projeto de transposição do Rio São Francisco, que passou por profunda reformulação em relação ao projeto anterior e evoluiu para uma visão ampla de integração de bacias hidrográficas, aliada à revitalização daquele Rio, por meio do desenvolvimento de diversas ações de recuperação ambiental. Essa nova visão fundamenta-se na sinergia hídrica proporcionada pela otimização dos recursos das bacias beneficiadas, priorizando o seu uso racional e suprimindo as carências hídricas resultantes das longas estiagens.

Foram redesenhados novos eixos de transposição, buscando uma concertação entre os diversos segmentos ligados ao tema "água". Esses eixos, denominados Norte e Leste, estão subdivididos em trechos ou módulos para a implantação do Projeto de forma mais eficiente, em uma Região que detém mais de 30% da população do Polígono das Secas, equivalente a 3,5 milhões de habitantes no Eixo Leste e 5,0 milhões no Eixo Norte.

No Eixo Norte, os volumes de água transpostos aumentarão a vazão da Bacia dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e



Apodi, estimulando a produção agrícola dos seus vales férteis e a melhoria da manutenção dos Açudes estratégicos da Região: Castanhão, no Ceará; Santa Cruz e Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte; e Engenheiro Ávidos, na Paraíba. Além disso, indiretamente, serão beneficiados os Açudes de Orós, no Ceará; e Coremas, na Paraíba, tendo em vista a possibilidade de operarem de forma sinérgica com os canais do Eixo.

No Eixo Leste, serão beneficiados, principalmente, os Estados de Pernambuco e da Paraíba, mediante o aumento da vazão da Bacia dos Rios Moxotó, Ipojuca e Paraíba. Nesse Eixo, a água transposta será utilizada essencialmente pela população urbana e pelo setor industrial, cuja capacidade de pagamento possibilita o retorno econômico do investimento. Com isso, viabiliza-se em atividades agrícolas da população interior o uso da água dos açudes locais das bacias receptoras, atualmente comprometidos pelo consumo urbano.

A transposição do Rio São Francisco associa-se às ações de revitalização, diante da necessidade de recuperar e ampliar a sua disponibilidade hídrica. Desse modo, estão sendo articuladas diversas atividades de recuperação, conservação e preservação ambiental para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições sócio-ambientais da Bacia e o aumento da quantidade e da qualidade das águas. A coordenação da revitalização, gerida pelo Ministério do Meio Ambiente, em função da transversalidade do tema, conta também com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, responsável direto pela implementação da transposição.

A viabilidade econômica do empreendimento justifica-se apenas com a redução das despesas públicas com gastos emergenciais e assistenciais às populações, decorrentes da seca que recorrentemente assola a Região. Ressalta-se, ainda, a redução das migrações para os grandes centros, a elevação da qualidade de vida das populações beneficiadas, a redução de gastos com a saúde pública e a abertura de uma perspectiva concreta de desenvolvimento para a Região. Ademais, a viabilidade financeira do empreendimento está baseada no princípio de que a água é um bem de valor econômico, pago por quem o consome.

A transposição terá impacto significativo na vida das cidades beneficiadas, o que permitirá a ampliação do setor de serviços, com destaque para o turismo, bem como para a agricultura, a piscicultura e a criação de gado na zona rural, atendendo indistintamente a pequenas e grandes propriedades. No caso da agricultura irrigada, vocação e, por vezes, única opção de ocupação econômica sustentável das áreas sujeitas à seca, a disponibilidade controlada de água, aliada ao clima seco e à qualidade do solo, permitirão produções agrícolas excepcionais com baixo uso de agrotóxicos. Dessa forma, com a oferta de água, os efeitos da seca no Semi-Árido nordestino poderão ser controlados, e a Região passará a dar valiosa contribuição à economia do País.

O montante de recursos destinados à transposição e à revitalização do Rio São Francisco, que atingirá em 2005 R\$ 1.073 milhões,

demonstra a ênfase dada pelo Governo Federal ao desenvolvimento da Região Nordeste. A transferência de águas do Rio São Francisco para bacias adjacentes tem a amplitude de um projeto nacional e insere-se na política de desenvolvimento e interação dos municípios assolados pelas secas, articulando-se com o processo de produção e com a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O projeto de transposição, cuja implantação está estimada em R\$ 4,2 bilhões, não deve ser visto como a solução final dos problemas do Nordeste, mas atenderá às necessidades de água de parte das populações sujeitas às secas e representa uma parcela importante de um conjunto de medidas necessárias ao desenvolvimento da Região e ao resgate da chamada dívida social do País com aquelas comunidades.

Com vistas a apoiar as ações na área de Desenvolvimento Regional está em análise no Congresso Nacional projeto encaminhado pelo Governo que objetiva a criação das novas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, para que possam, sem os vícios dos órgãos extintos no passado, contribuir em novas bases para o desenvolvimento dessas regiões.

A política para promoção do turismo interno, formulada pelo atual Governo, tem também papel relevante para a dinamização das regiões menos desenvolvidas do País. Neste sentido, o Plano Nacional de Turismo, lançado em 2003, tem, entre seus objetivos, a geração de renda e a redução das desigualdades regionais.

O Plano inclui um projeto de regionalização do turismo, que compreende o mapeamento da situação do setor nos municípios brasileiros, bem como dos principais produtos turísticos regionais. O Projeto permitirá a estruturação de um planejamento territorial turístico e a montagem de roteiros integrados, que articulam, em cada região, a atividade turística municipal.

Foi também criado no PPA 2004-2007, o Programa Nacional de Ecoturismo, instrumento importante para o desenvolvimento sustentável das regiões menos desenvolvidas do País.



## **IV - Políticas Sociais**

Combater a fome e a pobreza e assegurar que todos os brasileiros usufruam dos direitos sociais básicos são grandes desafios a serem enfrentados pela Nação. Ciente disso, o Governo Federal tem como compromisso fundamental o enfrentamento da questão social, contemplada prioritariamente na presente proposta orçamentária.

A redução das desigualdades em saúde constitui prioridade central deste Governo, que a define como condição essencial para a qualidade de vida e bem-estar da população.

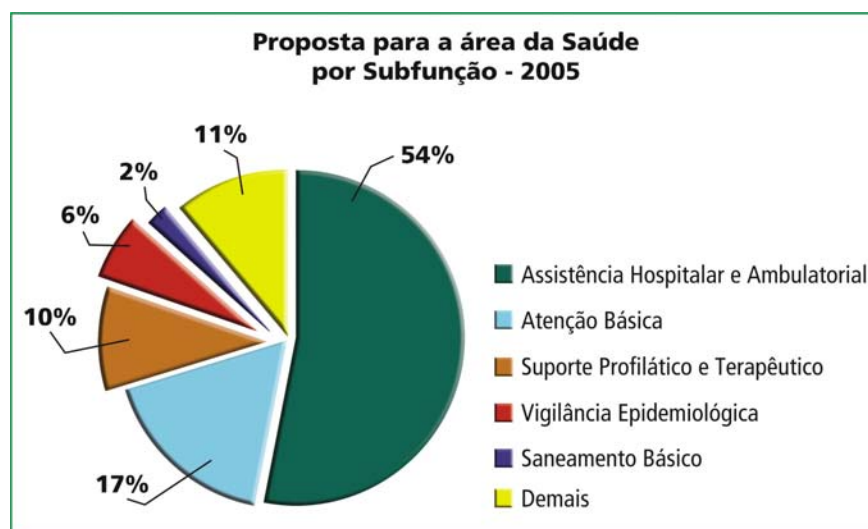
## Saúde

De acordo com Plano Nacional de Saúde - PNS e com as ações inscritas no PPA, para o alcance de resultados que possibilitem novos avanços no processo de correção das desigualdades em saúde no Brasil, o Ministério da Saúde em 2005 incrementará medidas que são estratégicas para tal, entre as quais podem ser destacadas aquelas compreendidas no âmbito da atenção básica, da atenção pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar, da assistência farmacêutica e da atenção a segmentos e agravos específicos.

No tocante ao fortalecimento da atenção básica, até dezembro de 2005, a expectativa é de que estejam em atuação cerca de 25.000 equipes de saúde da família, atendendo a uma população de mais de 86 milhões de pessoas. Serão 206.000 agentes comunitários de saúde atuando em todo País, cobrindo cerca de 65% da população.

Vale ressaltar a importância da implantação do Projeto de Expansão da Saúde da Família, em municípios com mais de 100 mil habitantes, como uma estratégia para ampliar a cobertura da população pelas equipes de saúde da família em grandes centros urbanos. Para o custeio da atenção básica, a proposta é revisar o valor per capita do Piso da Atenção Básica - PAB fixo, representando um aumento de cerca de R\$ 210 milhões no repasse federal aos estados e municípios.

Na atenção à saúde bucal, até o final de 2005, estima-se a formação de 12.000 equipes, para atender uma população de 82 milhões de pessoas. As equipes de saúde bucal são compostas por um dentista, um auxiliar de consultório e um técnico em higiene bucal. A atuação desses profissionais compreende extração dentária, restauração, aplicação de flúor, resina e prótese dentárias gratuitas.



O trabalho desenvolvido pelas equipes de saúde bucal integra as diversas ações que compõem o programa "Brasil Sorridente", nas quais serão investidos, até o final de 2006, aproximadamente, R\$ 1,3 bilhão. Outra frente do "Brasil Sorridente" consiste na fluoretação da água em 80% dos municípios com sistema de abastecimento que, atualmente, existe em 60% das cidades.

Outro conjunto de metas estratégicas a ser incrementada em 2005 no esforço para reduzir as desigualdades refere-se à ampliação do acesso da população à atenção pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, revela que as filas nas emergências dos hospitais, o longo tempo de espera para a realização de exames e cirurgias e a incapacidade das unidades de saúde de acolherem os pacientes são queixas frequentes entre os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Segundo essa pesquisa, concluída no final de 2003, mais de 90% da população brasileira é usuária de alguma forma de atendimento oferecido pelo SUS.

Baseado nesse trabalho, foi criado o programa QualiSUS, que busca promover a adoção de um elenco de mudanças visando proporcionar maior conforto ao usuário, atendimento de acordo com o grau de risco, atenção mais efetiva pelos profissionais de saúde e menor tempo de permanência no hospital. Os hospitais abarcados pelo programa receberão equipamentos novos, comprados pelo Ministério da Saúde, e terão suas instalações reformadas.

Já o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - Samu/192 -, iniciativa integrante do QualiSUS, destina-se a melhorar o nível de resposta - historicamente insuficiente - do sistema de saúde aos portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, que ocorre fora do ambiente hospitalar, provocando e perpetuando fluxos espontâneos de pacientes - em situação de urgência real ou presumida - aos prontos socorros, os quais não conseguem oferecer um atendimento de forma qualificada e humanizada.

O Samu/192 permitirá a organização e a racionalização da rede pública, visto que, na central de regulação deste Serviço, o médico atende a chamada de socorro e tem autonomia para fazer a triagem do atendimento, decidindo o destino do paciente segundo informações de vagas em leitos de emergências nos hospitais.

A estruturação dos serviços de atenção pré-hospitalar visa melhorar e qualificar o atendimento às urgências, diminuir o tempo de internação hospitalar e os prognósticos de reabilitação. O atendimento rápido a quadros agudos de natureza traumática e clínica, mediante o envio de ambulâncias de suporte básico e avançado - UTIs móveis - com equipes de saúde, contribuirá para diminuir significativamente o índice de mortes precoces.

Em relação à qualificação e ampliação do acesso hospitalar, o Ministério da Saúde definiu um conjunto de medidas e estratégias para a Reforma do Sistema de Atenção Hospitalar Brasileiro, conferindo especial atenção aos hospitais de pequeno porte.

O Brasil possui uma rede hospitalar bastante heterogênea no que diz respeito a incorporação tecnológica e complexidade de serviços, verificando-se não só grande concentração de recursos e de pessoal em complexos hospitalares de cidades de médio e grande porte, mas também claro desequilíbrio regional e favorecimento das regiões Sul e Sudeste.

Um grande esforço será empreendido também na prestação da assistência farmacêutica, questão essencial para uma atenção resolutiva e integral. Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem atuando em diferentes frentes, com a criação da rede pública de Farmácias Populares em todo o País, sendo alocados R\$ 350 milhões para o exercício de 2005, com o intuito de incentivar o desenvolvimento da indústria nacional do setor farmacêutico.

Já para a assistência farmacêutica básica no próximo ano, o Ministério da Saúde transferirá recursos do incentivo financeiro específico - destinado à aquisição de medicamentos na atenção básica de saúde -, cobrindo assim 5.560 municípios habilitados a receber tal incentivo. No tocante a insumos estratégicos no SUS, o público-beneficiário será atendido por diferentes programas, como o de controle de diabetes, Aids, endemias, tuberculose, asma, hipertensão arterial, hanseníase, tabagismo, e lupus, atenção à saúde da mulher e saúde-família.

Outra ação da assistência farmacêutica refere-se à aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais, destinados aos portadores de doenças crônicas de baixa prevalência e com alto custo de tratamento. Em 2005, serão mais de 370 mil pessoas, entre as quais estão incluídos os pacientes que realizaram transplantes, os portadores de insuficiência renal crônica, de osteoporose, de esquizofrenia refratária, de doença de Parkinson, de doença de Alzheimer e de doenças metabólicas, entre outros.

No tocante a segmentos específicos, cabe destacar a população indígena que, em saúde, apresenta um quadro diversificado de problemas, como deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do SUS; elevado coeficiente de mortalidade infantil; baixa cobertura vacinal; elevado índice de desnutrição, sobretudo em menores de 5 anos de idade; alta incidência da tuberculose pulmonar positiva; alta vulnerabilidade às DST/Aids; elevada rotatividade e baixa qualificação dos trabalhadores de saúde.

## **Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

O combate à fome constitui-se em um dos principais objetivos políticos do Governo Lula. As limitações que ainda hoje marcam o acesso aos alimentos para largos contingentes da população brasileira, reflexo, sobretudo, do baixo nível de renda, impõem ao País a priorização de uma política que assegure o direito à alimentação. Inaugurada com o Programa Fome Zero, essa política tem-se ampliado e vem sendo progressivamente fortalecida, associando-se às ações de acesso aos alimentos, intervenções de caráter estruturante voltadas ao combate das causas da fome, pela via da ampliação da renda e da promoção de oportunidades.

A construção e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional buscam englobar as várias dimensões envolvidas na erradicação da fome e na promoção da segurança alimentar, por meio de projetos integrados que contemplam a natureza intersetorial destes objetivos.

Por essa razão, os recursos para a Segurança Alimentar e Nutricional serão destinados especialmente às ações de aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando os pequenos agricultores e os assentados da reforma agrária; à reconstituição dos estoques de segurança alimentar; à distribuição de cestas básicas a populações em situação de risco nutricional; à construção de cisternas e ao apoio à instalação de restaurantes populares.

Quanto aos restaurantes populares apoiados pelo Fome Zero, seu objetivo é atender aos trabalhadores urbanos que se deslocam das periferias para o centro das grandes cidades, com comida de boa qualidade a preço baixo. Em 2005, propõe-se ampliar o número de cidades beneficiadas com a instalação de 49 novos restaurantes populares.

No tocante à Assistência Social, o Governo deu início, em 2004, a uma grande inovação: a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Com o SUAS busca-se potencializar a rede de atendimento municipal, a partir da identificação das necessidades dos grupos familiares, agregando-os aos programas já existentes. Em 2005 mais de 466,8 mil famílias serão atendidas por Centros de Referência em Assistência Social.

A prioridade apontada pelo Governo, de promover a inclusão social de crianças e adolescentes, vem sendo atendida pelos programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude e de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atenderá, até o final de 2005, 1 milhão de crianças.

Para a proteção social à criança, ao adolescente e à juventude o Governo Federal destinará recursos, em 2005, para o atendimento de cerca de 2 milhões de crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou alternativas comunitárias.

A capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social também atende a 55,6 mil jovens por mês. O propósito é atingir 110,0 mil beneficiários a partir do segundo semestre de 2005.

No combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o programa Sentinela contempla ações de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial. Este programa já está presente em 315 municípios de 26 estados da Federação, com previsão de atender 28 mil crianças e adolescentes por mês, em 2005.

## **Bolsa-Família**

O Programa Bolsa-Família, criado em outubro de 2003, utiliza transferências de renda monetária para famílias em situação de pobreza extrema e de pobreza, como poderoso instrumento de resgate da cidadania e inclusão social. Esta iniciativa tem como objetivos: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

A agenda de compromissos que as famílias necessitam cumprir para receber a bolsa auxilia esta população a romper o ciclo de perpetuação da pobreza. Primeiro, ao orientar os pais quanto ao acompanhamento da saúde de toda a família, em especial das gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos de idade. Depois, ao dar condições para a escolarização de seus filhos, com a obrigatoriedade da frequência à escola das crianças de 6 a 15 anos de idade e sua retirada do trabalho. Por fim, possibilita a transposição de uma barreira para inserção no mercado de trabalho dos membros adultos do núcleo familiar ao integrar-se a uma política voltada à alfabetização de adultos.

Devido a este efeito positivo em várias facetas do problema da pobreza o Governo Federal se propôs uma meta ambiciosa para o Bolsa-Família: atender, até o final de 2005, a 8,7 milhões de famílias. Este número extraordinário só será possível devido ao êxito que o programa conseguiu no último ano. Após a unificação dos diversos programas de transferência de renda existentes anteriormente, em outubro de 2003, iniciou-se uma forte expansão do atendimento, de forma que, já em dezembro de 2003, foram atendidas 3,6 milhões de famílias em todas as regiões do país. Em junho de 2004, o programa alcançou a meta de mais de 4 milhões de beneficiários em 5.461 municípios e deverá atingir a mais de 6,5 milhões de famílias até dezembro.

Ressalta-se que, para que não haja descontinuidade no pagamento de auxílio de renda a famílias carentes atualmente beneficiárias de outras ações, e que deverão migrar para o Programa Unificado, está prevista a manutenção do atendimento das atuais 6,0 milhões de famílias remanescentes de outros auxílios, que serão incorporadas ao programa até 2006.

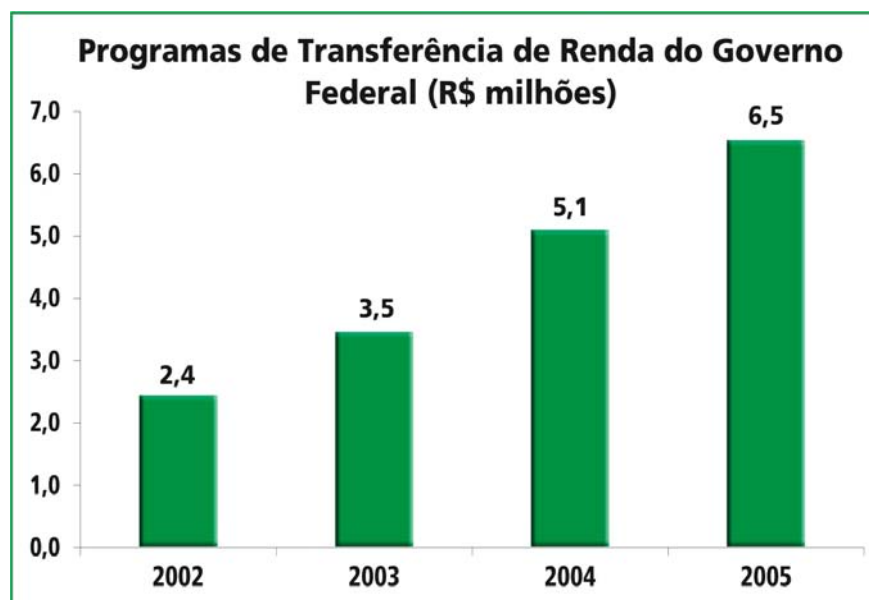
Visando atingir a meta fixada para 2005 bem como aprimorar o Bolsa-Família serão investidos R\$ 6,0 milhões no aperfeiçoamento do Cadastro Único. Também será reforçado o acompanhamento do atendimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação.

**Programa Bolsa-Família**

R\$ milhões

Item	Realizado		Lei 2004	Proposta 2005
	2002	2003		
<b>Total</b>	<b>2.616,3</b>	<b>3.642,9</b>	<b>5.343,7</b>	<b>6.702,8</b>
Transferência	2.435,4	3.454,9	5.136,2	6.537,8
Despesa Operacional	180,9	188,0	207,5	165,0

(\*) Em 2004, retirou-se a bolsa do PETI, que estava incorporada à mesma ação do Bolsa-Família



## Educação

O novo direcionamento estratégico da política educacional tem como eixos a democratização do acesso aos bens educacionais, melhoria da educação básica, sustentabilidade das fontes de financiamento e transformação do modelo educacional. Dentre as prioridades merecem destaque: a Alfabetização de Jovens e Adultos; a preparação do Fundeb; a Reforma da Educação Profissional e a Reforma da Educação Superior.

É importante destacar que a preocupação em propiciar a continuidade de estudo aos recém alfabetizados levou ao estabelecimento de uma articulação entre as ações de alfabetização

e as de ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos. Na recente revisão do Plano Plurianual - PPA - 2004-2007, um novo programa foi criado para integrar essas ações: o Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Com os novos critérios, passam a ser beneficiários das ações de alfabetização os municípios que apresentarem taxas de analfabetismo igual ou superior a 20% na população de 15 anos ou mais, além de municípios das regiões metropolitanas com número absoluto de analfabetos superior a 30 mil pessoas. Serão também privilegiadas as ações de alfabetização que atendam segmentos sociais específicos, como populações indígenas, do campo, remanescentes de quilombos e pessoas com necessidades educativas especiais.

Ao tratar dos níveis e modalidades de educação e ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, consolida a compreensão de que a educação básica inicia-se com a educação infantil, para as crianças com até seis anos de idade, e, além do ensino fundamental, obrigatório, estende-se ao ensino médio, para o qual prevê a progressiva obrigatoriedade e gratuidade. De forma a atender aos princípios inspiradores da legislação educacional e de maneira a consolidar a unidade do ensino básico, o Ministério da Educação - MEC efetuou a fusão das secretarias de Ensino Fundamental e Infantil e de Ensino Médio, passando a denominar-se Secretaria de Educação Básica, responsável por esses três níveis do ensino. Além disso, a proposta de criação do Fundeb, em substituição ao Fundef, visa dar sustentabilidade à fusão.

Para enfrentar problemas relacionados à fragilidade na formação dos professores e à falta de estímulo em sua prática pedagógica, está sendo proposto o Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. No âmbito desse programa é constituída a Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, organizados por campos do conhecimento, para a formação continuada de professores, o desenvolvimento de pesquisa, tecnologia, gestão e avaliação; e a prestação de serviços para os sistemas públicos de ensino.

Outra importante iniciativa é a proposta de ampliação do ensino fundamental, de oito para nove anos, com a inclusão de crianças de 6 anos de idade, no intuito de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória.

Com a implantação, em 2004, da Reforma na Educação Profissional, a partir de 2005 serão possíveis várias formas de articulação entre os ensinos técnico e médio, sendo a principal delas a que prevê a integração entre ambos, resgatando assim o modelo que vigorava antes de 1997.

A educação superior assume a condição de prioridade na política educacional do Governo Federal, com o desencadeamento do processo de sua reforma, no bojo da qual se inserem a

democratização do acesso a esse nível de formação e a disseminação da universidade no projeto de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, estão sendo concebidas e implementadas ações com rebatimento, tanto para o setor privado como, principalmente, para a esfera pública. Algumas ações pontuais já vêm sendo implementadas, no sentido de reverter o processo de deterioração ao qual foram submetidas às Instituições Federais de Ensino Superior nos últimos anos, tais como a autorização para a realização de concursos para docentes, o reajuste dos valores correspondentes às bolsas de mestrado e doutorado e a implantação de novas unidades e instituições federais de educação superior.

---

## Emprego e Renda

No primeiro semestre de 2004, observou-se um quadro mais favorável para a economia brasileira, que tem contribuído para melhorar o mercado de trabalho, com o incremento dos postos de trabalho e a redução do desemprego.

Outro dado alvissareiro é o aumento da formalidade: com efeito, dos 80 mil postos de trabalho criados no mês de junho de 2004, 24 mil eram com carteira de trabalho assinada, enquanto o estoque de empregados sem carteira recuou em 4 mil postos. Pela primeira vez em 3 anos, observou-se uma maior geração de empregos formais.

O grande desafio, contudo, a ser enfrentado pelo Governo Federal e pela sociedade brasileira como um todo, é a sustentabilidade deste processo de recuperação do mercado de trabalho. Para tanto, o Ministério do Trabalho e Emprego vem dando sua contribuição, mediante, por exemplo, a expansão do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano, que continuará a ser financiado com recursos extra-orçamentários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Em 2005 o Governo Federal pretende ampliar as ações vinculadas à execução dos programas de geração de emprego e renda.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é também prioridade do Governo Federal. Neste sentido, foi criado, em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, o qual vem passando por várias mudanças de forma a aumentar a sua efetividade, tais como, a ampliação da cobertura para jovens com ensino médio completo, a elevação do valor da bolsa paga e a flexibilização de algumas exigências feitas ao empregador. No âmbito desse programa também serão desenvolvidas ações de qualificação profissional.

Outra prioridade do Governo Federal na área de emprego e renda para 2005 é a erradicação do trabalho escravo, o que envolverá ações de fiscalização, assistência emergencial aos trabalhadores vítimas

dessa forma de exploração, atendimento ao trabalhador libertado e capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão do trabalho escravo.

Serão ampliados também os recursos alocados ao programa de intermediação de mão-de-obra realizada pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE. Tal proposta é de vital importância para a construção de um Sistema Público de Emprego no Brasil; o fortalecimento de seu papel na execução do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE; e a integração das políticas públicas de trabalho e renda.

---

O equacionamento fiscal dos sistemas previdenciários públicos, vis-à-vis a recuperação da economia, abre caminho, em 2005, para a ampliação da cobertura previdenciária, com inclusão de uma massa apreciável de trabalhadores informais de baixa renda, ainda desprotegida pelo sistema da Seguridade Social.

## Previdência Social

Neste sentido, a instituição de um Regime Especial de Inclusão Previdenciária, previsto na Proposta de Emenda Constitucional nº 227, de 2004, em apreciação na Câmara Federal, representa um passo adicional na Reforma da Previdência, qual seja, o do seu compromisso com a ampliação dos direitos sociais básicos.

Na esteira da ampliação do direito social previdenciário, o Ministério da Previdência Social deu ênfase, em 2004, a estratégia da participação social local, reconstruindo os conselhos locais que haviam sido extintos em 1999, deixando o público previdenciário sem canal de interlocução com a burocracia do sistema. Até junho de 2004, haviam sido instalados 46 desses conselhos, dos 96 previstos até o final do ano. Para o exercício de 2005, está prevista a instalação dos 20 conselhos remanescentes.

Deve-se ressaltar ainda que a Previdência prioriza para 2005 novas estratégias de combate à sonegação e às fraudes, destacando-se as seguintes:

- novos processos de gerenciamento de riscos do sistema da Previdência Social;
- ampliação e reestruturação das ações educativas de sensibilização da população;
- intensificação de atividades de combate às fraudes, tanto na arrecadação quanto na concessão dos Benefícios;
- recuperação mais eficaz dos créditos previdenciários inscritos na Dívida Ativa em cobrança.

Finalmente, deve-se mencionar que, em 2005, o Poder Executivo buscará a implementação de legislação complementar à Emenda Constitucional nº 42, de 2004, que permite desonerar a folha de

salário das empresas, substituindo-a por contribuições não cumulativas que incidam sobre receitas ou rendas empresariais.

## Cultura

Formou-se, paulatinamente, um consenso entre diversos segmentos da sociedade brasileira de que os maiores desafios das políticas públicas culturais são o reconhecimento da diversidade, o combate às desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso a equipamentos culturais e o fomento da economia da cultura, com seu potencial de geração de renda e trabalho.

Neste sentido, as iniciativas das políticas públicas culturais visam garantir e democratizar o acesso à cultura; criar uma política nacional de cultura; e promover um dinamismo cultural que valorize a diversidade e promova a inclusão social pela cultura.

Um dos mais sérios problemas da área da cultura é a carência de equipamentos. Embora essa característica seja geral, é mais acentuada nos municípios com menos de 50 mil habitantes, o que corresponde a 74% dos municípios do País. É preciso enfatizar, contudo, que nos últimos anos o número de municipalidades que adquiriu equipamentos culturais se ampliou, revelando certa dinâmica do setor cultural.

É pequena a proporção de municípios que conta com teatros (apenas 19%) e, menor, ainda, a que possui museus (17%). Se, por um lado, 79% dos municípios possuem bibliotecas públicas, por outro, somente 43% contam com livrarias. Menos da metade dos municípios conta com lojas de música (49%), bandas de música (44%), rádios FM (38%) e AM (21%) ou, ainda, orquestras (6%). Note-se, porém, que a absoluta maioria dos domicílios do Brasil possui rádio (88%).

A presença de outros equipamentos culturais revela os padrões de difusão da cultura no Brasil: enquanto 64% dos municípios brasileiros possuem videolocadora, apenas 8% têm cinema. A absoluta maioria dos domicílios tem TV (90%), ou seja, pode-se constatar a importância dos equipamentos de consumo e de acesso privados à cultura. A despeito da disseminação da televisão, apenas 8% das municipalidades possuem geradoras de televisão e poucas têm TV fechada (6,7%), o que é revelador da homogeneização das imagens e da padronização da informações, sobretudo, as veiculadas pelas TVs abertas, devendo-se destacar que algumas emissoras têm abrangência em praticamente todos os municípios brasileiros.

Tendo em vista ser tarefa do Estado, em suas diversas esferas de atuação, assegurar e democratizar o acesso ao vasto repertório de possibilidades simbólicas e existenciais que integram o espaço cultural, o Ministério da Cultura atuará, em 2005, em seis grandes frentes definidas como prioritárias e que contribuirão para superar

a tendência à homogeneização cultural, melhora a capacidade de atuação das instituições públicas e dinamizar a economia da cultura, quais sejam:

- implementar o Sistema Nacional de Cultura com a articulação de sistemas setoriais de cultura, como museus, bibliotecas, arquivos, patrimônio, além da criação de uma rede nacional de circulação da produção cultural;
- articular iniciativas dos Governos Federal, estaduais e municipais;
- mobilizar a sociedade civil e os gestores públicos de cultura na institucionalização de um sistema participativo por meio da instalação de conselhos deliberativos e paritários nas diversas esferas de Governo;
- democratizar o sistema de financiamento e reorientar suas iniciativas segundo critérios públicos;
- aumentar os recursos destinados à cultura estimulando suas diversas cadeias produtivas;
- valorizar a diversidade cultural com a criação da rede de organizações e do programa Identidade e Diversidade Cultural.

---

Dentre as principais diretrizes do setor esportivo, encontra-se a elevação do Brasil à categoria de potência esportiva mundial. Nesse sentido, foram alinhados esforços em três ramos principais: a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; a concessão de Bolsas a Atletas de Alto Rendimento e a expansão e o desenvolvimento do esporte para as crianças pelo reforço do programa Segundo Tempo.

## Esporte

Para melhor desenvolver as atividades preparatórias à realização dos Jogos foi criado ainda em 2004 o Programa Rumo ao Pan, cuja ação de implantação da infra-estrutura para a realização dos jogos prevê que ao final de 2005 tenhamos ultrapassado 50% das obras necessárias.

O Bolsa-Atleta foi instituído em 2004 com vistas a criar uma massa de atletas envolvidos com seu desenvolvimento individual e a elevar a participação do Brasil nos pódios de competições internacionais. Para tanto, serão transferidos recursos mensalmente aos atletas praticantes de desporto de rendimento que são destaques no cenário nacional e internacional, abrangendo desde o atleta estudantil até o que atingiu nível olímpico.

Com a certeza de que o Esporte é fator de inclusão e, também, ferramenta de desenvolvimento físico e mental, o programa Segundo Tempo propiciará às crianças brasileiras da Rede Pública de Ensino da Educação Básica o acesso à prática esportiva. Desenvolvido em turno diverso daquele destinado às aulas normais, permitirá que a criança freqüente núcleos de esporte, na própria escola ou em entidades esportivas, recebendo, além do acompanhamento de

especialistas em esporte, reforço alimentar necessário ao seu bom desenvolvimento.

Este programa além de promover o acesso a prática desportiva pelas crianças, reduz a idade de ingresso no esporte de alto rendimento para aquelas com potencial de tornar-se, no futuro, um atleta de ponta; aumenta a geração de atletas; e possibilita melhora qualitativa do esporte nacional.

## **Direitos Humanos, Justiça e Cidadania**

A promoção e proteção dos direitos humanos é uma meta deste Governo e, neste sentido, vem desenvolvendo ações que têm como objetivos ampliar a cidadania e assegurar oportunidades mais justas para aqueles grupos que, historicamente, sofrem discriminações no país.

Assim, partindo do reconhecimento de que a efetivação dos direitos humanos depende, em última instância, da implementação de políticas públicas bem elaboradas, esta gestão governamental vinculou a Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH à Presidência da República, como uma demonstração de maior compromisso sobre os atos administrativos, as ações e os recursos voltados para esta área.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos responde pelas políticas de promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, onde se encontram a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a promoção da sua integração à vida comunitária.

### ***Criança e Adolescente***

Na área da criança e do adolescente, o Governo Federal desencadeou uma série de medidas coerentes com o objetivo de promover e garantir os direitos desta parcela da população.

Para 2005, as principais prioridades na área de proteção dos direitos da criança e do adolescente são as seguintes:

- fortalecimento dos conselhos locais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares por meio do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A existência dos conselhos é a garantia do acesso à justiça e aos direitos da população infanto-juvenil. Atualmente, existem conselhos tutelares em 67% dos municípios brasileiros e, conselhos de direitos, em 76% dos municípios. A meta para 2005 é que os conselhos estejam presentes em todas as municipalidades do país.
- humanização do atendimento socioeducativo dos adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade, buscando o pleno atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente -

ECA, por meio do programa de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei. Também estão previstas ações de articulação com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, visando à ampliação da escolaridade e à oferta de cursos de capacitação para o mundo do trabalho voltados para os adolescentes privados de liberdade com vistas a sua re-inserção na sociedade.

- criação de políticas específicas de combate à violência infanto-juvenil. Para tanto, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente tem empreendido esforços no sentido de desenvolver uma estratégia de combate ao desarmamento juvenil. Nesta linha se destaca a ação realizada em parceria com o Ministério da Educação - MEC, de Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas, financiada com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.

## ***Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos***

O programa Direitos Humanos, Direitos de Todos vem tradicionalmente desenvolvendo ações em prol da promoção e defesa dos direitos. Neste sentido, merece destaque os "Balcões de Direitos", cuja finalidade inclui, além do fornecimento de documentação civil básica, a orientação jurídica gratuita e a mediação de conflitos.

## ***Combate à Homofobia***

O programa Brasil Sem Homofobia, inédito no país, foi lançado em 2004 e tem por objetivos precípuos o combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e a promoção da cidadania homossexual. Com este instrumento, o Brasil se destaca como vanguarda na adoção de uma política pública desta natureza, seguida por outros países da América Latina e do mundo.

## ***Pessoas Portadoras de Deficiências***

Desde que o Censo Demográfico de 2000 constatou que 14,5% da população brasileira é diretamente atingida por deficiências de diversos tipos, colocou-se para o Estado e a sociedade o desafio de garantir os direitos de cidadania e promover a efetiva inclusão social de cerca de 25 milhões de brasileiros.

Considerando-se o fato de que, numa sociedade desigual como a brasileira, a pobreza e a marginalização social são problemas que, embora não exclusivos, atingem de forma especialmente cruel as pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, tem-se um quadro ainda mais expressivo da urgência social deste tema no país.

O atual Governo assumiu o compromisso de contribuir para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da questão da acessibilidade, ou seja, da promoção de seu direito ao pleno acesso aos bens socialmente disponibilizados.

## *Igualdade Racial*

Um dos destaques deste Governo foi a criação, em caráter pioneiro na história do país, de uma instituição federal voltada especificamente à coordenação de políticas públicas dirigidas à promoção da igualdade racial. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial cumpre tal papel.

As precárias condições de vida da população negra brasileira consubstancia um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas políticas públicas: o combate às desigualdades raciais que é, em grande medida, pautado pela existência da discriminação racial.

É nesse contexto que as políticas de promoção da igualdade racial, como as políticas valorizativas, as afirmativas, as de reforço de programas universais direcionadas às populações negras, entre outras, surgem como relevante instrumento de reversão deste cenário perverso.

Para 2005, a ênfase será outorgada às seguintes atividades:

- realização da I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, em maio de 2005. O objetivo deste importante evento é o de subsidiar o poder público no desenho, na implementação e na avaliação de medidas e instrumentos voltados para o combate dos mecanismos de reprodução do racismo, do preconceito e das desigualdades raciais;
- expansão do programa Brasil Quilombola, que objetiva a promoção da convergência e integração de um conjunto de ações, tais como, regularização de terras, provimento de infra-estrutura e serviços, além de outras ações que busquem o etnodesenvolvimento dessas comunidades;
- fortalecimento do Fórum Intergovernamental de instituições voltadas para a promoção da igualdade racial por meio de assistência técnica, de repasse de recursos para projetos exitosos e de capacitação de gestores. Atualmente integram o Fórum 7 estados e 36 municípios;
- implementação de ações valorizativas e afirmativas, particularmente, nos campos da saúde, educação e mercado de trabalho;
- formação e capacitação de gestores em políticas públicas de promoção da igualdade racial.

## *Igualdade de Gênero*

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, vinculada diretamente à Presidência da República e com status ministerial, foi um marco na luta empreendida pelos

movimentos sociais e de mulheres na defesa dos seus direitos e de políticas públicas que dessem visibilidade à questão de gênero, e atuassem no sentido de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres nas mais diferentes esferas da vida social.

Dentre as atividades realizadas, merece destaque a elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, que, ao enfatizar as medidas de prevenção e as mudanças na concepção da estrutura de atendimento às mulheres vitimadas, levou à criação da chamada "rede de cidadania".

Tal rede corresponde a um conceito de colaboração e integração dos diversos serviços que visam à assistência integral à mulher em situação de violência, tais como delegacias, casas-abrigo e serviços de saúde, reunindo recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência doméstica em nosso país.

Entre as prioridades para 2005, destaca-se o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, no âmbito do programa de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho, com vistas à inclusão das mulheres e à redução das desigualdades sociais e econômicas pela via do trabalho.

Por fim, o Governo Federal pretende consolidar a transversalidade de gênero em todas as esferas e órgãos governamentais, de modo a garantir que as políticas públicas adotem uma perspectiva de gênero desde o processo de elaboração de suas diretrizes básicas até o momento de avaliação de resultados, permitindo analisar o impacto diferenciado das ações entre homens e mulheres e sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres.

Nesse sentido, a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2005, vai ao encontro dessa política de priorização da transversalidade.

## **Acesso à Justiça**

A Proposta Orçamentária para 2005 contempla às Justiças Federal e do Trabalho e ao Ministério Público da União com os recursos necessários para implantação de novas varas e juizados especiais federais, varas do trabalho, Procuradorias da República e Ofícios do Ministério Público do Trabalho, nos termos do que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

No caso da Justiça Federal tem-se procurado democratizar o acesso aos serviços por ela prestados à população, mediante a criação dos Juizados Especiais Federais e das 183 Varas Federais, cuja meta para 2005 é a instalação de 123 dessas Varas.

A instalação de novas Varas Federais tem como propósito, além de proporcionar condições para acelerar as cobranças relativas a

débitos judiciais de interesse da Fazenda Pública, a interiorização da Justiça Federal, de interesse primordial do cidadão que busca o serviço da Justiça em todo o território nacional, assegurando-lhe os direitos sociais e sua efetiva participação democrática.

Por sua vez, a Justiça do Trabalho, com os recursos alocados em 2005, poderá instalar 1.378 Varas, representando um crescimento de 24%. Serão atingidos, prioritariamente, os municípios do interior, muitos sem a jurisdição da Justiça Especializada Trabalhista, e os grandes centros populacionais com elevado número de litígios. Planeja-se para o próximo ano um incremento de mais de 350 mil novas causas trabalhistas, totalizando a meta de mais de 2,5 milhões de processos a serem solucionados em 2005.

Dois aspectos se destacam nessa nova fase da Justiça do Trabalho. O primeiro diz respeito à interiorização que propiciará a intensificação do combate ao trabalho escravizador e degradante, bem como ao trabalho infantil, em consonância com as prioridades sociais do Governo Federal e o segundo, refere-se ao aumento de varas trabalhistas nos grandes centros trará maior celeridade no julgamento dos litígios.

O crescimento observado está direcionado aos investimentos necessários à implantação das novas varas do trabalho e à informatização do processo trabalhista, integrando as instâncias judiciais, as partes em litígio e seus representantes, e dando transparência, rapidez e eficácia ao julgamento.

No que se refere ao Ministério Público da União para o exercício de 2005 serão implantadas 35 Procuradorias da República nas Varas Federais e 25 Ofícios nas Varas da Justiça do Trabalho, assegurando a atuação do Ministério Público ao lado da Justiça, a agilização do andamento dos processos, e o maior acesso da população aos serviços jurisdicionais do Ministério Público, além do atendimento satisfatório da demanda trabalhista em 1ª instância.

---

## Segurança Pública

No que diz respeito às ações voltadas para a Segurança Pública, o ano de 2005 representará um avanço sem precedentes na área, particularmente no que concerne aos investimentos previstos na modernização institucional e no reaparelhamento das forças de segurança, na instalação de ouvidorias independentes de polícia, na formação e valorização profissional dos policiais, e em tecnologias aplicáveis na investigação e na formação de provas.

Vale lembrar que todas as ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP foram objeto de priorização deste Governo, por entender que o combate à criminalidade não deve ficar circunscrito a uma única esfera de Poder.

O Governo tem adotado uma estratégia de integração de todas as Unidades da Federação que aderiram ao SUSP. Por meio deste Sistema, os Governos estadual e municipal passaram a apresentar projetos a serem apoiados com recursos federais, desde que condizentes com as diretrizes formuladas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, ente responsável pela definição dos critérios e das políticas a serem implementadas nas diversas regiões do País.

A União pretende, por intermédio do Fundo Nacional de Segurança Pública, fortalecer as polícias estaduais e municipais, implantar institutos de criminalística e laboratórios regionais de DNA forense em diversos pontos do território nacional e, ainda, integrar sistemas de alta tecnologia que permitam a identificação de criminosos em qualquer lugar do País. Em outras palavras, o ganho desses investimentos será compartilhado entre todos: União, Estados, Municípios e, principalmente, o próprio cidadão brasileiro.

Há de se ressaltar a implementação da Força Nacional de Segurança Pública, constituída dos melhores profissionais do País, para atuar nos Estados da Federação em situações emergenciais que fujam da normalidade ou do controle do Poder Público.

No que diz respeito à área penitenciária, o Governo reconhece o vultoso déficit no número de vagas no sistema prisional brasileiro, que não será reduzido sem o devido esforço de implementação de penas alternativas e os investimentos necessários na formação educacional e profissional do apenado. Com esse objetivo, serão construídas oito escolas penitenciárias nos Estados, com o intuito de beneficiar mais de 20 mil pessoas, e implementar doze novos serviços de acompanhamento de penas alternativas. O Plano de Saúde do Sistema Penitenciário, em fase de implantação, representará um marco na assistência à saúde do apenado. Esses investimentos, conjuntamente, trarão dignidade à população carcerária, e partem do princípio que os presos, em sua grande maioria, são recuperáveis e poderão se transformar em cidadãos produtivos, desde que o Estado lhes ofereça oportunidade de ressocialização e de reinserção no mercado de trabalho.

Será priorizada, também, a criação de penitenciárias federais, destinadas exclusivamente à reclusão de presos de alta periculosidade, visando reduzir o número de rebeliões dentro dos presídios, geralmente comandadas por membros do crime organizado e por narcotraficantes.

Vale ressaltar que os investimentos previstos para as Polícias Federal e Rodoviária Federal encontram-se em patamares superiores aos dos últimos exercícios e estão direcionados à modernização institucional e à valorização profissional de seus agentes, em respeito aos relevantes serviços que essas corporações têm prestado à sociedade brasileira.

O quadro abaixo apresenta um comparativo dos investimentos na área de segurança pública, entre os exercícios de 2003, 2004 e 2005:

**Gastos com Segurança Pública (\*)**

Item	R\$ milhões		
	2003	2004	2005
Sistema Penitenciário	141,7	200,1	260,0
Policimento Federal	355,7	335,9	544,8
Policimento Rodoviário Federal	118,7	121,6	212,0
Fundo Nacional de Segurança Pública	332,9	354,0	400,0
<b>TOTAL</b>	<b>949,0</b>	<b>1.011,6</b>	<b>1.416,8</b>

(\*) despesas discricionárias posição PL

## Desenvolvimento Urbano

Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, de acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente estão entre as áreas de atuação prioritárias do Governo Federal para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais e regionais existentes.

Embora o acesso a condições adequadas de habitação e saneamento sejam direitos sociais mínimos da população e o transporte coletivo seja considerado um serviço público essencial, de acordo com a Constituição, as condições de moradia, acesso a serviços de saneamento básico e equipamentos urbanos e a mobilidade e acessibilidade da população brasileira ainda são bastante precários, principalmente entre a população de baixa renda.

Nesse contexto, a criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003, constituiu um fato inovador na política urbana recente, na medida em que propôs a superação dos recortes setoriais de habitação, saneamento e transporte e trânsito em prol de uma abordagem de desenvolvimento urbano integrado, que garanta a coordenação e a integração dos investimentos e ações empreendidos nas áreas urbanas.

Essa integração leva em consideração o uso e a ocupação do solo e reforça a participação social, a descentralização e fortalecimento dos municípios, consoante os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, com vistas à diminuição das desigualdades sociais e à promoção da sustentabilidade ambiental das cidades brasileiras.

Para enfrentar os desafios urbanos, o Ministério das Cidades procurou retomar e ampliar os investimentos em habitação e infraestrutura urbana, com destaque para o saneamento ambiental. Os programas e ações existentes passaram por uma racionalização, com

a eliminação de redundâncias de programas em vários Ministérios, como foi o caso do saneamento, e rebaixamento das faixas de renda beneficiadas pelos programas, como foi o caso da habitação.

A meta para a área de saneamento básico é de, pelo menos, dobrar a média anual dos investimentos realizados nos últimos 9 anos. Desde o início do atual Governo até o presente momento foram contratados ou estão em fase final de contratação investimentos em saneamento básico no valor de R\$ 4,4 bilhões. Na área de habitação, em 2003, foram contratados R\$ 5,1 bilhões provenientes de diversas fontes e, em 2004, os recursos orçados cresceram 66% em relação ao ano anterior, atingindo um total de R\$ 8,8 bilhões.

O grande desafio da política habitacional é priorizar efetivamente o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, já que a maior parte dos recursos disponíveis para investimento em habitação é oriundo de fontes onerosas, com destaque para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Isso exigiu mudanças em alguns programas como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social-PSH e Programa de Arrendamento Residencial-PAR, além da criação de novos, como o Programa Especial de Habitação Popular-PEHP e o Programa de Crédito Solidário-PCS.

No tocante aos investimentos, há uma forte determinação de focar a aplicação dos recursos disponíveis para a habitação provenientes das diversas fontes de financiamento para o atendimento de famílias com rendimento bruto até 5 salários mínimos, faixa de renda no qual se concentram os déficit habitacionais quantitativo e qualitativo.

Para combater os principais problemas existentes nas cidades brasileiras foram definidas como prioritárias para 2005 na área de desenvolvimento as ações de:

- Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) e Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, que têm por meta física beneficiar 120 mil famílias em 2005;
- Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, dentro do Programa de Habitação de Interesse Social, cujos recursos, deverão compor o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS (em tramitação no Congresso Nacional), servirá de subsídio ao financiamento para a construção de unidades habitacionais destinadas a atender mais de 5 mil famílias com renda bruta até 3 salários mínimos em 2005;
- Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano, do programa de Mobilidade Urbana, que planeja apoiar 30 projetos em 2005, aliada ao Programa de Barateamento das Tarifas, que visa a redução dos custos do

transporte coletivo urbano para o usuário final, através da diminuição de impostos, taxa de gerenciamento, encargos trabalhistas e gastos com combustíveis;

- As ações contidas nos programas de Saneamento concentram-se predominantemente na Região Nordeste e nas periferias das áreas metropolitanas, devendo atender aproximadamente 50 mil famílias, além de 87 projetos de apoio para o fortalecimento Institucional dos municípios e elaboração de seus projetos básicos no setor de saneamento.



## **V - Receita**

O total das Receitas Orçamentárias previstas para o exercício de 2005 é de R\$ 1.616,6 bilhões, sendo R\$ 1.335,6 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 245,1 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 35,8 bilhões do Orçamento de Investimento. Deste total, R\$ 935,3 bilhões correspondem à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Federal, Interna e Externa Mobiliária, as quais não afetam o nível global de endividamento do Governo Federal, pois representam somente a explicitação orçamentária da rolagem das amortizações da dívida.

As receitas federais são divididas em dois grandes grupos: as Receitas Não-Financeiras e as Financeiras. As Receitas Não-financeiras podem ser subdivididas em "Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal", "Receita Líquida do INSS", "Concessões", "Dividendos", "Contribuição para o Salário-Educação", "Próprias" e "Demais Receitas". Por outro lado, as Receitas Financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado primário, como as derivadas de aplicações no mercado financeiro ou da rolagem e emissão de títulos públicos, assim como as provenientes de privatizações.

## Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Composição da Receita Total

Discriminação	Realizado/03		Reprog 2004		PL 2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>357,8</b>	<b>23,62</b>	<b>410,6</b>	<b>24,71</b>	<b>457,4</b>	<b>24,73</b>
<b>I.1 Receita Administrada</b>	<b>242,9</b>	<b>16,03</b>	<b>281,0</b>	<b>16,76</b>	<b>302,3</b>	<b>16,34</b>
I.1.1. Imposto de Importação	8,1	0,54	8,4	0,50	10,0	0,54
I.1.2. IPI	17,9	1,18	21,1	1,26	23,3	1,26
I.1.3. Imposto de Renda	83,6	5,52	87,5	5,22	94,2	5,09
I.1.4. IOF	4,4	0,29	5,2	0,31	5,4	0,29
I.1.5. COFINS	59,4	3,92	79,1	4,71	83,7	4,53
I.1.6. PIS/PASEP	17,1	1,13	20,1	1,20	21,3	1,15
I.1.7. CSLL	16,2	1,07	18,8	1,12	20,7	1,12
I.1.8. CPMF	23,0	1,52	25,9	1,55	28,2	1,53
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7,5	0,49	8,1	0,48	8,3	0,45
I.1.10. Outras Administradas SRF	3,2	0,21	3,5	0,21	3,7	0,20
I.1.11. REFIS	2,5	0,16	3,4	0,20	3,4	0,18
<b>I.2. Arrec. Líquida INSS</b>	<b>80,7</b>	<b>5,33</b>	<b>93,2</b>	<b>5,56</b>	<b>107,7</b>	<b>5,82</b>
<b>I.3. Receitas Não Administradas</b>	<b>32,7</b>	<b>2,16</b>	<b>34,7</b>	<b>2,29</b>	<b>45,5</b>	<b>2,46</b>
I.3.1. Concessões	0,4	0,03	0,3	0,02	0,6	0,03
I.3.2. Dividendos	3,8	0,25	3,4	0,20	4,2	0,23
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	2,1	0,14	1,7	0,10	4,2	0,23
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	10,9	0,72	11,7	0,70	15,7	0,85
I.3.5. Demais Receitas	6,1	0,40	6,8	0,41	9,0	0,49
I.3.6. Receita Própria (fontes 50 & 81)	5,4	0,36	6,2	0,37	6,8	0,37
I.3.7. Salário-Educação	4,0	0,26	4,6	0,28	5,1	0,27
<b>I.4. FGTS</b>	<b>1,7</b>	<b>0,11</b>	<b>2,0</b>	<b>0,12</b>	<b>2,2</b>	<b>0,12</b>
<b>I.5. Incentivos Fiscais</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,01</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,02</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,01</b>
<b>II. RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>508,4</b>	<b>33,56</b>	<b>1.042,1</b>	<b>62,19</b>	<b>1.123,4</b>	<b>60,73</b>
II.1. Refinanciamento da Dívida	370,3	24,44	852,4	50,87	935,3	50,56
II.2. Emissão de Títulos	51,7	3,41	106,9	6,38	94,6	5,11
II.3. Operações Oficiais de Crédito	26,5	1,75	34,9	2,08	44,4	2,40
II.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	18,2	1,20	18,9	1,13	20,0	1,08
II.5. Demais	41,7	2,75	29,0	1,73	29,1	1,58
<b>III. RECEITA TOTAL (I + II)</b>	<b>866,2</b>	<b>57,18</b>	<b>1.452,7</b>	<b>86,69</b>	<b>1.580,8</b>	<b>85,46</b>

## Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal - SRF

A previsão das Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal para o exercício de 2005 é de R\$ 302,3 bilhões. Na projeção foram aplicados os parâmetros macroeconômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda sobre a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até julho, excluídas as receitas extraordinárias, e dos estimados de agosto a dezembro.

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2005, o crescimento real da economia, 4%, a inflação média medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, 5,38%, e pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI, 7,28%, a taxa média de câmbio Real/Dólar Norte Americano, R\$ 3,16/US\$, a taxa de juros "over" média, 13,47% ao ano, e a variação da massa salarial nominal, 9,09%.

É importante frisar que no atual exercício o Governo adotou medidas de desoneração tributária, especialmente sobre bens de capital e poupança de longo prazo, com o objetivo de fomentar o investimento e, por conseguinte, aumentar as possibilidades de crescimento sustentável.

Entre as medidas legais, destacam-se a Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004, que reduziu as alíquotas do imposto de renda na fonte, dos investimentos em renda fixa com aplicações superiores a doze meses e dos investimentos em ações e suspendeu a cobrança de parte significativa dos impostos incidentes sobre máquinas e equipamentos destinados a portos e o Decreto nº 5.173, de 6 de agosto de 2004, que diminuiu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados que recaem sobre bens de capital. As medidas estão discriminadas no quadro a seguir:

### Principais Medidas de Redução da Carga Tributária para o ano 2005 (a preços 2005)

Medidas	R\$ Milhões	
	2005	
<b>1) Redução de alíquota do IPI sobre bens de capital (Dec. nº 5173/04)</b>	<b>(459)</b>	
I.P.I. - Vinculado à importação	(146)	
I.P.I. - Outros	(313)	
<b>2) Redução de alíquota do IOF sobre seguros de vida (Dec. nº 5172/04)</b>	<b>(118)</b>	
I.O.F.	(118)	
<b>3) Alíquota zero de PIS/COFINS para produtos relacionados (Lei nº 10.925/04)</b>	<b>(3.692)</b>	
COFINS	(3.061)	
PIS/PASEP	(631)	
<b>4) alíquota zero de PIS/COFINS sobre receitas financeiras (Dec. nº 5164/04)</b>	<b>(123)</b>	
COFINS	(99)	
PIS/PASEP	(24)	
<b>5) receitas decorrentes das atividades econômicas relacionadas permanecem no regime de não cumulatividade do PIS/COFINS (Art. 10 da Lei nº 10.833/04 com redação da Lei nº 10.865/04)</b>	<b>(824)</b>	
COFINS	(707)	
PIS/PASEP	(117)	
<b>6) alongamento do prazo e redução de alíquota incidente sobre aplicações financeiras (MP nº 206/04)</b>	<b>(1.917)</b>	
I.R.R.F. CAPITAL	(1.917)	
<b>7) mudança na sistemática de tributação dos planos de benefícios previdenciários</b>	<b>(450)</b>	
I.R.P.J.	(450)	
<b>TOTAL</b>	<b>(7.583)</b>	

## Outras Receitas Não-Financeiras

### Arrecadação Líquida do INSS

A previsão de Arrecadação Líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 107,7 bilhões para 2005, 9,85% superior em termos reais (INPC-IBGE), à estimada para 2004 na 3ª Avaliação Bimestral. Parte dessa receita é originária de medidas de combate à sonegação e de recuperação de crédito implementadas pelo Ministério de Previdência Social - MPS.

Esse conjunto de medidas que está sendo preparado pelo Ministério da Previdência Social, a ser implantado já em 2004, possibilitará um expressivo ganho nos processos e intensificará o combate às fraudes, tanto na arrecadação quanto na concessão e cessação de benefícios. Dentre as medidas, destacam-se os novos processos de gerenciamento de riscos do sistema da Previdência Social que possibilitarão cruzamentos de informações a fim de sinalizar possíveis fraudes contra o sistema.

Em 2005 será dada continuidade às ações voltadas ao aparelhamento e fortalecimento institucional da área previdenciária, com foco na fiscalização da arrecadação e representação jurídica, que possibilitarão uma atuação mais ágil do INSS no exercício de suas atribuições e no cumprimento das metas de arrecadação.

### Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 15,7 bilhões para 2005, representando 0,85% do PIB. Esse valor inclui R\$ 10,0 bilhões a serem transferidos para os Estados e Municípios por determinação legal. Os principais parâmetros utilizados na projeção destas receitas são a taxa de câmbio, o volume de produção e o preço do petróleo e gás natural, variáveis que afetam diretamente os royalties e a participação especial devidos pela produção de petróleo ou gás natural.

Destacam-se as receitas oriundas dos royalties do petróleo e da participação especial, que atingem, respectivamente, os valores de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 7,0 bilhões, representando 88,4% das receitas de Compensações Financeiras.

Ressalte-se, ainda, que o Projeto de Lei no 7.188, de 2002, em tramitação no Congresso Nacional, desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos dos royalties do petróleo e da participação especial pertencentes à União, mantidas as vinculações aos respectivos Ministérios e ao Comando da Marinha. Essa desvinculação totaliza, para 2005, R\$ 0,6 bilhão.

### Dividendos

A receita de Dividendos atinge o montante de R\$ 4,2 bilhões, o que representa uma participação em relação ao PIB de 0,23%, destacando-se a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Brasil, pois atingem, respectivamente, os valores de R\$ 1,6, R\$ 0,7, R\$ 0,5 e R\$ 0,3 bilhão.

### Contribuição para o Salário-Educação

A receita oriunda de Contribuição para o Salário-Educação, prevista para 2005, é de R\$ 5,1 bilhões, o que representa uma participação de 0,27% no PIB. O parâmetro utilizado na projeção desta receita é a massa salarial, cuja variação média em relação ao ano anterior é estimada em 9,09%.

### Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 0,6 bilhão para o exercício de 2005. Desse total, R\$ 259,0 milhões, referem-se à receita de bônus de assinatura de novos contratos de concessão para atividades de exploração de petróleo ou gás natural e R\$ 132,0 milhões, à receita de pagamento pela retenção de área para a exploração ou produção de petróleo ou gás natural.

### Recursos Próprios Não-Financeiros

Os Recursos Próprios Não-Financeiros distinguem-se dos demais recursos pelo fato de o valor arrecadado ser fundamentalmente dependente do esforço desenvolvido pelos órgãos e entidades vinculadas, e não de sua atribuição legal. Compreendem as fontes de recursos 50 - Recursos Próprios Não-Financeiros e 81- Recursos de Convênio.

Entre os tipos de receita que compõem a fonte 50, há aquelas originárias do processo produtivo. Em 2005, todo acréscimo dessas receitas em relação ao exercício de 2004, obtido por órgão ou unidade orçamentária a eles retornará para alocação nas despesas do processo produtivo na forma de ampliação do orçamento. Como exemplo, cita-se as Indústrias Nucleares do Brasil S.A, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que estima um acréscimo de receitas originárias da venda de combustível nuclear no valor de R\$ 12,5 milhões, que será adicionado aos valores disponíveis da entidade e utilizado para financiar as despesas com a fabricação desses combustíveis.

Essa medida, além de ampliar a qualidade do processo de alocação dos recursos orçamentários, constitui-se em incentivo para a aplicação das receitas produtivas, uma vez que garante às entidades governamentais o retorno dos ganhos de receita obtidos.

Para o exercício de 2005, estima-se a receita de Recursos Próprios Não-Financeiros em R\$ 6,8 bilhões, dos quais R\$ 0,6 bilhão vincula-se a despesas que contribuem para a geração da própria receita, destacando-se entre os parâmetros que influenciam essa previsão, a variação esperada do PIB e do IGP-DI.

## Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

Para essa receita foram considerados os efeitos da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, que, ao regulamentar a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, elevou a contribuição patronal para 22%. Cumpre ressaltar que para 2005 estima-se que o recolhimento com a contribuição dos inativos alcançará R\$ 1,1 bilhão, já considerado o efeito da elevação do limite de isenção dos contribuintes.

## Demais Receitas Não-Financeiras

A previsão de arrecadação das demais receitas não-financeiras totaliza R\$ 9,0 bilhões para o exercício de 2005. Desse total, destacam-se a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares com R\$ 1,1 bilhão, a Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, também com R\$ 1,1 bilhão e os Honorários Advocatícios com R\$ 0,2 bilhão.

## Receitas Financeiras

A estimativa das Receitas Financeiras para o exercício de 2005 atinge o valor de R\$ 1.123,4 bilhões, o que equivale a 71,1% do total da receita prevista para o orçamento do ano seguinte. Do montante estimado para as receitas financeiras, R\$ 935,3 bilhões, ou 83,3%, correspondem a emissão de títulos do Tesouro Nacional para o refinanciamento da dívida pública federal e R\$ 94,6 bilhões, ou 8,4%, à emissão de títulos do Tesouro Nacional destinados a outras aplicações.

As demais receitas financeiras alcançam R\$ 19,7 bilhões, o que significa 1,20% do total das receitas financeiras. Cabe destacar ainda os recursos decorrentes dos retornos das Operações Oficiais de Crédito, os provenientes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil, os resultados positivos do Banco Central operados em seus balanços semestrais e os ingressos de operações de crédito, os quais atingem, respectivamente, R\$ 44,4 bilhões, R\$ 20,0 bilhões, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 6,2 bilhões.

A definição dos limites de investimento levou em consideração a efetiva capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas, e de compatibilização dos seus dispêndios globais. Os programas e ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a possibilidade de utilização de recursos a definir ou a aplicação de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos discriminadas a seguir, indicam que apenas 16% destes são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro.

## Receitas do Orçamento de Investimento

## Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões

Descritores de Fontes	PLO 2005
<b>Recursos Próprios</b>	<b>27.299</b>
Geração Própria	27.299
<b>Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</b>	<b>392</b>
Tesouro - Direto	143
Controladora	249
<b>Operações de Crédito de Longo Prazo</b>	<b>5.832</b>
Internas	1.087
Externas	4.745
<b>Outros Recursos de Longo Prazo</b>	<b>2.295</b>
Controladora	1.095
Outras estatais	1.039
Outras fontes	161
<b>T o t a l</b>	<b>35.818</b>

## Transferências Constitucionais e Legais

As Transferências Constitucionais e Legais por repartição de receitas constantes da Proposta Orçamentária para 2005, calculadas sob o regime contábil de competência, atingem o valor de R\$ 70,5 bilhões, registrando incremento nominal de 11,2% em relação à reprogramação para 2004. A variação ocorrida explica-se pelo aumento da receita dos Imposto sobre a Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados e da Contribuição para o Salário-Educação, além da mudança de 25% para 29% do percentual a ser transferido da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre petróleo e seus derivados, gás natural e álcool carburante, de acordo com a Emenda Constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004.



# **VI - Pessoal e Encargos Sociais**

## Pessoal e Encargos Sociais

Este Governo vem promovendo um amplo processo de recuperação de sua capacidade institucional, mediante a proposição de reformas; reestruturação de diversos órgãos; a definição de quadros de pessoal, especialmente das nove agências reguladoras; e a criação de cargos efetivos nas áreas de atuação estratégica do Estado, para reforço em segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, entre outros.

Fica claro o comprometimento do Governo em selecionar pessoal qualificado para compor esses quadros, evidenciado pelo expressivo número de ingressos havidos no período 2003-2004, mediante a realização de concursos que permitiram à Administração Pública recuperar sua força de trabalho em mais de 40.000 novos servidores. O número é expressivo comparado com os ingressos ocorridos no período 1994 - 2002, mas ainda está bastante aquém do necessário para suprir o déficit institucional, pois, no decorrer dos últimos anos, houve considerável número de aposentadorias, além do fato de que boa parte da força de trabalho está sendo composta por pessoal terceirizado, o que contraria os preceitos constitucionais mais afetos à instituição do sistema do mérito.

Desde o ano passado, vem-se tentando corrigir as distorções identificadas no perfil dos servidores ativos, principalmente em relação à concentração verificada nas atividades de suporte administrativo ou de nível intermediário, na medida em que são promovidos concursos públicos para cargos de nível superior, de caráter mais finalístico, em consonância com a divisão de tarefas entre os três níveis da Federação definida pela Constituição de 1988.

Além disso, como a maior parte das descrições dos cargos atualmente existentes refere-se a atribuições muito específicas, próximas às de profissões regulamentadas como: motorista, datilógrafo, artífice, contado e bombeiro, dentre outras; ou tem requisitos de ingresso que já não correspondem à regulamentação vigente ou à necessidade das instituições, à exemplo do técnico de fisioterapia de nível médio, considera-se oportuna a gradual substituição desses cargos, a partir de sua extinção ou seu não-provimento, por outros cujas atribuições são mais amplas e mais apropriadas às atividades desempenhadas no âmbito do Estado, em virtude da necessidade de incorporar igualmente os avanços no padrão tecnológico dos últimos anos.

O ingresso de servidores, por si, não é suficiente para a recuperação da capacidade institucional do Estado - há que se investir, pesadamente, no desenvolvimento e na profissionalização dos servidores públicos federais, o que este Governo vem promovendo, fortemente os cursos oferecidos pelas Escolas de Governo, principalmente no que se refere ao desenvolvimento pessoal, técnico e gerencial dos servidores públicos.

As ações relativas à constituição de quadros de pessoal, ingressos e política remuneratória do servidor público demonstram o interesse

do Governo em atrair e reter pessoal qualificado. Entre outras, as medidas tomadas no período 2003-2004 no que concerne ao caráter remuneratório mostram preocupação em reforçar a agenda do sistema meritocrático, mediante a instituição de gratificação por desempenho, reestruturação de carreiras e revisão de remunerações e de gratificações no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e no Ministério Público da União.

Para o exercício de 2005, o Orçamento prevê gastos da ordem de R\$ 97,1 bilhões para pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas da União. O crescimento dessa despesa, de 10,6% em relação à projeção do total da despesa para o exercício de 2004, deve-se à concessão de reajustes e às novas contratações ocorridas neste exercício. Os gastos do Poder Legislativo representam 4,6% do total, do Poder Judiciário e Ministério Público da União, 14,5% e do Poder Executivo 80,9%. No que concerne ao Poder Legislativo, estão reservados R\$ 91,7 milhões para nomeação de novos servidores, objetivando complementar o quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Entre as dotações reservadas para o Legislativo, foi considerada a implementação dos planos de carreira concedidos aos servidores do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No âmbito do Poder Judiciário, merece destaque a aprovação de leis que concedem reajustes e promovem adequação nos planos de carreira dos servidores daquele Poder e do Ministério Público da União, bem como a contínua criação de Varas, com o objetivo de garantir que maior número possível de cidadãos brasileiros tenham acesso à Justiça. Os efeitos financeiros decorrentes da aprovação das mencionadas leis podem ser percebidos a partir de 2004. Porém, é importante esclarecer que o impacto orçamentário anual desses planos consta da Proposta Orçamentária para 2005.

No âmbito do Poder Executivo pretende-se dar continuidade à revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras. A Proposta Orçamentária para 2005 destina mais de R\$ 1 bilhão com objetivo de prosseguir com essa revisão em algumas categorias funcionais.

Os recursos reservados para as despesas com nomeações, novas contratações, revisões remuneratórias e remanejamentos de cargos e funções, no âmbito do Poder Executivo, estão alocados em ações específicas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em continuidade às ações anteriormente descritas e em cumprimento ao art. 85 da Lei no 10.934, de 11 de agosto de 2004 - (LDO 2005), o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, apresenta o detalhamento, os limites financeiros e os quantitativos no âmbito dos Poderes, das autorizações para a concessão de vantagens, admissão de novos profissionais, criação de cargos, empregos e funções e alterações na estrutura remuneratória de cargos e carreiras.



# **VII - Sistemas Previdenciários**

O Governo Federal responde pela gestão do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, e pelo Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

O crescimento das necessidades de financiamento dos sistemas de previdência social do país nos últimos anos obriga a busca de medidas capazes de assegurar a sua sustentabilidade, especialmente para os exercícios corrente e próximo, em que os benefícios concedidos pelo RGPS entre os períodos de 1994 a 1997 estão sendo revisados. Além disso, o aumento real do salário mínimo, correspondente ao crescimento do PIB real per capita em 2004, já está sendo considerado nas projeções dos benefícios previdenciários. Para fazer frente a esse aumento, estão programadas medidas de combate às fraudes e à sonegação, o que deverá proporcionar aumento da arrecadação além daquele gerado pelo crescimento da economia e pelos reflexos da Emenda Constitucional no 40, de 2003.

Para o exercício de 2005, as projeções apontam um déficit conjunto de R\$ 60,8 bilhões, ou 3,3% do Produto Interno Bruto - PIB, sendo que R\$ 30,3 bilhões referem-se ao RGPS e R\$ 30,5 bilhões ao Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

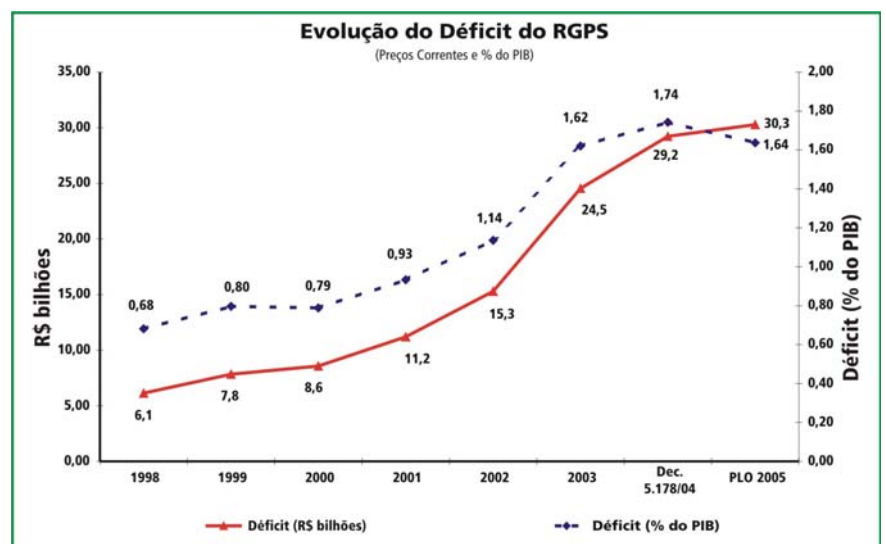
As receitas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS sofrerão influência da recuperação da atividade econômica, das reformas obtidas com a aprovação da EC

no 40 e da reformulação da estrutura de arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social para combater a sonegação e aumentar a capacidade de recuperação de créditos previdenciários. As despesas, por sua vez, serão fundamentalmente afetadas pela nova regra de correção do salário mínimo e pelo passivo previdenciário oriundo da revisão do valor dos benefícios concedidos entre fevereiro de 1994 a dezembro de 1997.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 estabeleceu uma nova regra de recuperação do salário mínimo real, que além da reposição das perdas inflacionárias dada pelo INPC receberá também os frutos positivos do crescimento da economia em 2004, com a incorporação da variação da renda *per capita* real.

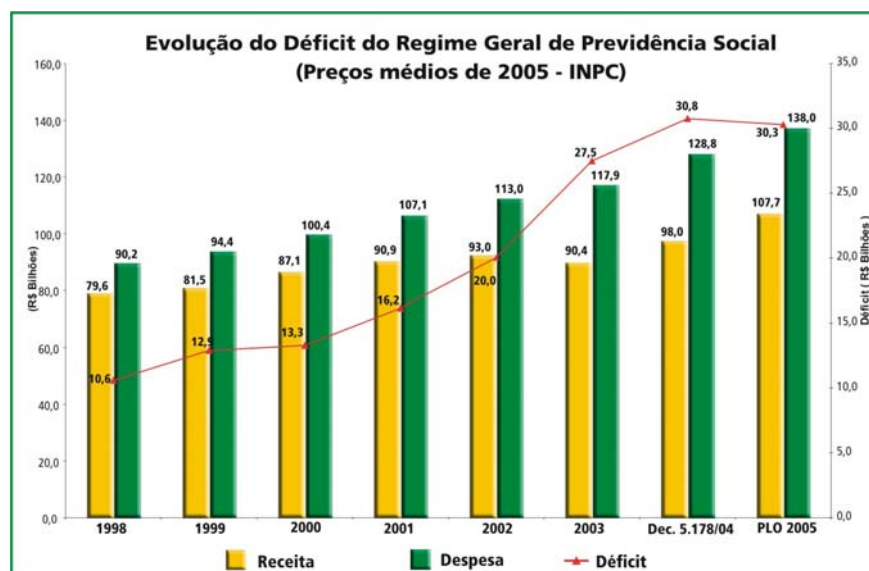
A revisão do valor dos benefícios concedidos entre março

## Regime de Previdência do Setor Privado



de 1994 e fevereiro de 1997 terá um impacto significativo na Proposta Orçamentária de 2005, sendo R\$ 2,0 bilhões a título da incorporação de novos valores ao fluxo mensal de pagamentos e R\$ 3,0 bilhões para o pagamento da dívida do RGPS com cerca de 1,57 milhões de trabalhadores.

O Regime Geral de Previdência Social tem apresentado um déficit crescente nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico a seguir. Em 2005, estima-se um déficit de R\$ 30,3 bilhões, que corresponde a 1,64% do PIB. No que diz respeito às receitas, a arrecadação líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS apresenta, no período analisado, uma tendência de crescimento em termos reais. Em 2005, os seguintes fatores colaboram para que o déficit do INSS seja um pouco menor em termos nominais que o esperado para 2004: o impacto do ganho de receita decorrente da expectativa de crescimento da economia e a intensificação das ações de combate à sonegação e às fraudes.

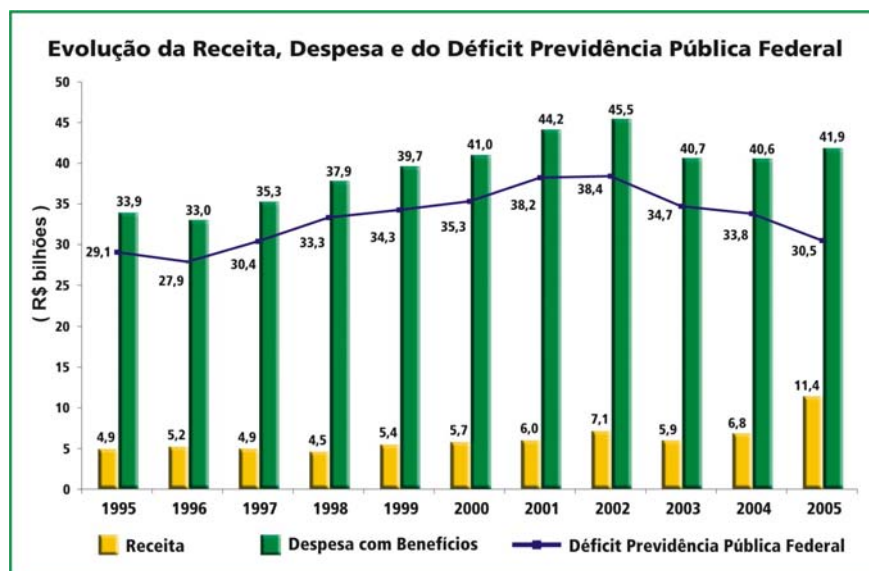


## Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Quanto ao Regime Próprio de Previdência Social, cabe salientar que apresenta na programação o aumento da contribuição da União para o regime próprio de 11% para 22% da folha dos servidores civis, o aumento da faixa de isenção da contribuição sobre os inativos de R\$ 1.560,0 para R\$ 2.508,00, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, e a incorporação do abono de permanência que isenta os servidores com direito a aposentadoria a fim de estimulá-los a permanecerem em atividade.

A atual proposta orçamentária apresenta um déficit para

previdência pública federal bem menor em relação ao Produto Interno Bruto que o verificado no ano anterior. Esse resultado deve-se à mudança na percentual de contribuição do empregador de 11% para 22%. O déficit do regime próprio dos servidores federais continua bastante elevado: neste orçamento, será de R\$ 30,5 bilhões, representando 1,65% do PIB, conforme ilustrado no gráfico a seguir:





# **VIII - Dívida Pública Federal**

## Administração da Dívida Pública Federal

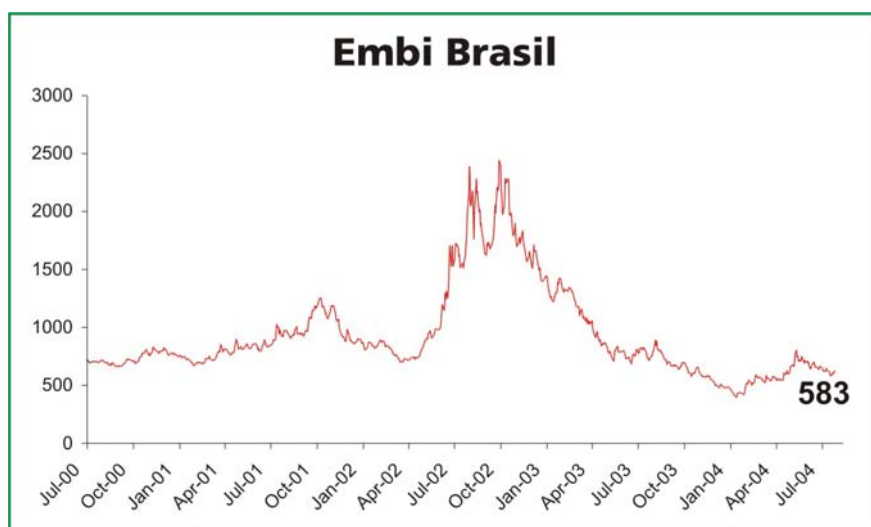
O desempenho da economia brasileira nos últimos meses reflete a consolidação das diretrizes de política econômica, baseadas na sustentação de uma política fiscal responsável e de uma política monetária empenhada no cumprimento das metas de inflação. O comprometimento com a questão fiscal - que se aprofundou, a partir do início do ano passado, com o estabelecimento de metas de superávit primário mais rigorosas - procurou, em última análise, garantir uma dinâmica de relação dívida/PIB compatível com a situação das contas públicas do País. Já do ponto de vista da política monetária, o comprometimento com o sistema de metas de inflação, demonstrado desde os primeiros dias do Governo, transmitiu ao mercado segurança em relação ao papel da estabilidade econômica no futuro do País.

O ano de 2004, por sua vez, vem se caracterizando, além da continuidade destas políticas, pelo aprofundamento das reformas que deverão significar a qualificação do ambiente institucional brasileiro, facilitando o funcionamento da economia como um todo e melhorando as condições de investimento no País. Estas reformas - que envolvem desde questões macroeconômicas, como a reforma da previdência social e regulamentação das Parcerias Público-Privadas, até aspectos micro-econômicos, como eliminações de distorções tributárias - contribuem diretamente para o desempenho da economia, uma vez que se constituem num fator de credibilidade e confiança no País.

Dentre as medidas de desoneração tributária, faz-se importante destacar as novas regras de tributação decrescente, que buscam incentivar aplicações de médio e longo prazo, por meio de tratamento tributário diferenciado. Tal iniciativa terá efeito positivo sobre o perfil da dívida pública, na medida em que a compra de títulos de maior prazo será estimulada. Dessa forma, no que se refere ao gerenciamento da dívida pública, as modificações auxiliarão o Tesouro Nacional, especialmente nas suas diretrizes de alongamento do prazo médio do estoque da dívida e de redução dos custos da DPMFi. Com relação a esta última diretriz, espera-se uma significativa redução no pagamento de juros, que poderá ser percebida já a partir de 2005.

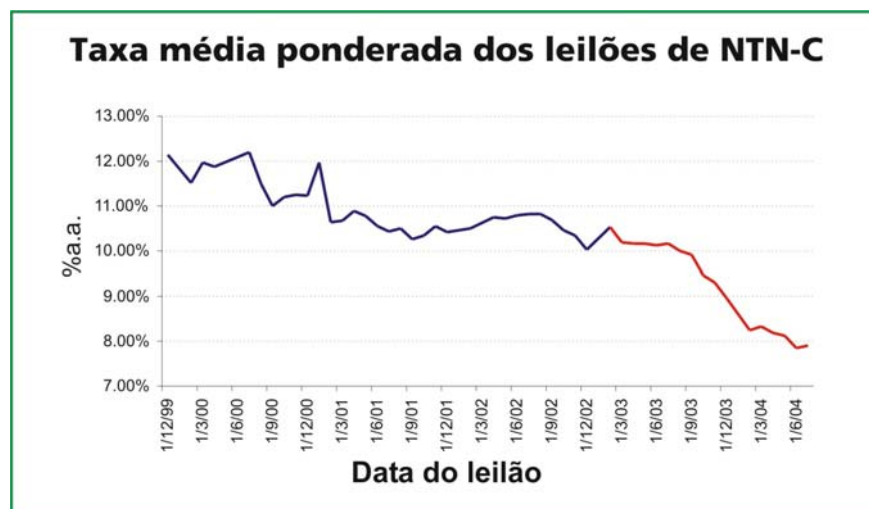
Ao se estabelecerem tais pilares, concomitantemente a uma melhora substancial nas contas externas, foi possível que os avanços obtidos na administração da dívida em 2003 fossem continuados com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Anual de Financiamento - 2004, notadamente, no que tange à substituição de parte dos títulos remunerados pela variação cambial e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços, bem como ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxa de juros. Essas diretrizes visam fornecer referencial claro dos objetivos da política de refinanciamento do Tesouro Nacional, sem, no entanto, imobilizar a sua administração em momentos em que seja necessária flexibilidade em relação à estratégia.

Para consecução dessas diretrizes, tem-se observado esforço contínuo do Tesouro Nacional no aprimoramento do mercado de títulos públicos, por meio da adoção de medidas que permitam a ampliação da liquidez dos títulos em mercado, a melhora do perfil da dívida pública e a correção rápida de divergências que possam desviá-la do caminho traçado no Plano para 2004. Dentre essas medidas, podemos destacar: (i) criação de referência (benchmarks) para títulos prefixados (Letras do Tesouro Nacional - LTN) e para títulos remunerados pela taxa SELIC (Letras Financeiras do Tesouro - LFT), por meio da concentração de emissões em pontos de mais longo prazo nas curvas dos títulos; (ii) operações de troca de títulos de curto prazo por mais longos; (iii) resgates antecipados de títulos prefixados e indexados a índice de preço; e (iv) manutenção de um saldo de caixa do Tesouro Nacional, o qual, ao transmitir segurança ao mercado quanto à capacidade de pagamento da dívida, contribui para reduzir seu custo médio, mesmo em momentos favoráveis.



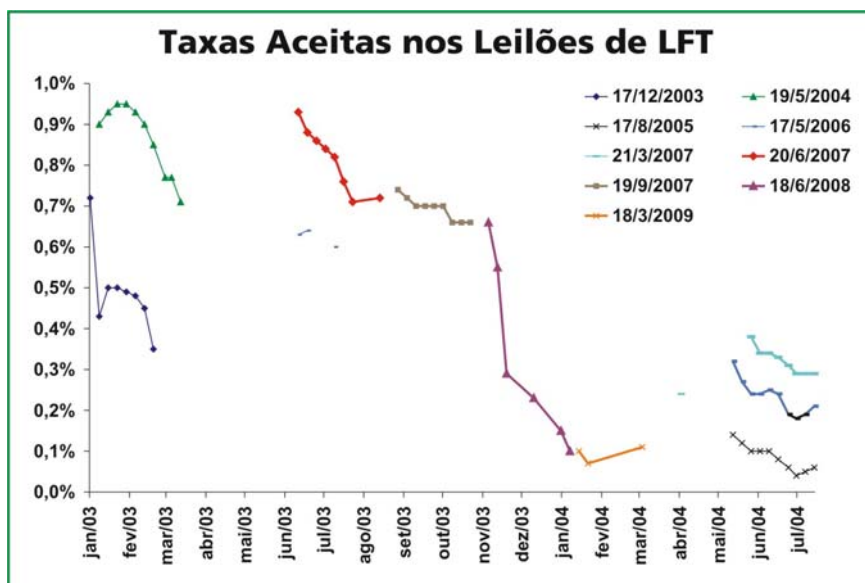
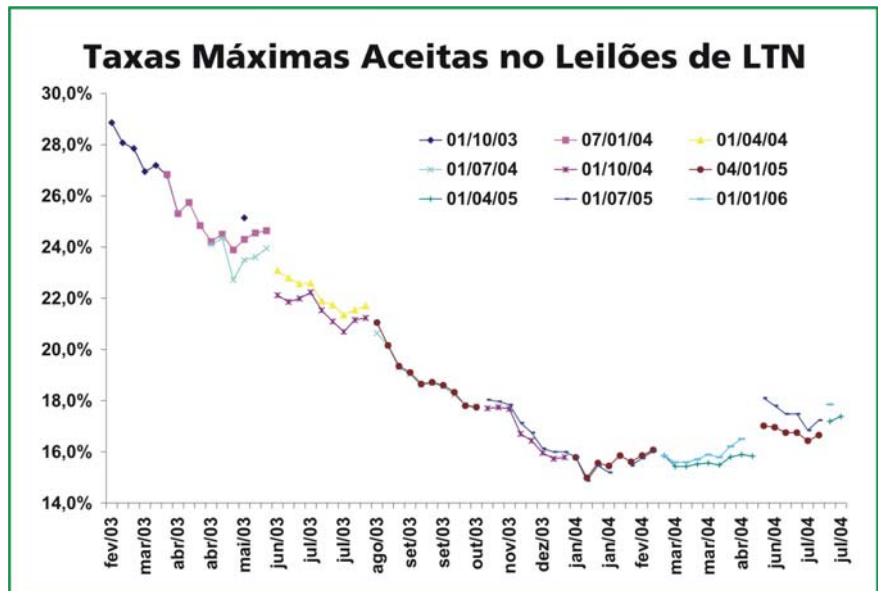
Os resultados desta combinação de fatores são visíveis na tendência de queda do risco país no período 2003/2004, e na conseqüente redução da pressão sobre as taxas de juros no médio e longo prazo, evidenciada pela trajetória decrescente das taxas dos leilões dos títulos indexados ao IGP-M, as Notas do Tesouro Nacional - Série C. Estes títulos, de prazos mais longos, tiveram a taxa média ponderada dos leilões reduzida de 10,53% a.a. em fevereiro de 2003, para 7,90% a.a.

em junho de 2004, conforme observado no gráfico a seguir.



Outro efeito dessa evolução está relacionado à capacidade do Tesouro Nacional em manter o curso da dívida pública em linha com o Plano Anual de Financiamento, após a volatilidade ocorrida

no mercado a partir do final do primeiro trimestre deste ano. Isto pôde ser observado inclusive no comportamento das taxas aceitas nas emissões dos títulos prefixados (LTN) e os remunerados pela taxa SELIC (LFT), que, após o aumento que se seguiu a um longo período de queda, retomaram sua trajetória declinante.



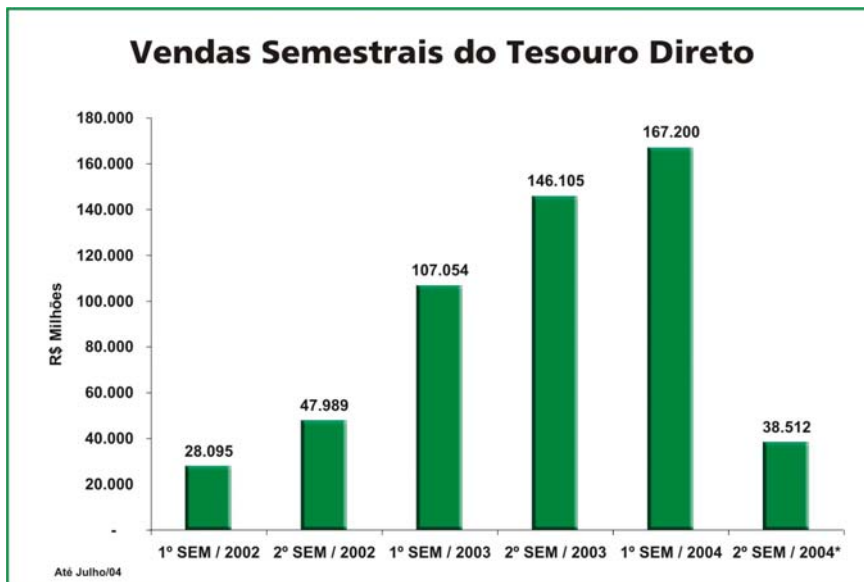
Efeito semelhante se deu em relação às emissões externas, quando a perspectiva de elevação da taxa de juros norte-americana restringiu as colocações dos países emergentes no mercado internacional. Neste contexto, o Governo Federal obteve êxito em dar continuidade ao programa de emissões para 2004, sem que isso tenha significado aumento expressivo no custo dos novos títulos, fazendo com que, até julho se tenha alcançado 81,8% do volume de emissões previsto no Plano de 2004 (US\$ 5,5 bilhões).

Destacam-se, por fim, algumas medidas adicionais adotadas pelo Tesouro Nacional, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desse novo ambiente institucional: (i) emissão de títulos com rentabilidade prefixada e cupom semestral de juros (NTN-F), visando desenvolver o mercado de títulos prefixados de prazo mais longo; (ii) implementação da Conta Investimento, com o objetivo principal de aumentar o volume de ativos negociados no

mercado secundário, propiciando o incremento da base de investidores; (iii) calendário regular de reuniões com representantes da previdência complementar (aberta e fechada) e de instituições financeiras (tais como ANBID, ANDIMA e FEBRABAN), buscando promover maior aproximação com investidores institucionais; iv) ampliação da base de investidores e incentivo a formação de poupança de longo prazo para pequenos investidores, por meio, dentre outros, das vendas de títulos públicos pela internet - programa Tesouro Direto.

Em particular, no que se refere ao Tesouro Direto, além de contribuir para a ampliação da base de investidores e a disseminação de informações sobre a dívida pública, o Tesouro Nacional buscou mudar a cultura dos poupadores, oferecendo alternativa de investimento a pequenos investidores que não viam os títulos públicos como um instrumento de poupança. Com isso, ao longo dos seus 28 meses de existência, o programa já ultrapassou a marca

de R\$ 500 milhões vendidos (R\$ 533 milhões), 27.205 investidores cadastrados e 72 agentes de custódia habilitados, como pode ser observado nos gráficos a seguir:



## Estratégia para Administração da Dívida Pública Federal

Assim como ocorreu ao longo dos últimos anos, o Tesouro Nacional tem utilizado o Plano Anual de Financiamento 2004 como um instrumento efetivo de gerenciamento da dívida pública, seguindo suas diretrizes, adotando as suas estratégias e buscando atingir as metas nele estabelecidas. Dessa forma, no segundo semestre deste ano, a administração da dívida continuará se valendo, dentro das condições oferecidas pelo mercado, da estratégia seguida no primeiro semestre.

No que tange particularmente às emissões externas, seguindo a política utilizada no primeiro semestre, que levou o Governo a alcançar mais de 80% do volume programado para o ano, espera-se completar o restante das emissões programadas para este ano, aproveitando-se de janelas de mercado que possibilitem captar os recursos, sem pressões sobre o custo da dívida.

Em termos de resultados, o que se espera, em linhas gerais, é o aumento do prazo médio do estoque da Dívida Pública Federal - DPF (interna e externa), bem como redução do percentual da dívida vincendo em 12 meses. Por outro lado, no que se refere à composição da DPF, em particular da dívida interna (DPMFi), espera-se crescimento da participação dos títulos prefixados e indexados a índices de preços, e redução nas parcelas correspondentes aos títulos remunerados pela Selic e referenciados/denominados em câmbio. O intervalo de variação para estes resultados é apresentado nas tabelas a seguir:

**Resultados e Projeções 2003 e 2004  
Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi**

Indicadores	2003	Jun/04	2004	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em Mercado (R\$ Bilhões)	731,4	758,2	820,0	880,0
Prazo Médio da DPMFi (meses)	31,3	29,8	34,0	38,0
% Vincendo em 12 meses	35,3	42,3	30,0	35,0
Participação no Estoque da DPMFi (%)				
Prefixado	12,5	16,8	13,0	23,0
Selic	61,4	57,5	50,0	61,0
Índice de Preços	13,6	14,9	15,0	21,0
Câmbio	10,8	8,9	5,0	7,0
TR e Outros	1,8	1,8	1,0	3,0

**Resultados e Projeções 2003 e 2004 Dívida Pública Federal - DPFe\***

Indicadores	2003	Jun/04	2004	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em Mercado (R\$ Bilhões)	965,8	989,3	1.080,0	1.150,0
Prazo Médio da DPF (meses)	39,0	38,0	40,0	45,0
% Vincendo em 12 meses	30,7	35,1	26,0	32,0
Participação no Estoque da DPF (%)				
Prefixado	9,5	12,9	9,0	19,0
Selic	46,5	44,0	39,0	47,0
Índice de Preços	10,3	11,5	12,0	17,0
Câmbio	32,4	30,2	24,0	30,0
TR e Outros	1,4	1,4	1,0	3,0

\* Inclui Títulos da Dívida Externa de responsabilidade do Tesouro Nacional

Tendo como base o processo gradual de alongamento e prefixação da dívida pública, as emissões de títulos públicos em mercado, para o exercício de 2005, serão realizadas por meio de oferta pública dos seguintes instrumentos: i) Letras do Tesouro Nacional (LTN) - títulos bullet com rentabilidade prefixada, ii) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - remunerados pela taxa Selic, iii) Notas do Tesouro Nacional - série C (NTN-C) - títulos indexados ao IGP-M, iv) Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), títulos indexados ao IPCA, e v) Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F), títulos com rentabilidade prefixada e pagamento de cupom semestral.

Como instrumentos auxiliares para a administração da DPF, pretende-se manter a realização de leilões de recompra de títulos de curto prazo, para redução do risco de refinanciamento, de títulos de longo prazo, para estímulo à liquidez, além do resgate antecipado dos cupons das NTN-B, para ampliar a liquidez deste título no mercado. Buscar-se-á, também, realizar leilões de troca de títulos que vencem no curto prazo por outros mais longos, objetivando reduzir o risco de refinanciamento, aumentar a liquidez e auxiliar o alongamento do perfil da dívida pública.

No que diz respeito à maturação dos títulos do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central do Brasil, foi considerado, para fins de estratégia, o refinanciamento integral dos vencimentos de principal (atualizado pela variação do IGP-M), por meio da emissão de títulos prefixados.

Emissões especiais também estão sendo programadas e poderão ocorrer para atender a diversos programas do Governo, dentre os quais, destacam-se: i) do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES), em razão de contratos anteriormente assinados e cujas condições de efetividade ainda não foram concluídas; ii) do pagamento de equalizações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); iii) do programa de reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); e iv) de securitização de dívidas diversas, ainda em fase de reconhecimento.

Objetiva-se também dar continuidade ao projeto de divulgação do Programa TESOIRO DIRETO, contribuindo para ampliar a base de investidores e promover a cultura de poupança de longo prazo. O significativo aumento das vendas de títulos (122,3% em julho/2004, quando comparado a julho de 2003) e do número de investidores cadastrados no Programa (27.205 em julho/2004 contra 11.992 no mesmo período de 2003), atestam a aceitabilidade do Programa.

No que tange à atuação do Governo Brasileiro no mercado financeiro internacional, o Tesouro Nacional dará continuidade à estratégia de captações externas implementada com sucesso nos últimos anos, tendo por diretrizes o alongamento de prazos, a redução de custos e o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros, principalmente nos mercados de euro e dólar.

Sob tal estratégia, pretende-se, ainda, dar continuidade, sempre que as condições de mercado permitirem, aos processos de recompra de títulos, minimizando as necessidades de refinanciamento do período, e de substituição da dívida externa reestruturada por títulos mais simples e convencionais, aproveitando oportunidades de mercado que permitam alcançar as diretrizes já mencionadas. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais de crédito também serão considerados, visando apoiar as reformas estruturais em curso e o financiamento de projetos prioritários do Governo.



**IX - Agências  
Financeiras Oficiais  
de Fomento  
(Instituições Financeiras)**

Para 2005, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 52,1 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais. Esse resultado representa aumento do fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 7,3 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal e com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. Respeitadas as especificidades de cada instituição, maior montante de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, de serviços, rural, de habitação e outros. Em obediência às limitações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e Municípios.

Em conformidade com a Lei no 10.934, de 11.08.2004 (LDO - 2005), dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos - por agência, Região, Unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais - serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2005, com R\$ 3,4 bilhões destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,6 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de agências e postos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2005, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal são responsáveis por dispêndios correspondentes a 62% e 27%, respectivamente.

## Aplicações em Operações de Crédito

## Investimentos no Ativo Imobilizado



# **Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento**

Com a finalidade de garantir a redução gradual da relação Dívida Pública/PIB, mantendo a estabilidade de preços e criando condições favoráveis ao crescimento sustentado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2005 fixou a meta de resultado primário de 3,15% para a União. Desse total 2,45% do PIB referem-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,70% ao orçamento de investimento das empresas estatais, o que totaliza R\$ 45,3 bilhões e R\$ 12,9 bilhões, respectivamente.

Conforme exigido no art. 11 da LDO 2005, é apresentada adiante a avaliação das necessidades de financiamento do governo central, discriminando os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir demonstra a evolução desses agregados, indicando os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2003, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2004, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2005.

### Resultados Primário e Nominal do Governo Federal

Discriminação	Realizado 2003		Lei 2004		Reprog 2004		PL 2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>I. RECEITAS PRIMÁRIAS</b>	<b>357,0</b>	<b>23,56</b>	<b>409,9</b>	<b>24,00</b>	<b>410,7</b>	<b>24,49</b>	<b>457,4</b>	<b>24,73</b>
1. Receita Administrada	242,9	16,03	279,9	16,39	281,0	16,76	302,3	16,34
2. Arrec. Líquida INSS	80,7	5,33	92,6	5,42	93,2	5,56	107,7	5,82
3. Receitas Não Administradas	33,6	2,22	37,7	2,21	36,8	2,19	47,7	2,58
Concessões	0,4	0,03	0,4	0,02	0,3	0,02	0,6	0,03
Dividendos	3,8	0,25	3,6	0,21	3,4	0,20	4,2	0,23
Cota-Parte de Compensações Financeiras	10,9	0,72	11,6	0,68	11,7	0,70	15,7	0,85
Receita Própria	5,4	0,36	6,6	0,39	6,2	0,37	6,8	0,37
Demais Receitas	13,1	0,86	15,4	0,90	15,2	0,91	20,4	1,10
4. Incentivos Fiscais	-0,2	-0,01	-0,3	-0,02	-0,3	-0,02	-0,3	-0,01
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>56,9</b>	<b>3,76</b>	<b>64,3</b>	<b>3,76</b>	<b>62,3</b>	<b>3,71</b>	<b>69,9</b>	<b>3,78</b>
1. Despesa Orçamentária	57,8	3,82	63,7	3,73	62,2	3,71	69,3	3,74
2. Subsídio Fundos Regionais	0,9	0,06	1,0	0,06	1,2	0,07	1,2	0,07
3. Ajuste Caixa / Competência	-1,8	-0,12	-0,4	-0,02	-1,1	-0,07	-0,5	-0,03
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>300,0</b>	<b>19,81</b>	<b>345,6</b>	<b>20,24</b>	<b>348,5</b>	<b>20,78</b>	<b>387,5</b>	<b>20,95</b>
<b>IV. DESPESAS</b>	<b>260,8</b>	<b>17,21</b>	<b>303,7</b>	<b>17,79</b>	<b>307,2</b>	<b>18,32</b>	<b>342,1</b>	<b>18,50</b>
1. Pessoal e Encargos Sociais	75,8	5,00	80,1	4,69	83,3	4,97	90,3	4,88
Despesa Orçamentária	75,9	5,01	80,5	4,71	83,9		90,8	4,91
Ajuste Caixa / Competência	-0,1	-0,01	-0,4	-0,02	-0,7		-0,5	-0,03
2. Benefícios da Previdência	105,3	6,95	122,2	7,16	122,4	7,30	137,6	7,44
Despesa Orçamentária	107,7	7,11	123,1	7,21	123,4		138,6	7,49
Ajuste Caixa / Competência	-2,4	-0,16	-0,9	-0,05	-1,0		-1,0	-0,06
3. Despesas Obrigatórias Típicas do Ministério da Saúde	18,6	1,23	21,4	1,25	21,5	1,28	24,0	1,29
4. Despesas Obrigatórias Típicas do Ministério da Educação	1,9	0,12	2,1	0,12	2,1	0,12	2,9	0,16
5. Outras Despesas Obrigatórias	28,4	1,87	36,0	2,11	39,5	2,35	37,0	2,00
6. Discricionárias Poderes Legislativo/Judiciário/MPU	2,1	0,14	3,1	0,18	3,1	0,18	3,9	0,21
7. Discricionárias Poder Executivo	31,1	2,05	38,9	2,28	35,5	2,11	43,7	2,36
8. Parcela Primária da Reserva de Contingência							2,8	0,15
9. Ajuste Caixa / Competência	-2,5							
<b>V. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,04</b>			<b>-0,2</b>	<b>-0,01</b>		
<b>VI. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE (III - IV + V)</b>	<b>38,7</b>	<b>2,56</b>	<b>41,8</b>	<b>2,45</b>	<b>41,1</b>	<b>2,45</b>	<b>45,3</b>	<b>2,45</b>
<b>VII. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-100,9</b>	<b>-6,66</b>	<b>-85,1</b>	<b>-4,98</b>	<b>-75,1</b>	<b>-4,48</b>	<b>-80,3</b>	<b>-4,34</b>
<b>VIII. NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VI + VII)</b>	<b>-62,2</b>	<b>-4,10</b>	<b>-43,3</b>	<b>-2,53</b>	<b>-34,0</b>	<b>-2,03</b>	<b>-35,0</b>	<b>-1,89</b>
<b>IX. PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS</b>	<b>9,6</b>	<b>0,63</b>	<b>12,0</b>	<b>0,70</b>	<b>11,7</b>	<b>0,70</b>	<b>12,9</b>	<b>0,70</b>
<b>X. PRIMÁRIO UNIÃO (VI + IX)</b>	<b>48,3</b>	<b>3,19</b>	<b>53,8</b>	<b>3,15</b>	<b>52,8</b>	<b>3,15</b>	<b>58,3</b>	<b>3,15</b>

De acordo com o estabelecido na alínea "b", inciso III, do art. 11 da LDO, seguem também os parâmetros econômicos atualizados, que foram utilizados para a estimativa de cada segmento. Além disso, em atendimento ao inciso IV do mesmo art. 11, cumpre ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta ao final do exercício, é do Banco Central do Brasil - BACEN.

## Metodologia de cálculo do resultado primário e nominal dos orçamentos fiscal e da seguridade social e os parâmetros utilizados

As Necessidades de Financiamento do Setor Público referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e o pagamento de juros por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período, e pode ser apurado por dois critérios: pela variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado, ou pela soma dos itens de receita e despesa que geram o resultado. O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado também pelo BACEN e considerado resultado oficial, por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário. O segundo, denominado "acima da linha", possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e planejamento fiscal para um exercício financeiro.

A metodologia da necessidade de financiamento do setor público implícito nesta Proposta Orçamentária está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO 2005, que pressupõe um volume de receitas compatível com ela e com o montante de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública.

Dessa forma, são apresentadas adiante as metodologias das principais receitas e despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas são os apresentados no quadro a seguir:

**Parâmetros Econômicos 2004**

PIB			Mercado de Trabalho - Var. média s/ ano anterior			
R\$ milhões	Variação Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rendim. Nominal
1.849.755,3	4,00%	6,13%	9,09%	2,50%	2,90%	6,54%

Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$/US\$
7,28%	5,26%	5,38%	4,50%	4,40%	3,16

## Receitas, exceto Previdência Social

Para a apuração do resultado são consideradas apenas as receitas primárias, excluindo-se as provenientes de privatização.

A composição de cada um dos itens que integram a receita primária é identificada a seguir:

**Administradas:** incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda - SRF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública. As estimativas dessas receitas são determinadas, primordialmente, pelo nível de atividade econômica e inflação.

**Concessões:** compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2005 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

**Dividendos:** consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

**Cota-Parte de Compensações Financeiras:** compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

**Receitas Próprias:** consideram-se nessa rubrica as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e inflação.

**Demais Receitas:** nesse grupo destacam-se o salário-educação, as pensões militares, as doações e outras taxas e contribuições vinculadas a diversos órgãos da Administração Pública Federal.

**Incentivos Fiscais:** parcela do imposto de renda pago por pessoas jurídicas que fizeram opção pela aplicação em projetos considerados prioritários para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste e do Estado do Espírito Santo:

	R\$ milhões
<b>Fundos de Incentivos Fiscais - PLO 2005</b>	
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	155,0
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM	111,4
Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES	7,0
<b>TOTAL</b>	<b>273,4</b>

## *Transferências Constitucionais por Repartição de Receita*

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal; os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o IOF ouro; o salário-educação; as compensações financeiras; as receitas da Contribuição de intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis (CIDE); as receitas de concursos de prognósticos e as transferências do Imposto Territorial Rural - ITR.

A metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam apuradas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais seguem o regime de competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2004, repassados em 2005, e os de 2005, repassados em 2006. Esse ajuste está estimado em R\$ 0,6 bilhão para 2005.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa, que em 2005 perfaz R\$ 1,2 bilhão, é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e reflete o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios previstos na legislação vigente.

## *Despesas, exceto Benefícios Previdenciários*

Do lado das despesas, para apuração dos resultados primário e nominal, leva-se em conta apenas os gastos não-financeiros ou primários, que excluem os pagamentos de amortizações da dívida pública, assim como as despesas que geram créditos da União com terceiros, chamadas de despesas financeiras.

Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2005, em todas as categorias de programação de despesa, código identificador de sua natureza primária, conforme determinado no § 4o, do art. 7o da LDO 2005.

A composição de cada um dos itens de despesa primária é identificada a seguir:

**Pessoal e Encargos Sociais:** estão incluídos os dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos

e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que passam a ser classificadas como despesa financeira. Assim como o item de Transferências Constitucionais, o valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa, mediante incorporação da variação da folha de pagamentos do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2003 e 2004, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência), serão pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2005 é de R\$ 0,5 bilhão. Adicionalmente, cumpre ressaltar que no demonstrativo de resultado primário não está sendo computada, tanto na receita quanto na despesa, a contribuição patronal para o regime próprio de previdência dos servidores públicos, pelo fato de representar uma mera duplicação de valores, não interferindo no resultado fiscal.

**Outras Despesas Não-Discrecionárias:** excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, constituem os pagamentos relativos aos programas de Seguro-Desemprego e Abono Salarial; Sentenças Judiciais; complementação da União ao FUNDEF; benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; benefícios da Renda Mensal Vitalícia; indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO 2004, inclusive os Subsídios e Subvenções no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério de Minas e Energia. Também estão incluídos na apuração do resultado primário os impactos relativos à capitalização da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA no valor de R\$ 1.050,5 milhões e dos Fundos Constitucionais no valor de R\$ 630,0 milhões, oriundos do reprovisionamento das aplicações dessas entidades. No caso do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX está computado, além da parcela de equalização de taxas de juros (despesa primária obrigatória), o resultado líquido de R\$ 358,4 milhões entre desembolsos e amortizações a ser realizado no exercício de 2005.

**Despesas Discrecionárias:** classificam-se nessa rubrica as despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Atente-se que, caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, conforme estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 72 da LDO para 2005.

Por princípio, na elaboração orçamentária, assume-se que o float de despesas discrecionárias, assim como das outras despesas obrigatórias não mencionadas, seja nulo, admitindo-se que o

montante dessas despesas de exercícios anteriores a serem pagas em 2005 seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2006.

### **Resultado do Regime Geral da Previdência Social**

Arrecadação Líquida da Previdência: refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Por ser uma contribuição que incide sobre folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimação o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais previstas para quitar o passivo decorrente da revisão do valor dos benefícios concedidos no período de março de 1994 a fevereiro de 1997. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa para esses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do IBGE e o crescimento esperado do Produto Interno Bruto real per capita de 2004, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo. Vale ressaltar que foi utilizado o regime contábil de caixa no texto deste expediente.

### **Resultado Nominal do Governo Central**

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Essas despesas são apuradas pelo regime de competência e, na prática, correspondem ao componente financeiro das necessidades de financiamento do Setor Público.

---

## **Metodologia de cálculo das empresas estatais**

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas Braspetro Oil Company - BOC, Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, Fronape International Company - FIC, Petrobrás International Finance Company - PIFCo, Petrobrás Internacional Braspetro B.V. - PIB-BV, Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV e 5283 Participações Ltda., todas do Grupo Petrobrás, que, por atuarem exclusivamente no exterior, não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios

das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, o endividamento líquido desse conjunto de empresas não é computado no total da dívida líquida.

O resultado fiscal das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Conforme Quadro a seguir, estima-se que as empresas estatais federais deverão gerar em 2005 superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB, valor compatível com o montante fixado no Anexo de Metas Fiscais, constante da Lei no 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO - 2005).

**Empresas do Setor Produtivo Estatal**  
**Programa de Dispêndios Globais - PDG - Exercício de 2005**

**Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL (acima da linha)**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), art. 11, inciso VI

R\$ mil

Discriminação	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
<b>I - RECEITAS TOTAIS</b>	<b>207.351</b>	<b>11,25</b>
- Operacionais	188.398	13,25
. Venda de Bens/serviços	183.621	9,96
. Demais Operacionais	4.777	0,26
- Financeiras	5.906	0,32
- Demais Não-Operacionais	10.686	0,58
- Outras Receitas	2.168	0,12
- Transferências do Tesouro Nacional	193	0,01
<b>II - DESPESAS TOTAIS</b>	<b>201.932</b>	<b>10,96</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	12.658	0,69
- Encargos Financeiros	10.204	0,55
- Outros Custeios	143.232	7,77
- Materiais e Produtos	38.466	2,09
- Serviços de Terceiros	20.004	1,09
- Tributos e Encargos Parafiscais	59.073	3,21
- Demais Custeios	25.689	1,39
- Investimentos	25.523	1,38
- Outros Dispêndios de Capital	10.315	0,56
<b>III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA</b>	<b>3.755</b>	<b>0,20</b>
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	5.513	0,30
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	2.282	0,12
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	524	0,03
<b>IV - RESULTADO OPERACIONAL (I - II + III)</b>	<b>9.174</b>	<b>0,50</b>
<b>V - Juros Líquidos (Receita- Despesa)</b>	<b>(3.774)</b>	<b>(0,20)</b>
<b>VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)</b>	<b>12.948</b>	<b>0,70</b>

OBS.: Valores positivos = superávit

Para o cálculo do resultado operacional das empresas estatais, sob a ótica de regime de caixa, são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas. Por outro lado, são abatidas todas as despesas correntes e de capital, inclusive dispêndios com investimentos e exclusive as amortizações de operações de crédito. Para a apuração do resultado primário, são também excluídas as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das estatais estão expressas segundo o regime de competência, para o cálculo do resultado primário utiliza-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", na qual são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber" e "Contas a Pagar".

A obtenção do superávit primário das estatais está pautada, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços. Do total dessas receitas, estimadas para 2005 em R\$ 183,6 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por 76% (R\$ 138,7 bilhões), seguido pelo Grupo Eletrobrás com 12% (R\$ 22,7 bilhões).

As demais receitas não-operacionais decorrem, basicamente, da alienação de bens, de aluguéis e outras receitas. Nessa rubrica está incluída a estimativa de ingresso de recursos para a Petrobrás holding, decorrente da conclusão de negócios relacionados a projetos a serem implantados em parceria com o setor privado, denominados Projects Finances.

As demais receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos.

Os gastos estimados com "Pessoal e Encargos Sociais" estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano e com os planos de cargos e salários de cada empresa.

A rubrica "Materiais e Produtos" indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2005, R\$ 38,5 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por R\$ 24,7 bilhões (64%), que se destinam, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo. O Grupo Eletrobrás, por sua vez, deverá gastar cerca de R\$ 12,9 bilhões, principalmente, na aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional e por produtores independentes.

Os dispêndios com "Serviços de Terceiros" resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos indiretos com pessoal próprio. O Grupo Petrobrás despenderá cerca de R\$ 12,3 bilhões, que representam aproximadamente 62% do total de gastos estimados em R\$ 20,0 bilhões. A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos,

especialmente ligados à exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para "Tributos e Encargos Parafiscais", R\$ 59,1 bilhões, cerca de 90% (R\$ 53,0 bilhões) são de responsabilidade do Grupo Petrobrás, em virtude da expectativa de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais, bem como sobre rendimentos financeiros.

Nos "Demais Custeios", destacam-se o pagamento de royalties pelos Grupos Petrobrás e Eletrobrás, nos valores de R\$ 9,7 bilhões e de R\$ 367,1 milhões, respectivamente, e por Itaipu Binacional (R\$ 1,0 bilhão), além de alugueis de plataformas e outras instalações.

Os investimentos, no montante de R\$ 25,5 bilhões, diferem do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme mencionado no conceito de Necessidade de Financiamento Líquido - acima da linha, não são considerados os dispêndios das empresas BOC, Brasoil, FIC, PIFCo, PNBV, PIB-BV e 5283 Participações, do Grupo Petrobrás, bem como das instituições financeiras.

Na rubrica "Outros Dispêndios de Capital" estão incluídas as provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo (R\$ 6,7 bilhões), inversões financeiras em outras empresas (R\$ 1,8 bilhão) e operações de Projects Finances da Petrobrás (R\$ 1,5 bilhão).

Apesar do crescimento de R\$ 3,6 bilhões nos investimentos propostos para 2005, comparativamente ao limite fixado para o corrente ano, as empresas do setor produtivo estatal apresentam desempenho, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, superior em R\$ 1,2 bilhão ao previsto para 2004, graças aos ganhos de produtividade obtidos nos últimos anos, à redução do endividamento e à rígida administração dos gastos correntes.



# **Anexo dos Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial**

A condução da política monetária em 2003 esteve vinculada ao compromisso fundamental de preservação da estabilidade de preços. Dessa forma, a atuação do Banco Central de reverter o quadro de intensas incertezas na economia brasileira no início do ano e fazer as projeções de inflação convergirem para metas estabelecidas, levou em consideração também os custos envolvidos em termos de perda de produto, o que ficou evidenciado quando a Autoridade Monetária atuou de forma a trazer a inflação ocorrida para a trajetória de convergência, desenhada na Carta Aberta encaminhada pelo Presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda em janeiro de 2003.

Nesse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu aumentar a meta para a taxa Selic de 25% a.a. em dezembro de 2002, para 25,5% a.a. em janeiro de 2003, e para 26,5% a.a. em fevereiro, mantendo-a nesse patamar até junho. Em fevereiro, o Banco Central decidiu aumentar também a alíquota de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. Assinale-se que essas medidas foram fortalecidas pelo comprometimento da política fiscal com a obtenção de superávits primários compatíveis com a sustentabilidade da dívida pública.

Os primeiros resultados da ação da política monetária e da austeridade da política fiscal se fizeram perceber já no primeiro semestre. A partir de maio as expectativas para a inflação, doze meses à frente, passaram a convergir para a trajetória das metas ajustadas propostas.

A partir de meados do ano, o quadro macroeconômico tornou-se mais favorável, permitindo que a política monetária fosse flexibilizada. Assim, a taxa de inflação passou a apresentar tendência declinante, e o Copom iniciou o processo de redução gradativa da taxa básica de juros, de forma que em dezembro de 2003 a meta para a taxa Selic era de 16,5% ao ano. Adicionalmente a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos à vista foi reduzida em 15 pontos percentuais, retornando ao patamar anterior de 45%.

A distensão da política monetária conferiu novo dinamismo à produção industrial, às vendas no varejo e aos investimentos. A recuperação do nível de atividade no segundo semestre do ano seguiu processo observado em outros períodos recentes de retomada, sendo impulsionada inicialmente e com maior intensidade pelo aumento da demanda por bens de consumo duráveis e bens de capital.

O ajuste promovido nas contas externas ao longo do ano foi uma resposta à rápida deterioração das condições de financiamento externo ocorrida no segundo semestre de 2002. Em 2003, principalmente no segundo semestre, as condições do mercado internacional tornaram-se ainda mais favoráveis sob diversos aspectos. O aumento significativo da liquidez internacional traduziu-se em valorização generalizada das bolsas de valores dos países emergentes, tendência favorecida pelo patamar reduzido das taxas

## **Atualização do Anexo da LDO- 2005, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 4º da Lei Complementar no 101, de 2000**

de juros americanas. Em paralelo à relativa estabilidade da taxa de câmbio, verificou-se também a recuperação nos termos de troca brasileiros, durante o ano, que contribuiu para resultados recordes de exportações e saldos comerciais crescentes. O conjunto desses fatores influenciou positivamente o resultado do balanço de pagamentos.

O comportamento do setor externo da economia brasileira e os resultados da balança comercial intensificaram a reversão das expectativas, consolidando as condições para as captações de bônus soberanos com spreads menores, ampliando o acesso de empresas residentes a recursos externos e permitindo que a taxa de rolagem nas operações de longo prazo de dívida privada superasse 100% no ano, mais que o dobro da assinalada em 2002.

A política cambial traduziu-se na preservação do regime de taxas flutuantes. A redução no grau de incerteza da economia abriu espaço para que o Governo reduzisse a participação de títulos públicos vinculados à variação cambial, bem como a oferta de hedge. A liquidez no mercado de câmbio permitiu também que o Tesouro Nacional efetuasse aquisições significativas de divisas diretamente junto ao mercado, contribuindo para trajetória benigna das reservas internacionais.

O desempenho favorável da economia na segunda metade de 2003, evidenciado pela expressiva recuperação do nível de atividade registrada nesse período, manteve-se no primeiro semestre de 2004. Essa trajetória refletiu, ao lado resultados do setor externo, a continuidade do crescimento das concessões de crédito - tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas -, cuja relevância é maior para a trajetória da demanda por bens duráveis. Além disso, ampliaram-se progressivamente os sinais de recuperação do mercado de trabalho, primeiro com aumentos de massa salarial e de níveis de emprego, seguidos da inversão da trajetória decrescente dos rendimentos reais assinalada ao longo de 2003, e, afinal, pela queda da taxa de desemprego. As condições do mercado de trabalho são um fator importante para o desempenho das vendas de bens de consumo não-duráveis - principal categoria de bens finais da indústria.

Assinale-se o esforço empreendido pelo Governo no sentido de ampliar o acesso da sociedade ao crédito e aos serviços financeiros. Nesse sentido implementou-se um programa de inclusão bancária, envolvendo a possibilidade de criação de contas simplificadas nos bancos, a regulamentação do microcrédito, das cooperativas de crédito e dos correspondentes bancários. Adicionalmente, foi implementado Projeto de Democratização do Crédito, que, por intermédio da revisão das normas do sistema financeiro, deverá aumentar os empréstimos. Avançou-se também na discussão da Lei de Falências, um dos mecanismos identificados pelo Projeto de Redução dos Juros e do Spread Bancários pelos quais o governo poderia estimular a expansão do crédito.

A recomposição da demanda interna, entretanto, constitui fator preponderante para a sustentação da retomada do nível da atividade. Nesse sentido, saliente-se o aumento recente nos rendimentos reais, derivado do comportamento do mercado de trabalho, e cuja consolidação se viabiliza mediante uma evolução favorável das taxas de inflação.

Nesse contexto, o Governo volta a ratificar o comprometimento com os objetivos de política fiscal, principalmente quanto à meta de superávit primário definida para o ano. A tendência para médio e longo prazos é de continuidade do equilíbrio fiscal em todos os níveis de governo, com maior ênfase no gerenciamento das despesas, inclusive em face da aplicação de dispositivos legais que inibem práticas que comprometam a eficiência do gasto público, no contexto das diretrizes vinculadas à Lei de Responsabilidade Fiscal. A manutenção de uma política fiscal rigorosa continuará sendo um requisito fundamental para que possa haver espaço para consolidação de uma política monetária mais flexível, respeitadas as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional, definidas para 2005 em 4,5%, com intervalo de tolerância de mais 2,5 p.p. e de menos 2,5 p.p.



**Demonstrativo  
Sintético do  
Programa de  
Dispêndios Globais das  
Empresas Estatais  
LDO, Art. 11, inciso VI**

# **Empresas do Setor Produtivo**

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****22205 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO AMAZONAS S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.112.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>4.002.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>552.000</i>	<i>SUBSIDIO DO TESOUREO</i>	<i>552.000</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>210.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>400.000</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>20.000</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>3.050.000</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>150.000</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.002.000</b>
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>180.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-2.890.000</i>
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.112.000</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.112.000</b>

**22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>5.030.600</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>27.650.000</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>4.120.400</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>12.100.000</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>910.200</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>15.550.000</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>22.299.920</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>27.650.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>6.509.830</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-50.000</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>549.100</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-269.480</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>6.129.180</i>		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>7.705.540</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>1.140.740</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>265.530</i>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>27.330.520</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>27.330.520</b>

**22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>900.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>18.550.958</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>900.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>16.606.869</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>14.688.787</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>1.944.089</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>5.154.327</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>18.550.958</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.141.343</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-597.733</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>3.264.299</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-2.364.438</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.770.183</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>1.789.865</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>1.568.770</i>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>15.588.787</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>15.588.787</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**22212 COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>8.100.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>104.570.076</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>8.100.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>85.641.284</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>95.909.123</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>18.928.792</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>28.960.000</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>104.570.076</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>6.000.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-560.953</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>27.596.944</i>		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>14.738.220</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>10.113.959</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>8.500.000</i>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>104.009.123</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>104.009.123</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA****25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>89.503.264</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.505.085.307</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	77.003.264	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.478.483.670
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	12.500.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	26.601.637
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.389.177.039</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.505.085.307</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	590.876.455	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-290.443
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	8.749.176	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-26.114.561
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	257.501.877		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	16.661.630		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	214.341.019		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	301.046.882		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.478.680.303</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.478.680.303</b>

**25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>42.000.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>375.538.532</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	30.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	365.104.116
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	12.000.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	10.434.416
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>329.929.041</b>	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>10.000.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	78.614.033	<i>OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.</i>	10.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	162.899.698	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>385.538.532</b>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	30.115.819	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-7.136.187
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	11.593.419	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	2.309.958
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	33.853.764	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-8.783.262
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	3.646.908		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	3.646.908		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	9.205.400		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>371.929.041</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>371.929.041</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>25228 BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.118.576</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>28.081.742</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>2.118.576</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>7.114.606</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>25.963.900</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>20.967.136</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>933.998</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>28.081.742</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>541.008</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-25.738.342</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>553.907</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>25.739.076</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>7.223.575</i>			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>13.138.330</i>			
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>13.138.330</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>3.573.082</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>28.082.476</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>28.082.476</b>	

<b>25229 BB - CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>36.583.552</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>332.564.732</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>36.583.552</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>317.439.616</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>295.981.180</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>15.125.116</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>9.097.743</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>332.564.732</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>25.483</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>16.272.735</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>229.444.072</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-16.272.735</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.119.779</i>			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>52.545.942</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>3.748.161</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>332.564.732</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>332.564.732</b>	

<b>25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>37.000.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.329.701.120</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>27.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.320.000.000</i>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>10.000.000</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>9.701.120</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.239.396.303</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.329.701.120</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>41.091.274</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-15.393.886</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>321.716.781</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>2.306.912</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>693.732.603</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-40.217.843</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>9.133.517</i>			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>140.201.353</i>			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>4.781.912</i>			
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>4.781.912</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>28.738.863</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.276.396.303</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.276.396.303</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA.**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>3.625.202</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>63.182.078</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.265.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	61.592.371
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	1.360.202	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	1.589.707
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>59.912.671</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>63.182.078</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	23.121.138	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	4.727.482
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	655.172	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-4.371.687
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	9.368.014		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	3.551.720		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	11.422.901		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	212.927		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	212.927		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	11.580.799		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>63.537.873</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>63.537.873</b>

**25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.298.046.776</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>2.310.731.428</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	898.200	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.214.827
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	2.038.925.911	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	2.307.516.601
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.038.925.911	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>2.012.597.374</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	258.222.665	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.323.328.802</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>3.274.383.827</b>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	26.208.727
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	7.691.537	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-274.262.746
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	102.319	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	1.497.155.820
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	359.461.797		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	377.787		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	446.743.566		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	2.380.819.703		
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.380.819.703		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	79.187.118		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>5.572.430.603</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>5.572.430.603</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>25277 ATIVOS S.A. - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS</b>		<b>R\$ 1,00</b>	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>38.064.026</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>95.160.000</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>200.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>93.000.000</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>37.864.026</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>2.160.000</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>53.222.186</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>95.160.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.092.572</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-1.743.381</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>96.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-2.130.407</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>19.137.158</i>		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>837.600</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>26.877.011</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>4.181.845</i>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>91.286.212</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>91.286.212</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA****32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>15.796.588</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>121.737.771</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	14.213.500	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	117.663.371
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	1.583.088	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	4.074.400
<i>OUTRAS FONTES</i>	1.583.088	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>121.737.771</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>108.965.425</b>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	5.072.039
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	66.576.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-2.047.797
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.500.000		
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	30.446.802		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	3.667.356		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	2.022.300		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	586.452		
<i>OUTRAS FONTES</i>	586.452		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	2.166.515		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>124.762.013</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>124.762.013</b>

**32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>612.696.974</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.615.125.000</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	419.437.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.615.125.000
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	193.259.974	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>42.094.988</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	193.259.974	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	42.094.988
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.201.433.965</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.657.219.988</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	185.757.733	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	176.910.951
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	394.753.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-20.000.000
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	272.320.000		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	10.520.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	205.681.539		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	97.523.867		
<i>OUTRAS FONTES</i>	97.523.867		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	34.877.826		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.814.130.939</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.814.130.939</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>4.661.335.777</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>11.166.504.324</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	224.548.635	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	7.784.376.868
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	337.430.412	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	3.382.127.456
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	1.994.476.048	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>1.761.047.721</b>
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	1.795.752.788	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>1.620.500.000</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	198.723.260	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	1.620.500.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	2.104.880.682	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>1.440.162.623</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>9.812.201.228</b>	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	1.440.162.623
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	150.202.366	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>15.988.214.668</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	7.409.538.054	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-268.072.709
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	215.917.343	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-328.526.760
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	7.651.361	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-918.078.194
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.287.048.507		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	530.521.270		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	209.318.697		
<i>OUTRAS FONTES</i>	321.202.573		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	211.322.327		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>14.473.537.005</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>14.473.537.005</b>

#### 32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>1.149.424.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>3.989.688.018</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	940.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.963.437.268
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	120.000.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	26.250.750
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	89.424.000	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>30.062.700</b>
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	32.538.000	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	15.502.700
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	12.392.000	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	14.560.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	44.494.000	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.019.750.718</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>3.631.065.379</b>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	315.534.956
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	342.590.642	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	404.249.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.554.556.586	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	40.954.705
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	154.054.843		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	8.124.659		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	420.072.062		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	859.049.000		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	184.184.000		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	1.886.000		
<i>OUTRAS FONTES</i>	672.979.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	292.617.587		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>4.780.489.379</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>4.780.489.379</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>498.441.901</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>597.684.023</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	269.430.500	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	521.266.166
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	98.401.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	76.417.857
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	44.208.638	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>109.410</b>
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	1.848.030	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>77.000.000</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	42.360.608	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	77.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	86.401.763	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>14.111.763</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>425.335.532</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	14.111.763
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	152.735.153	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>688.905.196</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	9.881.281	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	98.805.593
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	64.678.723	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-16.853.828
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.362.216	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	152.920.472
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	83.367.223		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	8.072.874		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	2.352.387		
<i>OUTRAS FONTES</i>	5.720.487		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	104.238.062		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>923.777.433</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>923.777.433</b>

#### 32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>1.794.251.605</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>4.247.019.981</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	695.202.207	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	4.244.964.978
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	112.500.057	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	2.055.003
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	784.591.201	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>39.762.560</b>
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	109.512.966	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>45.000.000</b>
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	65.220.415	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	45.000.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	609.857.820	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>16.958.140</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	201.958.140	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	16.958.140
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>2.728.887.940</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.348.740.681</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	312.664.209	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	160.339.097
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	491.789.976	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	14.159.767
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	262.424.282	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-100.000
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	14.461.570		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	684.060.249		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	621.845.120		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	64.140.432		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	22.075.654		
<i>OUTRAS FONTES</i>	535.629.034		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	341.642.534		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>4.523.139.545</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>4.523.139.545</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32228 FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.202.924.271</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>5.088.058.382</b>
INVESTIMENTOS	1.190.758.004	RECEITA OPERACIONAL	4.875.312.169
INVERSÕES FINANCEIRAS	215.402.994	RECEITA NÃO OPERACIONAL	212.746.213
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	762.291.273	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>143.044.532</b>
OPERAÇÕES INTERNAS	164.793.226	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>701.263.055</b>
OUTRAS FONTES	597.498.047	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	650.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	34.472.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	51.263.055
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>4.516.781.510</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>5.932.365.969</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	422.435.133	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	379.793.798
MATERIAIS E PRODUTOS	2.625.533.836	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	407.546.014
SERVIÇOS DE TERCEIROS	334.800.514		
UTILIDADES E SERVIÇOS	19.234.082		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	568.748.878		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	225.895.000		
OPERAÇÕES INTERNAS	69.099.281		
OUTRAS FONTES	156.795.719		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	320.134.067		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>6.719.705.781</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>6.719.705.781</b>

#### 32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>61.969.923.997</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>133.141.088.150</b>
INVESTIMENTOS	18.049.662.748	RECEITA OPERACIONAL	121.560.705.216
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.111.636.421	RECEITA NÃO OPERACIONAL	11.580.382.934
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	1.421.611.654	<b>REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>657.288.429</b>
OPERAÇÕES INTERNAS	230.942.046	DEMAIS PARTICIPAÇÕES	657.288.429
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.190.669.608	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>27.069.214.669</b>
OUTROS DISP. DE CAPITAL	41.387.013.174	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>5.963.627.184</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>101.962.905.104</b>	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.000.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.301.183.412	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	4.172.869.126
MATERIAIS E PRODUTOS	20.162.677.989	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	790.758.058
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.844.283.252	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>166.831.218.432</b>
UTILIDADES E SERVIÇOS	446.469.269	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.110.311.078
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	41.971.182.767	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	83.193.952
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.214.443.840	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.091.894.361
OPERAÇÕES INTERNAS	361.389.265		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.853.054.575		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	18.022.664.575		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>163.932.829.101</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>163.932.829.101</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>24.559.921.351</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.421.836.243</b>
INVESTIMENTOS	52.142.876	RECEITA OPERACIONAL	1.255.883.606
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	19.000.164.287	RECEITA NÃO OPERACIONAL	165.952.637
OUTRAS FONTES	19.000.164.287	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>6.647.815.591</b>
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.507.614.188	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>18.254.657.386</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.509.105.830</b>	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	18.254.657.386
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	712.467	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>26.324.309.220</b>
MATERIAIS E PRODUTOS	486.140.913	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-176.532.921
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	20.001.074	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-31.323.424
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	394.652.644	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-47.425.694
OUTRAS FONTES	394.652.644		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	607.598.732		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>26.069.027.181</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>26.069.027.181</b>

#### 32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>6.393.740</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>240.000</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.660	RECEITA NÃO OPERACIONAL	240.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.000	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>6.143.624</b>
SERVIÇOS DE TERCEIROS	256.610	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.143.624
UTILIDADES E SERVIÇOS	28.850	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>6.383.624</b>
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	31.620	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	10.116
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.000.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>6.393.740</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>6.393.740</b>

#### 32239 PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>1.020.877.063</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>36.822.620.817</b>
INVESTIMENTOS	427.000.012	RECEITA OPERACIONAL	36.586.038.047
INVERSÕES FINANCEIRAS	61.200.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	236.582.770
OUTROS DISP. DE CAPITAL	532.677.051	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>36.822.620.817</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>36.905.263.772</b>	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.054.188.196
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	486.801.892	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	436.579
MATERIAIS E PRODUTOS	27.382.655.255	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	48.895.243
SERVIÇOS DE TERCEIROS	764.019.142		
UTILIDADES E SERVIÇOS	36.865.099		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.635.720.599		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	410.000.005		
OPERAÇÕES INTERNAS	346.430.277		
OPERAÇÕES EXTERNAS	63.569.728		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	189.201.780		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>37.926.140.835</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>37.926.140.835</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>32240 PETROBRÁS GAS S.A.</b>		R\$ 1,00	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>877.157.855</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>76.597.893</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	250.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	420.440
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	796.376.891	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	76.177.453
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	6.902.400	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>796.376.891</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	6.902.400	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	796.376.891
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	73.628.564	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>73.628.564</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>19.921.072</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	73.628.564
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	3.940.872	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>946.603.348</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	25.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	71.149.867
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	6.664.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-120.674.288
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	7.200		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	9.000.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	284.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>897.078.927</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>897.078.927</b>

<b>32242 PETROBRÁS QUÍMICA S.A.</b>		R\$ 1,00	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>323.043.974</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>162.213.272</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.048.200	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	162.213.272
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	252.285.900	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>160.000.000</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	69.709.874	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	160.000.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>63.341.326</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>322.213.272</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	10.060.216	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	18.917.607
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	420.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	26.263.550
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	10.826.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	18.990.871
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	215.400		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	7.846.080		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	26.263.550		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	24.180.000		
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.083.550		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	7.710.080		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>386.385.300</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>386.385.300</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32264 LIGHT PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>50.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>8.082.322</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	50.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	6.582.322
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>7.537.218</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	1.500.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	2.734.046	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>8.082.322</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	31.752	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-60.000
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	3.256.996	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	396.888
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	127.008	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-831.992
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	243.432		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	662.832		
<i>OUTRAS FONTES</i>	662.832		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	481.152		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>7.587.218</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>7.587.218</b>

#### 32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>55.550.106</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>236.259.732</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	55.550.106	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	202.099.751
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>192.197.672</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	34.159.981
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	13.761.247	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>1.586.250</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	110.527.465	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	1.586.250
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	15.918.589	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>237.845.982</b>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	40.188.996	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	12.293.955
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	3.497.456	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-4.128
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.497.456	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-2.388.031
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	8.303.919		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>247.747.778</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>247.747.778</b>

#### 32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>127.944.727</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>636.814.232</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	86.688.951	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	573.279.343
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	41.255.776	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	63.534.889
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	8.079.356	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>28.750.000</b>
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	212.810	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	28.750.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	32.963.610	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>18.348.389</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>539.736.749</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	18.348.389
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	73.096.718	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>683.912.621</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	218.041.597	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-16.359.833
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	35.620.884	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	128.688
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	3.393.500		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	174.436.061		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	18.034.711		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	270.644		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	146.646		
<i>OUTRAS FONTES</i>	17.617.421		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	17.113.278		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>667.681.476</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>667.681.476</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>197.397.731</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>574.294.492</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	105.331.890	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	477.985.892
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	92.065.841	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	96.308.600
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	320.522	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>118.402.115</b>
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	1.211.568	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	118.402.115
<i>OUTRAS FONTES</i>	90.533.751	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>4.685.200</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>477.033.451</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	4.685.200
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	69.142.999	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>697.381.807</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	192.817.359	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-21.500.132
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	33.913.600	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-1.180.493
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	3.989.400	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-270.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	146.879.854		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	10.197.319		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	434.703		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	1.552.790		
<i>OUTRAS FONTES</i>	8.209.826		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	20.092.920		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>674.431.182</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>674.431.182</b>

#### 32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>151.012.530</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>687.185.466</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	120.885.271	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	626.595.179
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	18.341.067	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	60.590.287
<i>OUTRAS FONTES</i>	18.341.067	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>38.236.600</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	11.786.192	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	38.236.600
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>637.598.338</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>725.422.066</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	48.417.243	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	21.659.062
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	334.567.767	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	33.968.091
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	53.384.512	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	7.561.649
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.000.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	134.254.992		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	34.728.056		
<i>OUTRAS FONTES</i>	34.728.056		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	30.245.768		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>788.610.868</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>788.610.868</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>200.025.336</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.454.256.389</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	75.226.600	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.413.263.170	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	124.798.736	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	40.993.219	
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	124.798.736	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.454.256.389</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>722.456.988</b>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-3.666.229	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	49.276.412	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-43.315.583	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.314.567	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-484.792.253	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	62.741.563			
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	6.771.139			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	353.311.208			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	221.104.646			
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	77.656.920			
<i>OUTRAS FONTES</i>	143.447.726			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	24.937.453			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>922.482.324</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>922.482.324</b>	
<b>32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.</b>				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>28.736.140</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>110.839.260</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	23.245.896	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	106.097.706	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	4.490.244	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	4.741.554	
<i>OUTRAS FONTES</i>	4.490.244	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>37.302.365</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	1.000.000	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	37.302.365	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>124.662.901</b>	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>1.520.613</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	18.001.716	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>3.013.829</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	64.789.361	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	3.013.829	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	19.869.016	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>152.676.067</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.412.996	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	722.974	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	11.775.316			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	2.861.090			
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.861.090			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	5.953.406			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>153.399.041</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>153.399.041</b>	

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32273 MANAUS ENERGIA S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>282.017.453</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.755.281.080</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	255.500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.728.774.080	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	26.517.453	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	26.507.000	
<i>OUTRAS FONTES</i>	26.517.453	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>175.711.000</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.682.357.769</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	175.711.000	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	54.305.544	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.930.992.080</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.367.824.140	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	31.391.975	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	92.791.004	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	1.991.167	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.322.480			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	98.983.000			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	32.695.073			
<i>OUTRAS FONTES</i>	32.695.073			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	33.436.528			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.964.375.222</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.964.375.222</b>	

32274 PETROBRÁS TRANSPORTE S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>237.736.350</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>2.776.976.789</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	69.986.256	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	2.679.993.407	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	99.079.512	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	96.983.382	
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	99.079.512	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>2.776.976.789</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	68.670.582	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	26.868.211	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>2.415.382.389</b>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-150.726.261	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	511.381.488			
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	123.233.665			
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	508.370.837			
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	107.894.974			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	518.865.818			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	9.094.200			
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	9.094.200			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	636.541.407			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>2.653.118.739</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>2.653.118.739</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>19.883.535</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>240.723.681</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	19.883.535	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	240.723.681
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>165.807.272</b>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>5.671.750</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.454.081	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	5.671.750
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.838.968	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>246.395.431</b>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	36.027.059	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	3.058.172
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	118.297	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-63.762.796
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	13.759.452		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	108.609.415		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>185.690.807</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>185.690.807</b>

**32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>86.595.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>315.239.620</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	79.095.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	293.239.620
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	7.500.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	22.000.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>282.046.339</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>315.239.620</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	56.000.000	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	34.013.418
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	138.949.883	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	19.388.301
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	40.320.729		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.500.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	31.933.621		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	13.342.106		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>368.641.339</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>368.641.339</b>

**32277 COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>163.781.790</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>585.646.695</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	163.781.790	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	480.533.106
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>577.417.583</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	105.113.589
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	47.673.618	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>103.086.032</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	392.236.185	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	103.086.032
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	34.640.000	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>16.851.000</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.614.322	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	16.851.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	42.749.794	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>705.583.727</b>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	3.296.000	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	31.586.508
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.296.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	4.029.138
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	55.207.664		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>741.199.373</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>741.199.373</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32278 PETROBRÁS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>15.972.319.485</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>28.944.675.538</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	28.865.491.525	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	9.923.456.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	79.184.013	
<i>OUTRAS FONTES</i>	9.923.456.000	<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. LP</b>	<b>4.397.670.160</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	6.047.863.485	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>16.055.769.547</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>28.307.486.928</b>	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	16.055.769.547	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	27.978.654.378	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>49.398.115.245</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	1.870.100	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-5.082.444.813	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	3.210.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-37.041.779	
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	211.432.450	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	1.177.760	
<i>OUTRAS FONTES</i>	211.432.450			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	112.320.000			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>44.279.806.413</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>44.279.806.413</b>	

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>31.671.750</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>28.717.079</b>	
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	5.671.750	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	28.717.079	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	26.000.000	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>5.671.750</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.521.780</b>	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	5.671.750	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	630.008	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>34.388.829</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.106	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-66.106	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	584.520	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-226.158	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	278.146	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-903.035	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	25.000			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>33.193.530</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>33.193.530</b>	

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>695.126.165</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>7.283.584.171</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	654.561.992	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	7.234.916.264	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	40.564.173	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	48.667.907	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>7.014.584.380</b>	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>700.000.000</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	80.638.437	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	700.000.000	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.294.023.267	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>7.983.584.171</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	130.040.818	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-23.039.332	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.243.450	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-250.834.294	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	2.251.208.958			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	240.000.000			
<i>OUTRAS FONTES</i>	240.000.000			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	17.429.450			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>7.709.710.545</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>7.709.710.545</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>32281 COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>108.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.743.044.739</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>108.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.709.875.607</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.444.954.462</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>33.169.132</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>6.398.009</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.743.044.739</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>170.000</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-232.769.368</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>9.324.800</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-65.212.909</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>348.000</i>			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>41.522.500</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>1.387.191.153</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.445.062.462</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.445.062.462</b>	
<b>32282 PETROBRÁS NETHERLANDS B.V.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>7.885.400.006</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.215.281.203</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>2.812.049.368</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.215.281.203</i>	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	<i>5.073.350.638</i>	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>1.767.935.000</b>	
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>5.073.350.638</i>	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	<i>1.767.935.000</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>496.868.929</b>	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>5.507.614.188</b>	
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>128.835.225</i>	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	<i>5.507.614.188</i>	
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	<i>31.111</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>8.490.830.391</b>	
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>128.804.114</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-40.049.714</i>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>368.033.704</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>728.577</i>	
		<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-69.240.319</i>	
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>8.382.268.935</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>8.382.268.935</b>	
<b>32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>175.371.440</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.906.723.035</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>175.371.440</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.906.723.035</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.838.987.845</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.906.723.035</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>75.856.384</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>134.566.500</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.554.453.299</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-26.930.250</i>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>208.678.162</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>2.014.359.285</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>2.014.359.285</b>	

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 32286 BRASPETRO OIL COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>3.978.522.494</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>451.686.685</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	586.305.746	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	451.686.685
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	3.392.216.748	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>3.769.216.748</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.392.216.748	<i>EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)</i>	3.769.216.748
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>276.659.910</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.220.903.433</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.919.389	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-3.227.846
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	63.402.830	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	34.721.728
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	81.896.412	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	2.785.089
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	63.188.544		
<i>OUTRAS FONTES</i>	63.188.544		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	63.252.735		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>4.255.182.404</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>4.255.182.404</b>

#### 32287 PETROBRÁS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>5.331.669.941</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>12.793.586.670</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	3.474.054.498	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	12.790.719.670
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	248.713.268	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	2.867.000
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	982.552.101	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>246.924.915</b>
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	263.941.754	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	246.924.915
<i>OUTRAS FONTES</i>	718.610.347	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>718.610.981</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	626.350.074	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	718.610.981
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>7.737.650.432</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>13.759.122.566</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	432.656.991	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-980.759.455
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.023.059.197	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-1.765.878
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	138.194.082	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	292.723.140
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.326.889.819		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	469.738.143		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	456.655.584		
<i>OUTRAS FONTES</i>	13.082.559		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	1.347.112.200		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>13.069.320.373</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>13.069.320.373</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<b>32288 PETROBRÁS ENERGIA LTDA.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>346.640.904</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.151.445.506</b>	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	346.640.904	RECEITA OPERACIONAL	1.151.445.506	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>804.804.602</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.151.445.506</b>	
MATERIAIS E PRODUTOS	503.068.970	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	198.664.092	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.654.335	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-198.664.092	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	297.081.297			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.151.445.506</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.151.445.506</b>	
<b>32289 PETROBRÁS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.589.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>164.721</b>	
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.589.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	164.721	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>606.542</b>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>2.589.000</b>	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.600	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	2.589.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	3.600	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>2.753.721</b>	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	526.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	369.617	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	25.342	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	72.204	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	30.000			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>3.195.542</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>3.195.542</b>	
<b>32291 PETRORIO - PETROQUÍMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>25.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>106.411</b>	
INVESTIMENTOS	25.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	106.411	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>5.839.648</b>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>4.700.000</b>	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.519.390	DEMAIS PARTICIPAÇÕES	4.700.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	42.000	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.806.411</b>	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.191.666	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	9	
UTILIDADES E SERVIÇOS	106.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	7.852	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	963.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.050.376	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	2.017.592			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>5.864.648</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>5.864.648</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>257.474.900</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>132.010.000</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>257.474.900</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>132.000.000</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>99.020.500</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>10.000</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>4.890.000</i>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>192.625.956</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>17.500</i>	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	<i>192.625.956</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>93.230.000</i>	<b>OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO</b>	<b>67.484.940</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>390.000</i>	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	<i>67.484.940</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>169.000</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>392.120.896</b>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>324.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-35.625.496</i>	
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>356.495.400</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>356.495.400</b>	

<b>32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GÁS S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>5.073.935</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>6.000</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.772.435</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>6.000</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>13.500</i>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>5.073.935</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>2.360.000</i>	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	<i>5.073.935</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>100.000</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>5.079.935</b>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>452.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-6.000</i>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>376.000</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>5.073.935</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>5.073.935</b>	

<b>32310 USINA TERMELÉTRICA NOVA PIRATININGA LTDA.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>512.492</b>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>500.000</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>201.714</i>	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	<i>500.000</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>76.724</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>500.000</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>212.219</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-1.000</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>16.786</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>13.492</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>5.049</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>512.492</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>512.492</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>36.091.510</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>566.321.446</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>35.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>543.295.877</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>1.091.510</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>23.025.569</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>544.340.025</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>566.321.446</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>222.308.092</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>26.305.647</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>4.435.568</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-1.865.400</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>94.649.243</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-10.330.158</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>16.182.648</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>81.373.439</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>125.391.035</i>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>580.431.535</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>580.431.535</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES****39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>20.415.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>29.782.867</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	19.915.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	24.182.867
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	500.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	5.600.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>22.173.169</b>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>8.500.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	10.035.565	<i>TESOURO</i>	8.500.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	313.216	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>38.282.867</b>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	4.861.399	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	550.000
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.404.589	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	3.755.302
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	5.478.400		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	80.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>42.588.169</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>42.588.169</b>

**39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>22.717.977</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>60.744.316</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	17.250.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	47.487.668
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	5.467.977	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	13.256.648
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	2.626.221	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>14.200.000</b>
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.841.756	<i>TESOURO</i>	14.200.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>50.018.249</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>74.944.316</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	17.983.340	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-2.538.307
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	320.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	330.217
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	14.688.750		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.002.420		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	8.427.539		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	6.596.200		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>72.736.226</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>72.736.226</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>21.875.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>74.629.830</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	21.875.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	53.786.942	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>64.416.005</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	20.842.888	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	20.348.248	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>12.000.000</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.453.708	<i>TESOURO</i>	12.000.000	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	17.216.228	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>86.629.830</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	4.804.984	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-1.464.679	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	10.748.606	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	1.125.854	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	9.844.231			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>86.291.005</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>86.291.005</b>	

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>95.323.235</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>440.442.757</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	83.349.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	440.442.757	
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	11.974.235	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>74.500.000</b>	
<i>OUTRAS FONTES</i>	11.974.235	<i>TESOURO</i>	74.500.000	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>405.783.029</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>514.942.757</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	109.552.244	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-51.744.964	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.810.000	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	35.000.000	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	113.983.797	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	2.908.471	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	15.199.100			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	59.562.310			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	38.216.581			
<i>OUTRAS FONTES</i>	38.216.581			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	66.458.997			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>501.106.264</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>501.106.264</b>	

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>200.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>4.320.000</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	200.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	4.320.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>3.980.000</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.320.000</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	1.600.000	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	500.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	200.000	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-640.000
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	1.120.000		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	100.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	700.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	260.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>4.180.000</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>4.180.000</b>

#### 39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>26.465.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>75.220.244</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	26.465.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	64.284.417
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>47.005.229</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	10.935.827
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	15.217.724	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>6.000.000</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.277.927	<i>TESOURO</i>	6.000.000
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	15.689.955	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>81.220.244</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.629.097	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-6.758.554
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	10.583.777	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-991.461
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	606.749		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>73.470.229</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>73.470.229</b>

#### 39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>23.528.620</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>110.849.717</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	20.461.620	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	96.710.915
<i>AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO</i>	3.067.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	14.138.802
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	3.067.000	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>45.000.000</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>139.072.927</b>	<i>TESOURO</i>	45.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	49.883.511	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>155.849.717</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.100.900	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	7.925.652
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	20.067.751	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	200.000
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	9.245.234	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-1.373.822
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	7.691.300		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	2.421.000		
<i>OPERAÇÕES EXTERNAS</i>	2.421.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	46.663.231		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>162.601.547</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>162.601.547</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>16.474.400</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>38.090.028</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>16.474.400</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>31.273.977</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>51.965.936</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>6.816.051</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>14.443.129</i>	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>31.000.000</b>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>3.059.710</i>	<i>TESOURO</i>	<i>31.000.000</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>9.332.592</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>69.090.028</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.335.040</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>1.286.587</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>5.794.621</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-1.936.279</i>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>18.000.844</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>68.440.336</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>68.440.336</b>	

39219 REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>155.851.944</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>155.852.000</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>48.631.954</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>4.800.000</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.518.000</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>151.052.000</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>14.282.040</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>155.852.000</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>3.815.650</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>8.056.200</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>1.020.800</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-8.056.256</i>	
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>86.583.500</i>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>155.851.944</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>155.851.944</b>	

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

##### 41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>878.002.012</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>8.450.000.000</b>
INVESTIMENTOS	663.002.012	RECEITA OPERACIONAL	8.000.000.000
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	90.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	450.000.000
OPERAÇÕES INTERNAS	15.000.000	<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>50.000.000</b>
OPERAÇÕES EXTERNAS	75.000.000	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	50.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	125.000.000	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>8.500.000.000</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>7.618.000.000</b>	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	102.065.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.700.000.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-106.062.988
MATERIAIS E PRODUTOS	210.000.000		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.299.000.000		
UTILIDADES E SERVIÇOS	228.000.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	754.000.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	90.000.000		
OPERAÇÕES INTERNAS	15.000.000		
OPERAÇÕES EXTERNAS	65.000.000		
OUTRAS FONTES	10.000.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	337.000.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>8.496.002.012</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>8.496.002.012</b>

##### 41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>31.092.580</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>22.889.026</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.363.054	RECEITA OPERACIONAL	10.000
MATERIAIS E PRODUTOS	172.191	RECEITA NÃO OPERACIONAL	22.879.026
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.352.199	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>22.889.026</b>
UTILIDADES E SERVIÇOS	203.856	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	813.768
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.941.277	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-519.237
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	16.060.003	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	7.909.023
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>31.092.580</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>31.092.580</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**52000 MINISTÉRIO DA DEFESA****52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>67.500.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>1.882.704.943</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	50.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.857.106.968
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	17.500.000	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	25.597.975
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.680.884.673</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.882.704.943</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	475.841.630	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-117.175.406
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	43.803.603	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-17.144.864
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	603.017.466		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	142.627.679		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	131.862.860		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	283.731.435		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.748.384.673</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.748.384.673</b>

**52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>1.700.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>60.696.498</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.700.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	60.052.385
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>75.997.608</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	644.113
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	24.423.637	<b>REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO</b>	<b>1.700.000</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.090.995	<i>TESOURO</i>	1.700.000
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	17.751.166	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>62.396.498</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	2.274.928	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	1.147.982
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	7.961.631	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	14.153.128
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	8.101.997		
<i>OUTRAS FONTES</i>	8.101.997		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	12.393.254		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>77.697.608</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>77.697.608</b>

**52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.500.000</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>140.649.198</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	132.549.198
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>112.061.391</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	8.100.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	61.281.953	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>140.649.198</b>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	12.974.803	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-31.958.710
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	17.194.204	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	5.870.903
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	951.700		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	18.698.731		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	960.000		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>114.561.391</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>114.561.391</b>

# **Empresas do Setor Financeiro**



**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA****24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPENDIOS DE CAPITAL</b>	<b>133.924.517</b>	<b>RECEITA</b>	<b>132.484.958</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>3.086.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>126.384.958</i>
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	<i>36.000.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>6.100.000</i>
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	<i>94.838.517</i>	<b>DEMAIS OBRIGACOES</b>	<b>484.826.632</b>
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>7.070.299</i>	<i>FND</i>	<i>163.841.175</i>
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	<i>87.768.218</i>	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	<i>284.985.457</i>
<b>DISPENDIOS CORRENTES</b>	<b>118.421.165</b>	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>36.000.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>63.956.320</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>617.311.590</b>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>17.299.324</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>20.010.000</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.650.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-83.587.508</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>5.917.440</i>		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>21.036.096</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>901.955</i>		
<i>DEPOSITOS</i>	<i>7.650.000</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>12.484.141</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>8.561.985</i>		
<b>TOTAL DOS DISPENDIOS PDG</b>	<b>252.345.682</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>301.388.400</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>553.734.082</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>553.734.082</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 25000 MINISTERIO DA FAZENDA

##### 25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>169.720.005</b>	<b>RECEITA</b>	<b>1.644.470.285</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	64.826.400	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.639.076.831
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	30.462.579	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	5.393.454
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	30.462.579	<b>TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS</b>	<b>990.800.000</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	74.431.026	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>556.805.500</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.253.632.495</b>	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	556.805.500
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	182.901.617	<b>DEMAIS OBRIGACOES</b>	<b>379.415.954</b>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	12.089.661	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	56.828.254
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	232.187.004	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	322.587.700
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	34.981.763	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>3.571.491.739</b>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	195.115.245	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-125.999.142
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	394.355.151	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	16.781.133
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	106.652.203		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	48.153.097		
<i>DEPOSITOS</i>	239.549.851		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	202.002.054		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>1.423.352.500</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>2.038.921.230</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>3.462.273.730</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>3.462.273.730</b>

##### 25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>559.021.104</b>	<b>RECEITA</b>	<b>2.622.197.888</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	74.478.898	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	2.619.759.384
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	472.542.206	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.438.504
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	352.546.535	<b>TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS</b>	<b>2.205.000.000</b>
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	81.687.051	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>738.421.696</b>
<i>OPERACOES RES. 63</i>	38.308.620	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	100.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	12.000.000	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	336.951.696
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>2.564.737.816</b>	<i>OPER. RESOLUCAO 63</i>	301.470.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	283.245.437	<b>DEMAIS OBRIGACOES</b>	<b>144.019.455</b>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	18.069.744	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	24.196.125
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	227.975.547	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	119.823.330
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	32.881.185	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>5.709.639.039</b>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	242.255.748	<i>VAR.OBRIG.EMPRES.T.C. PRAZO</i>	-4.895.000
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	1.174.647.741	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	2.096.050.261
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	70.180.730	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-13.500.000
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	58.832.758		
<i>OPERACOES RESOLUCAO 63</i>	1.996.074		
<i>DEPOSITOS</i>	92.240.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	951.398.179		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	585.662.414		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>3.123.758.920</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>4.663.535.380</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>7.787.294.300</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>7.787.294.300</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>251.881.458</b>	<b>RECEITA</b>	<b>4.713.496.738</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	22.629.658	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	4.671.951.681
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	229.251.800	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	41.545.057
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>4.222.596.104</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>4.713.496.738</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	101.187.862	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	238.161.730
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	420.485	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-477.180.906
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	72.141.298		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.947.041		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	325.119.752		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	9.008.394		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	9.008.394		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	3.711.771.272		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>4.474.477.562</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>4.474.477.562</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>4.474.477.562</b>

#### 25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>1.464.577.896</b>	<b>RECEITA</b>	<b>30.002.763.799</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	930.528.373	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	29.726.941.131
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	6.306.787	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	275.822.668
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	6.306.787	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>40.000.000</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	527.742.736	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	40.000.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>28.303.446.723</b>	<b>DEMAIS OBRIGACOES</b>	<b>13.541.717.299</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	3.945.243.114	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	585.726.303
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	2.495.984	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	12.955.990.996
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	3.230.643.940	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>43.584.481.098</b>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	724.735.431	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-4.106.104.210
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.110.344.546	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-83.065.740
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	18.457.943.052		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	12.252.954		
<i>DEPOSITOS</i>	7.875.696.895		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	10.569.993.203		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	832.040.656		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>29.768.024.619</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>9.627.286.529</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>39.395.311.148</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>39.395.311.148</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 25234 BANCO DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>18.229.788.475</b>	<b>RECEITA</b>	<b>37.458.984.043</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.129.497.975	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	37.010.466.628
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	15.553.735.589	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	448.517.415
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	3.469.563.071	<b>TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS</b>	<b>700.812.000</b>
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	12.084.172.518	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>20.070.921.666</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	546.554.911	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	8.144.500.000
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>29.697.314.297</b>	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	11.926.421.666
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	6.568.770.611	<b>DEMAIS OBRIGACOES</b>	<b>9.475.755.336</b>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	99.066.153	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	1.202.685.284
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	3.241.844.872	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	2.753.900.944
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	843.516.497	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	5.519.169.108
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	3.637.256.935	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>67.706.473.045</b>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	12.696.199.893	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	3.073.085.772
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	480.726.740	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-10.145.399.096
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	174.226.309		
<i>DEPOSITOS</i>	5.850.908.342		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	6.190.338.502		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	2.610.659.336		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>47.927.102.772</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>12.707.056.949</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>60.634.159.721</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>60.634.159.721</b>

#### 25235 BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>77.057.950</b>	<b>RECEITA</b>	<b>413.789.743</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	77.057.950	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	413.789.743
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>105.540.544</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>413.789.743</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	18.438.257	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-231.232.941
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	18.269.623	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	41.692
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	1.837.280		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	58.890.629		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	2.986.201		
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	2.986.201		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	5.118.554		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>182.598.494</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>182.598.494</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>182.598.494</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>210.902.535</b>	<b>RECEITA</b>	<b>1.127.031.718</b>
OUTROS DISP. DE CAPITAL	210.902.535	RECEITA OPERACIONAL	1.127.031.718
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>905.048.032</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.127.031.718</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.872.751	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-11.249.466
SERVIÇOS DE TERCEIROS	671.097.703	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	168.315
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.294.588		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	191.608.740		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.340.804		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.340.804		
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.833.446		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>1.115.950.567</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.115.950.567</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.115.950.567</b>

25238 BB - LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL			
			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>310.363.701</b>	<b>RECEITA</b>	<b>147.302.963</b>
INVESTIMENTOS	300.000.000	RECEITA OPERACIONAL	146.577.802
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	7.520.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	725.161
OPERAÇÕES INTERNAS	7.520.000	<b>RETORNO DE OPER. DE CREDITO</b>	<b>228.319.052</b>
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.843.701	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>375.622.015</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>135.927.633</b>	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	70.659.668
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.317.060	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	9.651
SERVIÇOS DE TERCEIROS	37.510.593		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	22.503.195		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	50.522.788		
OPERAÇÕES INTERNAS	8.036.422		
DEPÓSITOS	42.486.366		
DEMAIS DISP. CORRENTES	23.073.997		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>446.291.334</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>446.291.334</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>446.291.334</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25245 BB - LEASING COMPANY LIMITED				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS CORRENTES	368.000	RECEITA	6.315.200	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	368.000	RECEITA OPERACIONAL	6.315.200	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	368.000	TOTAL DAS FONTES	6.315.200	
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-8.000.000	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.052.800	
TOTAL DOS USOS	368.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	368.000	
25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS CORRENTES	82.880.000	RECEITA	235.062.080	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.600.000	RECEITA OPERACIONAL	235.062.080	
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	81.280.000	TOTAL DAS FONTES	235.062.080	
OPERAÇÕES EXTERNAS	81.280.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-335.840.000	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	82.880.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	183.657.920	
TOTAL DOS USOS	82.880.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	82.880.000	
25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	53.934.009	RECEITA	299.887.321	
INVESTIMENTOS	45.724.006	RECEITA OPERACIONAL	298.484.347	
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	208.701	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.402.974	
OPERAÇÕES INTERNAS	208.701	DEMAIS OBRIGAÇÕES	86.918.568	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.001.302	DEPÓSITOS A VISTA	-2.448.818	
DISPÊNDIOS CORRENTES	284.178.564	DEPÓSITOS A PRAZO	79.286.903	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.604.640	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.080.483	
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	3.519	TOTAL DAS FONTES	386.805.889	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	64.367.990	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-64.837.582	
UTILIDADES E SERVIÇOS	14.071.227	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	53.207.113	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	30.734.602			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	89.401.598			
OPERAÇÕES INTERNAS	35.475			
DEPÓSITOS	47.104.729			
OUTRAS OBRIGAÇÕES	42.261.394			
DEMAIS DISP. CORRENTES	27.994.988			
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	338.112.573			
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	37.062.847			
TOTAL DOS USOS	375.175.420	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	375.175.420	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>25259 BEC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.070.418</b>	<b>RECEITA</b>	<b>2.743.158</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>58.129</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>2.734.917</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>995.849</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>8.241</i>	
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>16.440</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>2.743.158</b>	
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>1.070.418</b>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-1.672.740</i>	
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.070.418</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.070.418</b>	

<b>25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A.</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>5.660.000</b>	<b>RECEITA</b>	<b>42.723.000</b>	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>260.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>42.700.000</i>	
<i>AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL</i>	<i>3.900.000</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>23.000</i>	
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>3.600.000</i>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>10.000.000</b>	
<i>DEMAIS OBRIGAÇÕES</i>	<i>300.000</i>	<i>DEPÓSITOS A VISTA</i>	<i>5.000.000</i>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>1.500.000</i>	<i>DEPÓSITOS A PRAZO</i>	<i>10.000.000</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>34.753.000</b>	<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>-5.000.000</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>12.092.000</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>52.723.000</b>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>10.860.000</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-2.700.000</i>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.680.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>11.990.000</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>1.940.000</i>			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>6.400.000</i>			
<i>DEPÓSITOS</i>	<i>5.200.000</i>			
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>1.200.000</i>			
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>1.781.000</i>			
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>40.413.000</b>			
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>21.600.000</b>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>62.013.000</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>62.013.000</b>	

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

#### 25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>38.203.936</b>	<b>RECEITA</b>	<b>442.174.596</b>
<i>INVESTIMENTOS</i>	30.183.900	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	430.755.254
<i>AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL</i>	8.020.036	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	11.419.342
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	8.020.036	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>-39.785.742</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>424.404.455</b>	<i>DEPÓSITOS A VISTA</i>	15.122.386
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	121.693.145	<i>DEPÓSITOS A PRAZO</i>	-96.721.175
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	4.628.471	<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	41.813.047
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	79.469.316	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>402.388.854</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	16.143.462	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	126.833.926
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	18.078.746	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-1
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	169.434.387		
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	3.228.610		
<i>DEPÓSITOS</i>	41.015.804		
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	125.189.973		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	14.956.928		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>462.608.391</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>66.614.388</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>529.222.779</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>529.222.779</b>

#### 25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>137.013</b>	<b>RECEITA</b>	<b>1.357.557</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	137.013	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.336.979
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>803.999</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	20.578
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	249.645	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>1.357.557</b>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	90.159	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-416.544
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	243	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	-1
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	319.141		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	106.056		
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	106.056		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	38.755		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>941.012</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>941.012</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>941.012</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>25273 BESC FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>2.755.929</b>	<b>RECEITA</b>	<b>43.613.078</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>2.755.929</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>43.187.172</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>32.589.362</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>425.906</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>6.924.960</i>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>66.000.000</b>	
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>352.663</i>	<i>DEPÓSITOS A PRAZO</i>	<i>66.000.000</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>6.043.241</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>109.613.078</b>	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>628.693</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>1.866.557</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>4.595.570</i>			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>13.188.142</i>			
<i>DEPÓSITOS</i>	<i>12.448.654</i>			
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>739.488</i>			
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>856.093</i>			
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>35.345.291</b>			
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>76.134.344</b>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>111.479.635</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>111.479.635</b>	
<b>25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL</b>				R\$ 1,00
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>296.061</b>	<b>RECEITA</b>	<b>2.620.251</b>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>296.061</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>2.620.251</i>	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>1.430.043</b>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>2.620.251</b>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>158.527</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-894.152</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>132.417</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>5</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>479.857</i>			
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>628.270</i>			
<i>DEPÓSITOS</i>	<i>2.046</i>			
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>626.224</i>			
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>30.972</i>			
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>1.726.104</b>			
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>1.726.104</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>1.726.104</b>	

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>25275 BESC S.A. CREDITO IMOBILIÁRIO</b>		R\$ 1,00	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>154.989.294</b>	<b>RECEITA</b>	<b>166.107.868</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>22.875.775</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>166.039.203</i>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>1.168.866</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>68.665</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>18.049.972</i>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>121.236.978</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>2.885.488</i>	<i>DEPÓSITOS A PRAZO</i>	<i>121.236.978</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>7.688.215</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>287.344.846</b>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>99.895.364</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-133.171.607</i>
<i>DEPÓSITOS</i>	<i>90.843.158</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-4.680</i>
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>9.052.206</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>2.425.614</i>		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>154.989.294</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>-820.735</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>154.168.559</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>154.168.559</b>

<b>25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A.</b>		R\$ 1,00	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>310.553.537</b>	<b>RECEITA</b>	<b>256.810.916</b>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>14.307.451</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>256.810.916</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>177.987.500</i>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>42.464.650</b>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>76.701.884</i>	<i>DEPÓSITOS A VISTA</i>	<i>42.464.650</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>22.827.110</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>299.275.566</b>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>890.786</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>328.898.996</i>
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>890.786</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-6.403.779</i>
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>17.838.806</i>		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>310.553.537</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>311.217.246</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>621.770.783</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>621.770.783</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

**25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**

R\$ 1,00

<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>3.251.696</b>	<b>RECEITA</b>	<b>27.748.623</b>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>3.251.696</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>27.698.462</i>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>23.671.433</b>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>50.161</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.382.203</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>27.748.623</b>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>15.559.727</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-2.520.028</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.539.248</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>1.694.534</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>4.074.002</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>116.253</i>		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>26.923.129</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>26.923.129</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>26.923.129</b>

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

## 28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

### 28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>12.364.162.217</b>	<b>RECEITA</b>	<b>18.068.678.178</b>
INVESTIMENTOS	108.285.004	RECEITA OPERACIONAL	15.673.223.700
INVERSÕES FINANCEIRAS	128.190	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.395.454.478
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	10.812.010.700	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>8.548.016.530</b>
OPERAÇÕES INTERNAS	442.651.180	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	168.246.530
OPERAÇÕES EXTERNAS	3.643.648.000	OPER.CRED. EXTERNAS	5.085.990.000
DEMAIS OBRIGAÇÕES	6.725.711.520	VARIAÇÃO CAMBIAL	3.293.780.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.443.738.323	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>21.053.383.900</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>16.860.225.245</b>	TESOURO	342.210.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	420.046.884	FND	505.811.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	5.625.000	TRANSFERÊNCIA DO FAT	8.537.980.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	227.325.242	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.667.382.900
UTILIDADES E SERVIÇOS	17.125.152	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>47.670.078.608</b>
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.200.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	653.931.820
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	14.867.523.930	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-44.902.966
OPERAÇÕES INTERNAS	343.026.930		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.897.990.000		
VARIAÇÃO CAMBIAL	2.575.200.000		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.051.307.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	122.579.037		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>29.224.387.462</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>19.054.720.000</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>48.279.107.462</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>48.279.107.462</b>

### 28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>8.161.695.425</b>	<b>RECEITA</b>	<b>7.715.321.644</b>
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.860.093.551	RECEITA OPERACIONAL	7.486.724.623
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	5.730.796.258	RECEITA NÃO OPERACIONAL	228.597.021
OPERAÇÕES INTERNAS	5.490.987.928	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>2.123.704.700</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES	239.808.330	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.024.470.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	570.805.616	VARIAÇÃO CAMBIAL	99.234.700
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>2.976.457.497</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>3.104.610.000</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.018.856	TESOURO	1.104.610.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	11.080.883	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.000.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	399.551.136	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>12.943.636.344</b>
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.464.045.973	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.695.974.121
OPERAÇÕES INTERNAS	549.778.908	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-109.509.301
VARIAÇÃO CAMBIAL	127.005.644		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.787.261.421		
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.760.649		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>11.138.152.922</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>11.138.152.922</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>11.138.152.922</b>

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005****DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<b>28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL</b>		R\$ 1,00	
<b>USOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>6.315.897.820</b>	<b>RECEITA</b>	<b>6.925.493.700</b>
<i>AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL</i>	<i>5.916.253.691</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>5.787.009.766</i>
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>5.916.253.691</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>1.138.483.934</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>399.644.129</i>	<b>RECURSO DE EMP. E FINANC. LP</b>	<b>16.819.693.956</b>
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>6.179.829.621</b>	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	<i>15.186.008.560</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>33.708.129</i>	<i>VARIAÇÃO CAMBIAL</i>	<i>1.633.685.396</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>10.539.657</i>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1.193.226.366</b>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>112.208.922</i>	<i>TESOURO</i>	<i>193.226.366</i>
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	<i>6.016.739.596</i>	<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>1.000.000.000</i>
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>3.443.959.696</i>	<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>24.938.414.022</b>
<i>VARIAÇÃO CAMBIAL</i>	<i>1.688.594.319</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-1.775.760.711</i>
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>884.185.581</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-154.614.710</i>
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>6.633.317</i>		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG</b>	<b>12.495.727.441</b>		
<b>APLIC. EM OPER. DE CREDITO</b>	<b>10.512.311.160</b>		
<b>TOTAL DOS USOS</b>	<b>23.008.038.601</b>	<b>TOTAL LIQUIDO DAS FONTES</b>	<b>23.008.038.601</b>